

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-graduação em
Letras/Lingüística

*O verbo DIZER e os verbos de atitude
proposicional em VEJA*

Aluna: Márcia Estela B. da Costa
Prof. Orientador: Nilson Lemos Lage

Setembro de 1998

MARCIA ESTELA B. DA COSTA

*O verbo DIZER e os verbos de atitude
proposicional em VEJA*

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Letras/Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Prof. Dr. Nilson Lemos Lage.

FLORIANÓPOLIS
1998

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de

MESTRE EM LETRAS

na área de Semântica e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em
Letras - Linguística.



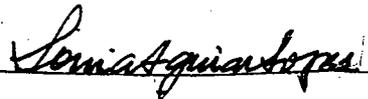
Prof.ª Dr.ª Loni Grimm Cabral
Coordenadora do Curso de Pós-graduação
em Letras - Linguística

Dra. Loni Grimm Cabral
Coordenadora
Portaria 0371/GR/98
Pós-Grad. Linguística UFSC

Assinatura dos Membros da Banca Examinadora:



Prof. Dr. Nilson Lemos Lage
Presidente e Orientador



Prof.^a Dr.^a Sonia Aguiar Lopes
Membro da Banca



Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos
Membro da Banca



Prof. Dr. Pedro de Souza
Suplente

AGRADECIMENTOS

À grande família.

Ao Prof. Nilson Lemos Lage, sempre afável e acessível; igualmente sua esposa. Obrigado pela oportunidade.

Aos colegas e professores da pós-graduação; em especial à Susana Rocha, Arceloni Volpato e à Maria de Fátima Dewes.

Aos colegas - alunos e professores - da Univali.

RESUMO

Este trabalho aborda os verbos *dicendi*, e suas variações, entre elas os verbos performativos e de atitude proposicional, no contexto das matérias jornalísticas da revista *Veja*. Evidencia-se pela amostra estudada (04 exemplares) a estreita correlação dos verbos *dicendi* e a introdução da informação na forma de discurso direto, bem como sua capacidade semântica de modalização desta informação e da situação de enunciação. Explicitando o marco teórico, faz-se revisão bibliográfica e reflexões a respeito de linguagem, teoria semântica, lógica e das especificidades do jornalismo e seu texto.

ABSTRACT

This work is about the *dicendi* verbs, its different forms, among them the performative verbs and verbs of propositional attitudes in the context of journalistic articles of *Veja* magazine. There is evidence, according to the survey object of study (04 issues) of a near correlation between the *dicendi* verbs and the introduction of information in the form of direct speech as well as their semantic capacity of modalization of the information and situation of utterance. By means of theoretic frame for this work, a bibliographic revision and comments are done about language, semantic theory, logic and particularities of journalism and its texts.

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Lista de Tabelas e Figuras

1. INTRODUÇÃO: OBJETIVOS DO TRABALHO	1
2. LINGUAGEM E JORNALISMO	3
2.1 LÓGICA E LINGUAGEM.....	9
2.2 LINGÜÍSTICA E TEORIA SEMÂNTICA.....	12
2.2.1 O EXTENSIONALISMO.....	18
2.2.2 O MENTALISMO.....	19
2.2.3 A CONTRIBUIÇÃO DE FREGE.....	20
2.2.4 A TEORIA DA VERDADE DE TARSKI.....	23
2.2.5 FILOSOFIA DA LINGUAGEM ORDINÁRIA VS EMPIRISMO LÓGICO.....	30
2.2.6 EMPIRISMO OU REALISMO LÓGICO.....	32
2.2.6.1 SALVA VERITATE: A LEI DE LEIBNIZ.....	33
2.2.6.1.1 MODO MATERIAL E MODO FORMAL.....	36
2.2.6.2 MUNDOS POSSÍVEIS.....	37
2.2.6.2.1 PROPOSIÇÕES, ENUNCIADOS, SENTENÇAS.....	39
3. TEXTO JORNALÍSTICO	43
3.1 ORATIO OBLIQUA: DISCURSO DIRETO(DD) E INDIRETO(DI).....	54
3.2 PROPOSIÇÕES E SENTENÇAS NO TEXTO JORNALÍSTICO.....	60
3.3 O GÊNERO REVISTA.....	61
3.3.1 AS PÁGINAS AMARELAS DE VEJA.....	65
3.3.2 SEÇÃO DE CARTAS E OUTROS ESPAÇOS.....	69
4. VERBO DIZER - QUEM E QUANDO DIZ	72
4.1 SE - SUJEITO INDETERMINADO.....	75
4.1.1 O DEFINIDO E INDEFINIDO.....	76
4.2 EXPRESSÕES REFERENCIAIS: AS FONTES, NOMES E ATRIBUTOS.....	77
4.2.1 LISTA DE EXPRESSÕES REFERENCIAIS/PREDICATIVAS.....	83
4.2.2 TÍTULOS E NOMES DE PESSOAS.....	86
4.2.3 PERSONIFICAÇÃO DAS FONTES.....	88
4.2.4 LISTA DE PERSONIFICAÇÃO DE FONTES.....	88
4.3 TEMPO VERBAL E PESSOA DO DISCURSO.....	92
4.3.1 O INDICATIVO E O SUBJUNTIVO.....	93
4.3.2 O INFINITIVO.....	94
5. VERBOS DICENDI: AS MODALIZAÇÕES DO DIZER	100
5.1 OS PERFORMATIVOS.....	104
5.2 ESTRUTURA SINTÁTICA.....	110
5.3 ACREDITAR E IMAGINAR.....	114
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
7. BIBLIOGRAFIA	121
8. ANEXOS	126
8.1 LISTA DOS VERBOS DICENDI MAIS FREQUENTES.....	127
8.2 LISTA DOS DEMAIS VERBOS SIGNIFICANDO DIZER -MENOS DE 10 OCORRÊNCIAS.....	132
8.3 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS -ANJ -RELATÓRIO DE ATIVIDADE 96-98 / P. 111/114.....	139

LISTA DE TABELAS

<i>TABELA 1 - FÓRMULAS MAIS FREQUENTES EM QUE SE INSERE O VERBO DIZER</i>	60
<i>TABELA 2 - PÁGINAS AMARELAS</i>	69
<i>TABELA 3 - DIZER - QUEM DIZ / REALIZAÇÃO GRAMATICAL DA FONTE</i>	74
<i>TABELA 4 - INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO- SE</i>	75
<i>TABELA 5 - DIZER - DETERMINAÇÃO DA FONTE</i>	76
<i>TABELA 6 - NOME PRÓPRIO - PARTICIPAÇÃO NA REALIZAÇÃO DA FONTE</i>	88
<i>TABELA 7 - DIZER - GÊNERO DA FONTE</i>	92
<i>TABELA 8 - OCORRÊNCIAS DO VERBO DIZER NO INFINITIVO</i>	95
<i>TABELA 9 - DIZER - TEMPO VERBAL EM ORDEM DECRESCENTE DE OCORRÊNCIAS</i>	96
<i>TABELA 10 - DIZER - PESSOA DO DISCURSO- ORDEM DECRESCENTE</i>	97
<i>TABELA 11 - DIZER -PESSOA E TEMPO DO DISCURSO -ORDEM DECRESCENTE DE CASOS</i>	98
<i>TABELA 12 - VERBO DIZER- OCORRÊNCIAS/MODO/Nº PÁGINAS</i>	99
<i>TABELA 13 - VERBOS DICENDI - PROPORÇÃO ENTRE OCORRÊNCIAS E FREQUÊNCIA.</i>	102
<i>TABELA 14 - VERBOS DICENDI -EPISTÊMICOS VS. VERBOS DE COMUNICAÇÃO</i>	103
<i>TABELA 15 - VERBOS DICENDI - DISTRIBUIÇÃO DE OCORRÊNCIAS POR TEMPO</i>	113
<i>TABELA 16 - VERBOS DICENDI - DISTRIBUIÇÃO DE OCORRÊNCIAS POR PESSOA</i>	114
<i>TABELA 17 - OCORRÊNCIAS DO VERBO ACREDITAR</i>	116
<i>TABELA 18 OCORRÊNCIAS DO VERBO IMAGINAR</i>	117
<i>TABELA 19 - PROPORÇÃO ENTRE DD E DI - IMAGINAR E ACREDITAR</i>	117

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1- proposição</i>	41
<i>Figura 2 - intensão</i>	42
<i>Figura 3- extensão</i>	42
<i>Figura 4- Significado</i>	80

1. INTRODUÇÃO: objetivos do trabalho

O tema deste trabalho são os verbos *dicendi*, incluindo os de atitude proposicional, com destaque para o verbo *dizer*, no texto jornalístico onde configuram um dos campos semânticos verbais mais importantes, o das enunciações (Os outros dois seriam o das *transformações* e o dos *deslocamentos*, cujos verbos centrais seriam, respectivamente, *fazer* e *ir*). Através de análise semântica formal, estudam-se as variações de significado implicadas no uso dos verbos *dicendi* na língua portuguesa escrita no Brasil e suas interrelações com a estrutura de discurso direto, indireto, ou direto/indireto.

Há pesquisadores que afirmam não haver necessidade de se estudar fenômenos desta classe em várias línguas porque, se uma forma lógica subjaz à sintaxe e à semântica, os resultados obtidos em uma só língua devem ser generalizáveis para as demais. Acredita-se, porém, que os estudos sobre línguas diversas têm seu valor, em especial feitos pelos falantes nativos: geram subsídios para profícuos estudos comparativos, que podem vir a evidenciar universais linguísticos. Todas as descrições linguísticas teriam uma parte em comum, o que representaria notável economia teórica¹.

Como objetivos específicos, busca-se obter maior compreensão a respeito da estrutura e dinâmica do texto jornalístico, onde o assunto proposto é relevante. Acredita-se, como Teun Van Dijk, que novas posturas teóricas devem ser experimentadas no estudo do jornalismo, cujos produtos têm sido alvo principalmente de análise de conteúdo tradicional que os rotula como reflexos de ideologias e contextos sociais, sem que se possa, no entanto, estabelecer conexões mais satisfatórias.

Esta dissertação se fez - ainda que de modo meramente introdutório - dentro do marco teórico da semântica lógica, ou formal, ou ainda semântica de valores veritativos, uma das opções dentro das teorias semânticas que preenche os requisitos atuais do trabalho científico: pouco se dá por garantido, os teoremas² são demonstráveis, e o que se explica é passível de generalização. Mais propriamente, semântica lógica na linha que Richard Montague inaugurou - um robusto e efervescente campo de pesquisa, hoje com muitas

¹ KATZ (1971: 97) ressalta essa economia teórica comparando com o jogo de baralho, em que se põe parte das cartas na mesa - os universais - enquanto se continua a jogar com o que está na mão - as particularidades de cada língua.

² TEOREMA é uma proposição verdadeira em um dado contexto. Os teoremas são inferidos logicamente de outras proposições, previamente demonstradas como verdadeiras. Mas, no ponto inicial, qualquer teoria dedutiva parte de alguns axiomas para contruir os teoremas.

ramificações, desde simples extensões até revisões radicais. Seu *insight* inicial é o de que as línguas naturais são passíveis de interpretação formal assim como as línguas artificiais lógicas¹. Usam-se, por exemplo, as categorias de *expressão referencial, nome próprio, argumentos*.

Procedeu-se à pesquisa teórico-bibliográfica, com posterior exame de amostra qualitativa (quatro edições) de texto jornalístico da revista *Veja*, incluindo indagações sobre a especificidade do *corpus*. Procedeu-se ao levantamento, análise e classificação do verbo *dizer*, bem como os demais verbos *dicendi*, em especial os chamados verbos de atitude proposicional.

No discurso jornalístico tem-se discurso indireto predominantemente². É o relato dos dizeres de terceiros dentro do dizer do jornalista. E dentro do dizer destes terceiros, eles também relatam o dizer de outros. Na superfície do texto, discurso direto e indireto são as formas como o narrador, geralmente oculto, insere a fala das fontes entrevistadas. A língua é usada para relatar a si mesma e seu funcionamento no mundo. Busca-se apresentar os fatos, mas as versões são também *fatos*, são *fatos verbais*. Através da análise, fica mais evidente a artificialidade e sutilezas dessa construção, os efeitos que se procura obter criando a ilusão de literalidade, objetividade, verdade, buscando a chamada persuasão de nível zero (fazer-se crer). Fica mais evidente o que dizemos dizendo e o que dizemos não dizendo, além dos vários níveis desses dizeres.

No texto jornalístico predomina o modo indicativo e há ausência de 2º e 1º pessoas, com presença marcante da 3º pessoa do singular e dos tempos presente simples e pretérito perfeito. O futuro é raro, expressa-se através do presente. O infinitivo é importante devido às transformações de discurso direto e indireto. O subjuntivo só é mais importante nos demais verbos que expressam juízos, avaliações, expectativas ou possibilidades, lembrando-se que o subjuntivo é o modo do não assumido, enquanto o indicativo é o modo do assumido.

O sistema de verbos da notícia tem como caráter principal o aspecto perfectivo da ação acabada. Van Dijk diz que constitui-se basicamente de asserções, não de promessas ou ameaças. As notícias são fragmentos de aparências. Excluem, portanto, verbos que se referem ao invisível e ao não-verificável, como *confiar, pensar, acreditar*, a menos que apareçam dentro do relato de terceiros ou do jornalista. O que foi selecionado como verbo *dicendi*, seguiu desse modo um critério pragmático: alguém *disse* que *confia, pensa, acredita*.

¹ CANN, R.: 1993: 317.

² O *Repórter Esso* não veiculava declarações, só fatos, e na terceira pessoa.

2. LINGUAGEM E JORNALISMO

A linguagem é usada para dar conta do mundo interior e do mundo exterior dos homens, desdobrando-se em várias funções, como apontaram Halliday¹, Jakobson² e Bühler³. Há tantas especulações sobre sua origem quanto sobre a origem do próprio ser humano. Os antropólogos acreditam que o homem existe há pelo menos um milhão de anos, talvez cinco milhões de anos ou mais. As primeiras inscrições decifradas, porém, datam apenas de há seis mil anos: são os escritos sumérios de 4.000 a.C.. Estes registros são tardios e nada esclarecem sobre a origem da linguagem⁴. Há ainda hoje milhares de comunidades ágrafas (sem sistema escrito) que falam línguas com perfeita realização.

A ciência empírica descarta o estudo da origem da linguagem porque havendo-se perdido as evidências e sendo impossível recuperá-las (a fala precedeu em muito a escrita), não há como pesquisar o assunto. Mas esta prescrição da ciência não conseguiu matar o profundo interesse que o assunto continua a merecer. A teoria monogenética da linguagem baseia-se na crença da origem também monogenética do homem. No entanto, alguns cientistas acreditam que o ser humano surgiu ao mesmo tempo em diferentes pontos da terra. Se assim foi, então houve várias protolínguas.⁵

A linguagem faz parte do mundo e do ser humano. Estudiosos e profissionais das mais diversas áreas se interessam pela linguagem:

... al lingüista le interesa el lenguaje como fin en sí mismo, al sociólogo por el esclarecimiento que aporta a la sociedad, al psicólogo por los datos que puede facilitar acerca del desarrollo y del carácter de los procesos mentales, al antropólogo por las clarificaciones que puede suministrarle sobre la naturaleza de la cultura, etc.⁶

E ao jornalista⁷, por que interessa ? Certamente não será como um fim em si mesmo. Porém, o produto final do trabalho do jornalista é quase sempre concretizado em

¹ HALLIDAY, M.A. K.: 1978.

² JAKOBSON, Roman : 1969 apud SODRÉ, Muniz : 1978.

³ apud LYONS: 1979: 50

⁴ FROMKIN, Vitoria & RODMAN, Robert: 1993.

⁵ VEJA, 30 de novembro de 1994, p. 72-80. A matéria diz que, segundo Michael Krause, no século 21 há perigo de extinção para 90% das línguas existentes. O Brasil, em 1500, tinha mais de 1.200 línguas (estimativa de Aryon Rodrigues/Universidade de Brasília) das quais sobrevivem menos de 200.

⁶ KATZ, Jerrold : 1971: 20.

⁷ profissão regulamentada no Brasil pelo Decreto-lei 972, de 17-10-1969. Privativa de bacharéis em curso especializado para as funções de redator, repórter, noticiarista, arquivista e revisor, tanto em jornais quanto em

linguagem verbal (as exceções são o repórter-fotográfico, o editor e o repórter de televisão, que, de alguma forma, têm de lidar também, ou principalmente, com a linguagem não-verbal. Segundo Juarez Bahia¹, “o texto no telejornal é diferente do texto na imprensa e no rádio em função da estrutura de movimento, instantaneidade, testemunhalidade, indivisibilidade de imagem e som, sintetização e objetividade da televisão.” Para o jornalista, a linguagem é instrumento do seu trabalho, e também nela expressa seu resultado. É necessário estudá-la para melhor desempenhar-se no ofício, um ofício *performativo* no sentido de que só se realiza mediante o uso de um sistema semiótico.

O conhecimento de normas de redação, dos *stylebooks*² das empresas de comunicação e de códigos de ética não resume o exercício ideal do jornalismo. Há muitas funções dentro da profissão, algumas exigindo alto grau de planejamento, organização, pesquisa, intuição e versatilidade. Trabalha-se, lado a lado, com o previsível e o imprevisível, tendo por certas as cotidianas *deadlines*.

Da mesma forma que a linguagem escrita³ traz enormes mudanças às línguas naturais, de oralidade muito mais antiga, assim cada novo meio de comunicação torna mais complexa a profissão, gerando especializações. Ao contrário da poesia e da literatura, o texto jornalístico não é obra aberta, onde cabe ao receptor decidir qual a mensagem: o jornalista tem algo específico a relatar. Deve assegurar o grau máximo de precisão, de correlação entre os fatos e seus relatos, considerando os filtros linguísticos de adequação ao público-alvo e os critérios fixados, explícita ou implicitamente, pela empresa que veicula seu trabalho. Tem compromisso com a compreensibilidade por parte do público: não é só questão de *escrever bem*, como faz crer a imagem do senso comum em torno da profissão. “Escrever bem é apenas parte da atividade profissional do repórter”, explica Bahia⁴. “Ele deve saber também apurar a notícia, ser tão bom nisto quanto em redação. Porque, para ser fiel ao que relata, a notícia precisa antes ser corretamente apurada.”

É necessário o conhecimento dos meios e suas imposições⁵, a focalização dos públicos-alvo e adequação da linguagem a estes públicos, que variam desde segmentos restritos até à sociedade toda. Essencial ainda é ter versatilidade para tratar com

assessorias de imprensa, departamentos de comunicação social de empresas e órgãos públicos. emissoras de rádio e televisão. (LAGE, Nilson: 1987: 59)

¹ BAHIA, Juarez : 1990 : 152.

² Alguns adeptos dos *stylebooks* - os manuais de redação específicos de cada empresa de comunicação - parecem listar *as leis naturais* do jornalismo. Na verdade listam sobretudo convenções não uniformemente aceitas, além de questões de gramática e conveniências de produção industrial. Cada empresa tem sua proposta, refletindo sua personalidade, postura e envolvimento social. Longe dizer que tudo é arbitrário em jornalismo, mas é oportuno relativizar certa tendência de agir como gramáticos prescritivos.

³ A escrita possibilitou a comunicação à distância e ao longo do tempo, alterando o modo de se estruturar as mensagens. FROMKIN, Vitória & RODMAN, Robert.1993.

⁴ BAHIA, Juarez : 1990 : 39.

⁵ dizia Marshall McLuhan, que o meio é a mensagem.

uma infinidade de assuntos e fontes. Ser intérprete e tradutor, mesmo quando se é especializado em uma área de cobertura ou assunto. O jornalista deve preocupar-se com o todo, no sentido de contextualizar o assunto: serve-se do conhecimento das ciências, mas diferencia-se dos especialistas em nome da abrangência e comunicabilidade. Usa instrumentos qualitativos como a observação e a entrevista, vai a campo, mas não dispensa a pesquisa quantitativa e dá atenção às singularidades, ao exótico, pelo alto grau de informação que contêm. Some-se a isso o ritmo da produção industrial dos meios de comunicação, inconcebível para a maioria dos cientistas, escritores (Rachel de Queiroz, a despeito de sua experiência como jornalista, leva em torno de 15 anos para escrever um livro¹), e para muitos outros profissionais.

Graciliano Ramos², que trabalhou como revisor e *reescrevedor*, disse ao jornalista Joel Silveira: “Não sei de profissão mais idiota do que essa de vocês, jornalistas, que vivem a recolher bobagens de pessoas sem importância”. Ernest Hemingway³, que ficou conhecido por suas reportagens-conto e notícias-história de um só parágrafo, foi redator do *Kansas City Star*, experiência a que dava muito valor. Winston Churchill⁴ refez cinco vezes um artigo antes que a revista *Collier's* o considerasse *fit to print*, útil concessão de estilo em benefício da compreensão por parte dos leitores. William Somerset Maugham⁵, escritor inglês, foi correspondente durante a II Guerra Mundial: confessou mais tarde que se sentia exausto de tanto escrever artigos, todos os dias, à medida em que viajava:

Para mim, essa espécie de literatura é mais difícil do que a ficção. Embaraçam-me os fatos que tenho entre as mãos e preciso de tempo para refletir e pô-los em ordem. Havia lido, num jornal inglês, os artigos escritos por um correspondente que fizera mais ou menos os mesmos giros que eu e, embora os achasse superficiais e por vezes inexatos, não pude deixar de admirar a habilidade com que ele apanhara os pontos mais salientes, produzindo uma coluna incisiva e de leitura agradável.

...
Quanto a mim, esses artiguinhos triviais me faziam suar sangue. Uma boa parte do assunto era enfadonha e queria torná-la interessante; tencionava ser verídico, e no entanto era obrigado a calar parte da verdade; e, para satisfazer a mim mesmo, fazia questão de escrever os artigos tão bem quanto fosse possível. Ainda que se destinassem a aparecer num jornal e serem esquecidos um dia após a publicação, não me conformava com a idéia de entregar ao prelo alguma coisa escrita com negligência e desleixo. Em resumo, sou um jornalista muito medíocre.

¹ VEJA, nº 40. Páginas amarelas.

² AMARAL: 1994: 102

³ SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena : 1978 : 79.

⁴ BAHIA, Juarez: 1990 : 85.

⁵ AMARAL: 1994: 172.

“É um milagre diário. Você faz um produto do início ao fim todo dia”, diz Fernão Lara Mesquita¹, do *Jornal da Tarde*. O processo, explica, é auto-referente - uns jornais se baseiam nos outros. Esta opinião confirma certa circularidade na indústria do discurso jornalístico - produtor, transformador e mercador de relatos sobre relatos, mais do que de relato direto de fatos. Van Dijk² teoriza sobre esta característica, dizendo que o jornalismo se aprisiona na teia que construiu para assegurar o volume diário necessário de notícias: tem que processar a produção jornalística vinda das instituições-fonte, sua contraparte na produção das notícias, “seu eu espelhado”, diz.

Reconhecendo o trabalho jornalístico como prática laboral própria, Margarita Londoño³ diz que a grande e moderna empresa está fazendo cada vez mais especializada esta profissão. Os receptores dos meios de massa têm atingido, segundo Londoño, certo nível de exigência no tratamento das mensagens, em uma retórica e estética peculiares compartilhadas socialmente no tocante aos meios de comunicação. Os conhecimentos das ciências sociais não habilitam à produção de mensagens de massa:

...Se bem que o trabalhador das comunicações tenha se tornado cada vez mais um operário e não um criador individual, o jornalista, aquele que trabalha especificamente a informação, continua tendo uma relação pessoal e individual com sua criação, com sua matéria particular ainda que ela não exista sozinha, senão como parte integral de uma totalidade. ... Paradoxalmente, onde ele busca sua identidade pessoal é onde tem que se negar como pessoa, em honra àquele tão prezado bem, a objetividade.

O jornalismo contudo vem tendo gradualmente reconhecidos seus atributos. Não é mais considerado literatura mal feita, reduto de aspirantes a literato ou escritores em busca de sobrevivência enquanto a fama não vem. Já há argumentos sólidos contra o desprezo da academia (que se crê a única fonte de conhecimento digna de crédito) , que o acusa de degradar o conhecimento, de ser *uma ciência mal feita*. Meditsch⁴ explica que o jornalismo é uma forma de conhecimento tão válida quanto outras - isto porque revela o que revela de forma única. Se a imprensa é acusada de produzir inverdades, manipular, mistificar, o mesmo acontece com a academia e nos outros setores da vida humana. Em vez das certezas absolutas e da objetividade, sabe-se que boa parte da produção científica é duvidosa, incerta, questionável sobre algum aspecto ou não passível de generalização, escreve Ziman⁵.

Os diferentes gêneros de discurso vão abordar a realidade de diferentes maneiras, definindo verdades diversas, cada uma pertinente a um objetivo ou a uma situação. Verdades são eventualmente válidas de acordo com seus pressupostos e objetivos.

¹ TV Bandeirantes, programa *Por acaso*, de 30 de novembro de 1997.

² DIJK, Teun van: 1988 : 129.

³ LONDOÑO, Margarita: 1984: 15.

⁴ MEDITSCH, Eduardo : 1998 : 25-38.

⁵ ZIMAN, John Michael : 1996.

“A distribuição social de conhecimentos não se dá apenas em termos quantitativos (uns conhecem mais que outros), mas também qualitativos (conhecem coisas diferentes). Cada campo de conhecimento é compartilhado por um auditório específico. A questão dos auditórios, assim como a dos campos lógicos, estabelece diferenças entre o modo de conhecimento das ciências e do jornalismo. Este dirige-se a um auditório universal devolvendo à realidade a sua transparência coletiva, mantendo a comunicabilidade entre os diferentes.¹

Para a filosofia da linguagem, a informação lingüística é somente ponto de partida. “Su meta es la de utilizar tal información para contribuir a las soluciones de aquellos problemas filosóficos tradicionales que se encuentran en el camino de una total comprensión del conocimiento conceptual”, afirma Katz². A premissa da filosofia da linguagem é que existe estreita relação entre forma e conteúdo da linguagem e forma e conteúdo da conceitualização. Sua tarefa é explorar esta relação e estabelecer ilações sobre a estrutura do conhecimento conceitual tendo por base o quanto se sabe a respeito da estrutura da linguagem. Já a filosofia da linguística, por outro lado, tem como mais importante função examinar teorias, metodologia e a prática do linguista descritivo. Pode haver considerável interpenetração destes campos, mas os objetivos de pesquisa são distintos.

Como propõe Chomsky³, pode-se estudar a linguagem como objeto natural. Nesta condição, a linguagem também é usada para falar de si própria.

Mas a linguagem não é apenas instrumento de comunicação que nos traz à presença tempos passados, paisagens distantes. Também não é só um sistema de sinais sobreposto à experiência, mas, ademais, o espaço de uma organização do mundo a que se chama cultura. Sons, cores, formas, paladares têm existência física, impressionam os órgãos de sentidos, mas é a cultura que gradua e classifica essas impressões, lhes atribui essências e valores simbólicos.⁴

Os seres humanos falam de fatos, coisas, situações, acontecimentos, sentimentos e emoções diversas. Falam da própria linguagem em ação: dão nomes, elogiam, perdoam, cumprimentam, pedem, mandam etc, e de forma ampla, por trás de todas estas ações, dizem. John Ross⁵, entre outros, defende que todas as sentenças contêm um verbo performativo subjacente de *dizer*. Se isso não é verdade absoluta, aplica-se no geral ao texto jornalístico. As informações e declarações estão ali porque alguém disse tal coisa. O jornalismo, dando ênfase à função referencial, reporta-se às coisas no mundo, mas de modo subjacente à linguagem e à própria comunicação como fato.

¹ MEDITSCH, Eduardo : 1998.: 25-38.

² KATZ, Jerrold :1971: 20.

³ CHOMSKY, Noam :1995.

⁴ LAGE, Nilson: 1987:5-6.

⁵ 1970, apud LYONS: 1979.

Benveniste cunhou o termo *delocutivo* (em algo similar a *performativo*) para os verbos que derivando da forma *x* significam fazer *x*, tais como *saudar* ou *agradecer*. “Chamam-se *delocutivos* os verbos derivados de locução e que denotam atividade do discurso. Assim, segundo E. Benveniste, o latim *salutare*, ‘pronunciar como voto ao interlocutor a palavra *salus*’, é um delocutivo.”¹

Quando a língua se refere a coisas concretas/objetivas no mundo exterior, é geralmente fácil identificar o referente. Mais complexo é o caso em que a língua se refere a ações e estados psicológicos, coisas que não existem ou são abstratas; fenômenos não diretamente observáveis, mas que mesmo assim podem vir a ter certo grau de objetividade. John Ziman² apela para o conceito de intersubjetividade: a soma das subjetividades tornadas públicas, consensuais, que nos permitiria ter uma idéia pública da dor em geral e de várias de suas formas específicas, embora ela seja experiência única de um sujeito. Porém, como John Austin³ argumenta, em *Sentido e percepção*, é inadequado estabelecer uma tranquila dicotomia entre percepções de *coisas materiais* e *dados dos sentidos*. Não existe *uma* espécie de coisas que percebemos, mas muitas espécies diferentes, cujo número pode ser reduzido pela investigação científica, mas não pela filosofia. Mesmo as evidências baseadas em *coisas materiais* são complexas: a mão pode ser mais rápida do que o olho, o bastão imerso na água parece torto, a moeda redonda parece elíptica conforme o ângulo. E não seria o caso de criar um rótulo para agrupar as percepções *enganosas*.

Na medicina, por exemplo, é óbvio que cada câncer e cada paciente é único, mas isso não impede que se generalize o tratamento do câncer e o atendimento aos doentes. Cada proferimento (*utterance*) é único, mas podemos estudá-lo abstraído de sua unicidade. A despeito da unicidade dos pacientes - seres humanos - e dos médicos e cientistas, também seres humanos subjetivos, da mutabilidade dos vírus, bactérias e microorganismos em geral, a medicina tem feito muito. Há uma bagagem de conhecimentos consensuais neste campo e em outros dentre as práticas derivadas da ciência - conhecimentos que se produzem em sentenças da língua natural. Nunca até hoje alguém materializou de forma observável o sonho de uma pessoa, que é experimentado somente pelo sujeito que está a dormir e sonhar. Mas é comumente aceito que sonhamos, há um significado abstrato para a palavra *sonho*, que engloba o sonho em geral, independente de quando, quem e onde (sem entrar nos significados decorrentes do básico ou literal).

¹ DUBOIS: 1995: 168.

² ZIMAN, John Michael: 1996.

³ AUSTIN, J. L.: 1993.

2.1 LÓGICA E LINGUAGEM

A matemática e a lógica foram, historicamente falando, estudos inteiramente distintos. A matemática esteve relacionada com a ciência e a lógica com o idioma grego. Mas ambas se desenvolveram nos tempos modernos e a lógica tornou-se mais matemática e a matemática tornou-se mais lógica. A consequência é que se tornou agora inteiramente impossível traçar uma linha entre as duas; de fato, as duas são uma. Diferem entre si como rapaz e homem: a lógica é a juventude da matemática e a matemática é a maturidade da lógica. Esse ponto de vista é mal aceito pelos lógicos, que tendo passado a vida no estudo dos textos clássicos, são incapazes de acompanhar um pedaço de raciocínio simbólico, e pelos matemáticos que aprenderam uma técnica sem se darem ao trabalho de indagar sobre o seu significado ou justificativa.

Bertrand Russell. *Introdução à filosofia matemática.*

Não sabemos como se processa o pensamento, nem quais suas relações e fronteiras com a linguagem, nem ao menos o quanto do pensamento é processo lógico ou processo linguístico. Mas foi a partir da língua que se inventou a lógica, ressalta Lage¹: “Cada um de nós conceitua as coisas por comparação e contraste, do ângulo da utilidade, da função. Para comunicar estes conceitos, aplicamos princípios lógicos, como os que encadeiam os sons na linguagem falada, formando locuções, sentenças, discurso.”

Há muitos tipos de lógicas e apenas algumas se desenvolveram a partir das tradicionais lógica proposicional e dos predicados. A lógica do conhecimento é lógica não-clássica, assim como a lógica da crença, que trata da manifestação do conhecimento na linguagem. Há também a *tense logic*, que trata do tempo verbal (e deixou de ser monotônica como a clássica); a lógica das ordens, a das perguntas (erotética), a lógica deontica. Renato A. Rabuske² cita ainda as lógicas da inteligência artificial como a de Kleene (declarações matemáticas não-decididas), a de Lukasiewicz (afirmações com contingência futura), a de Bochvar (dos paradoxos semânticos do tipo *esta sentença é falsa* e paradoxo do mentiroso³), a lógica intuicionista (segundo a qual a matemática vem primeiro, só depois a lógica), a lógica nebulosa ou difusa (surgiu por volta de 1965 e foi denominada *fuzzy*; trabalha com variáveis difusas). O sistema computacional Prolog, uma das principais linguagens de programação, fundamenta-se na lógica dos predicados: é uma linguagem declarativa, em que cada linha corresponde a uma afirmação.

A lógica é um sistema formal onde há necessidade de definir o vocabulário (léxico), as formas de expressão (sintaxe), e a interpretação das fórmulas (a semântica), o que justifica as peculiaridades e o uso no plural da palavra *lógica*. As lógicas não-clássicas diferenciam-se, entre outros aspectos, por aceitar mais do que dois valores-

¹ LAGE, Nilson : 1987: 6.

² RABUSKE, Renato Antônio: 1995:165-185.

³ Se ele diz que é mentiroso, está falando a verdade.

verdade (verdadeiro, falso e indefinido, ou múltiplos valores), ou por rejeitar teoremas da lógica clássica.

Quine¹, em 1942, dizia que naquelas últimas nove décadas, a lógica havia sofrido tal evolução que podia ser considerada uma nova ciência, a partir das pesquisas do matemático George Boole². Os prenúncios, porém, remontam a Leibniz. A nova lógica evoluiu de modo contínuo com Frege e Schröder, Charles Sanders Peirce e Peano. O amadurecimento, na opinião de Quine, veio com a publicação de *Principia Mathematica*, obra em três volumes de Russell e Whitehead. “A lógica antiga está para a nova lógica, menos como outra ciência anterior, do que como fragmento pré-científico da mesma disciplina.”³ Whitehead, prefaciando Quine em *System of Logistic*, diz : “... a lógica aristotélica tradicional apresenta-se como uma simplificação do problema completo que o assunto comporta. Há, nisto, uma analogia com a aritmética das tribos primitivas comparada à matemática moderna.”

A reforma ou extensão da lógica formal demorou a ocorrer: só se deu em meados do século passado. Atribui-se isso ao fato de que os matemáticos estavam preocupados com raciocínios e descobertas sobre números, funções e outras entidades matemáticas, não lhes restando tempo para raciocinar sobre o próprio raciocínio. As lógicas que complementam a lógica clássica fazem-no em relação ao vocabulário e à capacidade de expressão, explica Rabuske⁴, mas também em relação ao conjunto de teoremas fundamentais. A lógica difusa, base da segunda geração dos sistemas especialistas na área da computação, tem relação mais evidente com a concepção prototípica que admite gradações na especificação de um conceito, desde um núcleo (o protótipo) até a condição nebulosa em que se instaura a dúvida (Eleanor Rosch). Trata-se de distinção e caracterização de conceitos como *monte/montanha, criança/adolescente* etc.

Frege, Russell e os lógicos clássicos em geral consideravam a lógica a mais fundamental e geral das ciências.

A lógica é uma ferramenta de análise, concebida pelo humano e a serviço do humano, para permitir implementações de raciocínios e deduções em campos como a matemática, o conhecimento, a linguagem e outros.

Numa tentativa de estabelecer a ordem de chegada, pode-se dizer que o raciocínio humano deu origem à matemática e esta propiciou a chegada das lógicas.⁵

¹ QUINE, Willard van Orman: 1944: 11.

² George Boole (1815-1864), lógico e matemático inglês, cujas obras mais conhecidas são *Mathematical analysis of logic* (1847) e *An investigation of the laws of thought* (1858). Criou linguagem por fórmulas, um *calculus ratiocinator* (cálculo dedutivo).

³ QUINE, Willard van Orman: 1944: 11.

⁴ RABUSKE, Renato Antônio: 1995:165-185.

⁵ RABUSKE, Renato: 1995: 165.

Em Aristóteles, a lógica deriva da língua grega, mas se aplica ao mundo objetivo; em Boole, Frege, Russell - a lógica é ferramenta para o trabalho teórico em ciências exatas e da natureza. Ainda assim, pode ajudar a responder as duas perguntas consideradas fundamentais na semântica lingüística: a) O que é o significado em geral ?, b) O que são os significados de expressões particulares em uma língua ?.

Em linguística há aplicações diversas do modo de formalizar da lógica, além da semântica lógica propriamente dita (a de Montague e similares). A lógica, de forma geral, auxilia em lingüística como metalinguagem, ou apenas como modo de ordenar e apresentar os fatos discutidos.

Por semântica lógica¹, entende-se o estudo do significado com a ajuda da lógica matemática. Para os lógicos, o termo é mais restrito: refere-se à investigação do significado, ou interpretação de expressões em sistemas lógicos especialmente contruídos, a semântica pura². É ramo altamente especializado da lógica moderna, que discute coisas como consistência, completude, axiomatização ou métodos de prova. Enquanto a semântica pura é um braço da lógica ou da matemática, a semântica lingüística é um braço da linguística.

Grande parte das controvérsias e paradoxos surge e se mantém devido à miscelânea teórica de filosofia, lógica, matemática, linguística, psicolinguística, ciências da cognição, inteligência artificial, etc, com o agravante de que a literatura apresenta evolução histórica e não pode ser simplesmente (con)fundida. Discutem-se fenômenos diversos, nomeados por terminologias e classificações profusas, não coincidentes, gerando verdadeira Babel lingüística. Nas palavras de Ruth Kempson³:

Como disciplina que faz ponte entre a lingüística e a filosofia, a semântica suscita um considerável problema inicial para o neófito, pois grande parte da literatura sobre o assunto a ser examinado é escrita por filósofos e não por lingüistas. E mesmo quando os detalhes específicos das argumentações contidas em tal literatura são compreendidos, é muito fácil deixar de perceber as consequências teóricas de concordar ou discordar de tais argumentações.

Carnap⁴ diz que a linguagem artificial facilita o entendimento da linguagem natural, muito mais complexa. O físico, exemplifica, fracassaria se desde o princípio tentasse relacionar suas leis com as coisas naturais, tais como árvores, pedras etc. Pelo contrário: principia relacionando suas leis com as coisas mais simples, ainda que artificiais ou exemplificadoras: por exemplo, uma alavanca ou pêndulo. A lógica seria como os gases perfeitos ou o vácuo completo, ambos idealizações físicas: reduz a complexidade dos

¹ LYONS, John: 1979: 138-173.

² CARNAP, 1942, 1956, apud LYONS : 1979.

³ KEMPSON, Ruth : 1980 : 09.

⁴ apud KATZ, Jerrold :1971: 62-63

fenômenos a proporções manejáveis, possibilitando a descrição de leis. Katz¹, de sua parte, ressalta o caráter arbitrário das linguagens artificiais propostas pelos lógicos e questiona até onde é válido uma linguagem artificial se afastar dos fatos da linguagem natural.

Quilice Gonzales² lembra que se vive a era da informação em situação similar àquela do homem da Era do Ferro, que apesar de manipular e viver cercado por instrumentos daquele metal, não dispunha de instrumentos conceituais apropriados para explicar a sua natureza química ou física. O mesmo se pode aplicar ao significado: o ser humano é animal simbólico, que dota tudo o que faz de significado, sua cultura é um vasto sistema de trocas simbólicas. Não se sabe, todavia, o que é o significado, de que se compõe, como se processa, em que medida é cultural, biológico e natural. Se isso tivesse explicação, estaria talvez desvendado, no todo ou em boa parte, o enigma da produção do conhecimento.

2.2 LINGUÍSTICA E TEORIA SEMÂNTICA

O verbo teorizar é hoje conjugado assim: eu construí um modelo, tu formulaste uma hipótese, ele fez uma conjectura.

John Michael Ziman (1996)

Lévi-Strauss³, em *O pensamento selvagem*, observa que “a explicação científica não consiste, como fomos levados a imaginar, na redução do complexo ao simples”. Ao contrário, consiste, diz ele, na substituição de uma complexidade menos inteligível por outra mais inteligível. O ideal científico da elegância permanece, não obstante o avanço científico comumente consista de

*uma complicação progressiva do que alguma vez pareceu um conjunto de noções lindamente simples e que agora parece uma noção insuportavelmente simplista. ... Whitehead uma vez ofereceu às ciências naturais a máxima *Procure a simplicidade, mas desconfie dela*, para as ciências sociais ele poderia ter oferecido *Procure a complexidade e ordene-a*.*

“De que nos adiantaria uma explicação da realidade que fosse tão complexa quanto a mesma?”, pergunta, porém, Müller⁴. J.L. Borges⁵ conta a história de um país onde a cartografia chegou a tal perfeição que o mapa de uma província ocupava uma

¹ Ibidem.

² 1994 : 127-146.

³ apud GEERTZ:1978: 45.

⁴ MÜLLER, Ana Lúcia : 1988 : 186 - 187.

⁵ apud MÜLLER, Ana Lúcia : 1988 : 186 - 187.

cidade, e o do império ocupava uma província inteira. Chegou um momento em que os mapas dilatados foram abandonados por sua inutilidade. A metáfora serve para salientar que a utilização de um sistema lógico dedutivo para criar uma imagem do objeto de estudo implica em afastar-se dele, criando uma abstração, um modelo de realidade. Não se deve confundir com a elaboração de uma *teoria* que é tentativa de explicação da realidade, ressalta. O modelo é retrato simplificado do fenômeno estudado, que põe a nu certas estruturas e mecanismos, mas não tenta explicar o fenômeno.

A metáfora dos mapas é usada também por Ziman¹. Assim como um mapa se faz de informação imperfeita, mesmo que conscienciosa, uma teoria científica é tentativa de adaptar indícios experimentais incompletos e imperfeitos, contendo muitos elementos conjecturais ou incertos. As teorias podem ser feitas em diferentes escalas, cobrindo regiões maiores ou menores, com mais ou menos detalhes locais, representando o conhecimento em vários níveis de generalidade - ampla e abstratamente.

O conhecimento científico não é apenas a soma de todas as observações, *fatos*, leituras de mostradores, dados, números, fotomicrografias, etc, acumulados por cientistas confiáveis e seus instrumentos. Um tal agregado, por mais consensível, reproduzível, confirmado que fosse nos detalhes, seria completamente incompreensível sem princípios ordenadores gerais que resumissem efetivamente seu conteúdo. Estes princípios são as teorias, cujo sinônimo pode ser os modelos.²

Meditsch³ explica que o método científico interrelaciona teorias e fatos:

A teoria tem como papel restringir a amplitude dos fatos a serem estudados, desenvolver sistemas de classificação (conceitos), resumir o conhecimento acumulado (através de generalizações), prever fatos e indicar lacunas no conhecimento. Os fatos, por sua vez, iniciam teorias (é clássico o exemplo da maçã de Newton), rejeitam e reformulam teorias ou, em alguns casos, as redefinem ou as esclarecem. A teoria é sempre genérica, e os fatos específicos: o conhecimento específico ajuda a exatidão da teoria.

A partir dessa relação, o método científico se diferencia do senso comum: sua maneira de apreensão da realidade pressupõe uma experimentação controlada, isto é, um *corte* abstrato na realidade através do isolamento de variáveis que permita a obtenção de respostas a um questionamento baseado num sistema teórico. Este sistema nada mais é do que um sistema conceitual, em que o conceito aparece como uma nomeação abstrata a partir de um aspecto do fenômeno estudado. O processo de definição de conceitos se dá pela derivação que tem por consequência a criação de uma nova linguagem, em que a complicação dos termos é inerente à exatidão.

¹ ZIMAN, John M.: 1996: 105

² *ibidem*.

³ MEDITSCH, Eduardo: 1989: 57.

Lalande¹ diz que *teoria* é uma construção especulativa do espírito que liga consequências a princípios e que pode ser caracterizada por cinco fatores:

1. por oposição à prática na ordem dos fatos, é objeto de conhecimento desinteressado, independente de suas aplicações;
2. por oposição à prática na ordem normativa, aquilo que constituiria um direito puro ou um bem ideal;
3. por oposição ao conhecimento vulgar;
4. por oposição ao conhecimento certo, é a construção de hipótese ou opinião;
5. por oposição ao detalhe da ciência, é uma larga síntese que se propõe a explicar grande número de fatos.

Como ressaltou Popper², uma teoria só pode ser testada pelas tentativas de falsificá-la, pois é impossível provar sua verdade. Por outro lado, a questão é decidir se a falha da teoria deve ser tratada como objeção genuína ou se pode ser temporariamente desprezada, à espera de aperfeiçoamentos na formulação ou computação³. A linguística, como qualquer outra ciência, ocupa-se assim não apenas de coleta de fatos, mas da construção de sistema de conceitos abstratos que explique, da forma mais adequada possível, as propriedades particulares exibidas pelas linguagens. Ou, ao não ser aplicável, revele - através das incongruências - outros fatos.

Na metodologia popperiana, o desenvolvimento da teoria linguística segue, em geral, um padrão:

- (i) construção de sistema abstrato (teoria) para explicar certas partes da estrutura da linguagem,
- (ii) investigação das consequências da criação desse sistema,
- (iii) rejeição do sistema, ao levar à predição de certos fatos que não ocorrem na realidade, e,
- (iv) sua substituição por um sistema alternativo, compatível com os fatos.

Até recentemente, a semântica (Ruth Kempson⁴ a compara à Cinderela) era vista como ramo de conhecimentos não passível de métodos rigorosamente científicos. Além de abranger ampla classe de fenômenos, sofre grande diversificação, se comparada a

¹ apud REIMÃO: 1984: 150-154.

² apud KEMPSON: 1980: 13

³ ZIMAN, John Michael : 1996 : 55.

⁴ KEMPSON, Ruth: 1980 :

áreas mais estabelecidas, como a fonologia e a sintaxe. Só a partir de 1963, em influente artigo de Katz e Fodor¹ defendeu-se a sua inclusão, antes não tolerada, na gramática. Passou-se a considerar a descrição do significado como parte necessária de uma descrição do conhecimento linguístico do falante.

A questão semântica não é isolada. Trata-se de um problema da constituição da linguística em geral, nos seus fundamentos epistemológicos. Ao buscar seu *status* de ciência, em contexto predominantemente positivista, ela fez opções em termos de *observável/não-observável* e de um objeto único que a diferenciasse - o estudo da gramática, sua evolução e mecanismos (uma longa tradição). Deixou o estudo do significado - inobservável - para a psicologia e a lógica, como também a comunicação para a sociologia. Disso decorrem discussões (trazendo mais calor que luz, segundo Dillinger²) presentes até hoje em termos de mentalismo vs realismo, forma vs. função³, como se houvesse abordagens alternativas e excludentes. Hoje a semântica e a pragmática forçam a revisão destes postulados, e evidenciam nas inúmeras ilhas que constituem a linguística, a fragmentação do conhecimento, observável em qualquer manual através dos capítulos estanques (*colchas de retalho*, para Dillinger). Faz falta uma teoria integradora - *teoria-ponte*, pois “somente pela síntese de todas as áreas chegar-se-á à compreensão do todo”.

A ciência do significado, dentro da *colcha de retalhos* da linguística é também composta de várias teorias não relacionadas e independentes. A semântica não descreve as coisas no mundo diretamente, mas o instrumento que é usado para essa descrição. E, para descrevê-lo, costuma usar este mesmo instrumento. Neste sentido, a lógica pode ser elemento simplificador: metalinguagem para auxiliar na descrição e posterior interpretação das línguas naturais, explicitando ambigüidades e evitando o uso da própria língua natural⁴. Sua importância se expressa tanto na filosofia dos atos de fala quanto no empirismo lógico.

Atendendo à necessidade de ser o mais formal possível, a lógica colaborou para a reabilitação da semântica como campo respeitável de estudos científicos,

¹ apud AKMAJIAN: 1981: 228-266.

² DILLINGER, Mike : 1991: 395 - 407.

³ O termo funcionalismo surgiu na década de 1930, por iniciativa de antropólogos e etnólogos, como Malinowski e Radcliffe Brown. Enquanto este concebe a ordem social como essencialmente normativa (segundo Durkheim), Malinowski vê na mesma a satisfação das necessidades humanas (alimentação, abrigo, segurança, etc). O termo não designa teoria, mas tendência metodológica que perpassa as ciências naturais e sociais, em especial a biologia e a física, através da noção de função. O paradigma newtoniano era mecanicista, o darwiniano evolucionista e organicista, e o cartesiano, dualista. Outros dois funcionalistas que marcaram época depois de Malinowski e Radcliffe Brown foram Talcott Parsons e Roberto Merton. Parsons cunhou o termo *estrutural-funcionalista*, que alguns dizem ser uma tautologia, mas o abandonou em 1960. Com Parsons o termo *funcionalismo* passou a ser depreciado. Já Roberto Merton dissocia a noção de função da noção de finalidade. (BOEIRA, Sérgio Luís: 1996: 9-34.)

⁴ ALLWOOD et alii: 1977

após décadas de abandono e descrédito. Hocket¹, por volta de 1950, ressaltava a matemática como fonte privilegiada de subsídios para construção de modelos, em seu texto seminal intitulado *Two models of gramatical description*; nele aplicava conceitos lógico-matemáticos, como operação e relação. A análise linguística pode se beneficiar do rigor e sistematicidade dessa ordem de procedimentos que permite a generalização através de modelos abstratos. O campo de estudos abandonado outrora por Bloomfield tornou-se, através deste enfoque científico, menos inóspito. Nas palavras de um matemático:

Um dos méritos da matemática é seu sucesso na manipulação de informações. É muito fácil um problema nos confundir pelo exagero de alternativas favorecidas por seus dados. Uma abordagem sistemática ajuda a resolver o problema, possibilitando às vezes, a descrição de um *procedimento* (uma *receita*) para resolvê-lo, tornando mais compreensível a solução e permitindo mecanizá-lo se a realização do procedimento for muito longa. Muitas vezes uma boa representação para os dados (gráfico, equação ou árvore) sugere uma resposta ao problema. Uma boa representação, em geral, deve ser concisa, não-ambígua e operacional.²

A moderna computação e a inteligência artificial reabilitaram o estudo de coisas abstratas como a mente (e o significado), colocando-a em integração com o cérebro, tal como o *software* com o *hardware*. Em um computador, mesmo a parte física - hardware - está carregada de linguagem, de instruções abstratas que determinam como se fundirá certos *chips*, determinando a passagem e múltiplas combinações da corrente elétrica em seus dois estados (0 e 1). Um computador é nada sem a parte abstrata que define sua arquitetura e os programas que o farão trabalhar.³

A partir das reflexões de Paula Müller⁴, sobre a semântica versus a pragmática, é possível dizer que a semântica está em fase de construção *newtoniana* (espaço e tempo são coordenadas independentes e constantes, o que equivale a não levar em conta o falante-observador), mas já se pretende fazer uma *semântica da relatividade* (o fenômeno depende do observador e sua posição espaço-temporal). Ou, mais além, inspirando-se na mecânica quântica, onde os fenômenos não só dependem da posição espaço-temporal do observador mas este pode criar e/ou influenciar fenômenos.

Qualquer explicação de qualquer aspecto das linguagens naturais deve ser dada em termos de conjunto finito de enunciados ou regras, que caracterizem conjunto infinito de sentenças. Um objetivo global da linguística - talvez o mais importante - é criar uma teoria geral de estrutura linguística que apreenda exatamente as características peculiares da linguagem humana, compartilhadas por todas as línguas.

¹ 1963 : 386-399.

² BEZERRA, Lício Hernanes: 1995: 11.

³ ver JOHNSON-LAIRD, Philip: 1988.

⁴ MÜLLER, Ana Lúcia: 1988 :188.

Kempson¹ formula três condições que um componente semântico dessa teoria linguística deve satisfazer:

- (i) caracterizar a natureza do significado de palavras e do significado de sentenças para qualquer linguagem e explicar a natureza da relação entre eles;
- (ii) explicar ambigüidade, sinonímia (acarretamento mútuo), acarretamento (segundo Akmajian² a mais central das relações de verdade na semântica), contradição (a conversa do argumento), inclusão lógica, etc.
- (iii) fazer tais caracterizações na forma de um conjunto finito de regras que capturem as regularidades contidas num conjunto infinito e específico de sentenças.

Provavelmente, a propriedade mais central das expressões a ser descrita é a significatividade, de acordo com Akmajian³, e, por outro lado, a ausência de significatividade. Uma teoria semântica deve dizer quais expressões são significativas e quais não são.

O problema clássico da semântica - no qual tradicionalmente se tropeça- é a explanação das relações entre uma palavra e aquilo que o seu uso implica, e da relação entre uma sentença e aquilo que o seu uso implica. Há três maneiras principais pelas quais lingüistas e filósofos tentaram construir explicações do significado na linguagem natural:

- a) definindo a natureza do significado de palavras,
- b) definindo a natureza do significado de sentenças e,
- c) explanando o processo de comunicação.

Há justificativa para estes três interesses, uma vez que muitas palavras têm relação com os objetos, as sentenças são usadas para descrever estados de coisas e a linguagem é o veículo pelo qual efetuamos a comunicação. São três possíveis pontos de partida para construir a explanação do significado. As expressões da língua não somente têm significado e com frequência referência, mas também podem ser usadas para dizer coisas que são verdadeiras ou falsas. Apesar das disputas, uma descrição semântica adequada das línguas naturais deve explicar e abranger tanto os fatos relacionados ao significado quanto os relacionados à referência. O primeiro passo, de qualquer modo, é responder o que é significado (*meaning*), referência e quais os fatos relacionados.⁴

¹ KEMPSON, Ruth : 1980: 20.

² AKMAJIAN : 1981: 232.

³ *Ibidem*.

⁴ *Ibidem*, p. 236.

Portanto, uma descrição da semântica de uma língua consistiria de *regras sintáticas* (regras de formação das orações), complementam com *regras de designação* (interpretam os símbolos descritivos na forma de designados específicos) que especificam as coisas a que se referem os termos e as expressões da linguagem, e com *regras de verdade* que enlaçam as sentenças com suas condições de verdade. As regras sintáticas facilitam o vocabulário da linguagem que consta de dois tipos de símbolos: símbolos descritivos (descrevem aspectos do real) e símbolos lógicos (variáveis proposicionais e conexões funcionais veritativas a partir da lógica proposicional, variáveis quantificacionais e individuais).

2.2.1 O EXTENSIONALISMO

Uma longa tradição - o extensionalismo¹ - identifica o problema do significado com o problema da referência: a relação entre palavra e objeto. A teoria referencial do significado propõe que o significado de cada expressão² *X* é o objeto (de fato) a que ela se refere, o seu referente. Os problemas que surgem ao se identificar o significado com a referência são os seguintes:

- a) Se uma expressão tem significado, então deve ter referente, o que não é o caso de expressões como *Pégaso*, *unicórnio*, *a primeira mulher presidente do Brasil*, *o atual rei da França* ou *Alô !*.
- b) Se duas expressões têm a mesma referência, devem ter o mesmo significado. Frege pôs em cheque tal proposta com sua discussão sobre Vênus, que também é chamada de Estrela Matutina (*Morning Star*) ou Estrela Vespertina (*Evening Star*), sem que se possa intercambiar as expressões em todos os contextos.
- c) Qualquer coisa que seja verdadeira de uma expressão deve ser verdadeira de seu significado. Assim *Sir Edmund Hilary*, *o primeiro europeu a escalar o Everest e agraciado por isso pela rainha*, incluiria tudo isso no significado de *Edmund Hilary*.

O extensionalismo enfrenta inúmeros problemas, de que trata grande volume de literatura filosófica. Em especial, objetos abstratos, inexistentes; as preposições, os

¹ RUSSELL(1902) expôs essa concepção, e mais recentemente DAVIDSON (1967) a partir de uma teoria do significado baseada na verdade. KEMPSON: 1980: 24.

² Em gramática tradicional, chama-se expressão todo constituinte de frase (palavra, sintagma). (DUBOIS, 1995 :257).

contextos opacos que se seguem a verbos como *acreditar*, *querer* e *esperar*. Duvida-se que a solução dos problemas da referência constitua solução automática para o problema do significado.

2.2.2 O MENTALISMO

Explicar o significado apenas em termos de conceitos não tem verificabilidade empírica. Esta crítica se faz às teorias baseadas em imagens mentais (Sapir e Saussure¹), que, no máximo, atenuaram a inadequação do uso de *imagem* substituindo esta palavra por *conceito*, definido como “cápsula conveniente de pensamento”. A própria palavra conceito teria que ser rigorosamente definida. Saussure avança um pouco mais dizendo que “a língua é um sistema de termos interdependentes, no qual o valor de cada termo resulta apenas da presença simultânea de outros”² - uma abertura, portanto, à intensionalidade. A concepção clássica de conceitos³ refere-se a conjuntos de propriedades ou atributos, sem graduações. Posteriormente, cunhou-se a concepção teórica, que ao contrário da clássica e da prototípica, não vê os conceitos como conjunto de propriedades, mas destas propriedades e também de suas relações com outros conceitos.

Ao definir-se o significado em termos de construtos mentais (como na teoria assumida por Katz, chamada conceitualismo ou mentalismo) não se explica a relação entre uma palavra e algum objeto a que ela se refira, ou a relação entre uma sentença e um estado de coisas que a mesma descreva. Se significados não são objetos de fato, talvez eles sejam objetos mentais. Mesmo não havendo cavalos voadores como referentes, há esta idéia, e talvez ela seja o significado de *Pégaso*. “O conjunto de significados possíveis de uma dada palavra é o conjunto de possíveis sentimentos, imagens, idéias, conceitos, pensamentos e inferências que uma pessoa poderia produzir ao ouvir e processar tal palavra”, resumem Glucksberg e Danks⁴. O significado de cada expressão *X* seria uma idéia *Y*, associada com *X* nas mentes dos falantes.

O problema é que a noção de *idéia* é muito vaga para permitir que se prediga qualquer coisa específica e, portanto, a teoria não é verificável. Quando o conceito de *idéia* é especificado o suficiente para ser verificado, a teoria leva a falsas previsões. Uma saída é identificar *imagem* com *conceito*, e esperar que a psicologia consiga explicar o que eles são.

¹ SAUSSURE, Ferdinand : 1974.

² apud KEMPSON: 1980: 27.

³ ABRANTES, Paulo: 1994: 17

⁴ apud AKMAJIAN: 1981: 245.

Se *idéias* forem consideradas imagens mentais, surge o problema de não haver imagens mentais o suficientemente abstratas para representar, por exemplo, *cachorro*, *triângulo*, ou *mulher* em geral. A imagem é sempre muito específica: o cão terá cor, raça, tamanho, o triângulo será isóceles ou escaleno, a mulher será loira ou morena, nova ou idosa, etc. Não haverá, do mesmo modo, imagem para coisas como verbos ou preposições.

2.2.3 A CONTRIBUIÇÃO DE FREGE

Gottlob Frege (1848-1925)¹, lógico alemão que não conseguiu maior reconhecimento acadêmico em vida, não pretendia com certeza influenciar como influenciou a semântica linguística. Procurava fundamentação para a aritmética mediante conceitos e pressupostos iniciais totalmente explicitados e suficientemente esclarecidos. A lógica era, na sua opinião, instrumento indispensável para essa fundamentação. Partiu de quatro noções primitivas: negação, implicação, identidade e a quantificação universal. Com isso e mais nove axiomas, chega a conceitos originais e importantes como função proposicional (função e argumento), uso de quantificação, variável, entre outros.

A ideografia - linguagem logicamente perfeita - de Frege era menos pretensiosa que a de Leibniz (sem limitações): circunscrevia-se à lógica e à matemática, não se podendo assim culpá-la por não servir integralmente a outros fins. Pretendia apenas substituir a linguagem corrente em determinadas atividades científicas. Tal ideografia era limitada em sua aplicação e instrumental em sua natureza.

Frege criticou o empirismo (segundo o qual o conceito de número teria por base a experiência psicológica oriunda de nosso conhecimento sensorial do mundo físico), o formalismo (em que os números se reduziriam ao sinal ou símbolo enquanto mero objeto material), e o psicologismo (os números teriam por fundamento objetos de natureza psicológica e subjetiva produzidos pelas leis inerentes ao pensar). Para ele, números eram entidades objetivas e abstratas.

Através da teoria do significado, Frege encontra os fundamentos para sua ideografia mediante os pressupostos de que: a) os objetos existem; b) os números são um subconjunto deles; c) os objetos são cognoscíveis e d) a aritmética tem neles seu conteúdo.

Sua distinção entre *sinn* e *bedeutung* (traduzida por *sentido* e *referência*) mostrou a importância de distinguir entre um objeto e suas propriedades,

¹ FREGE, Gottlob : 1978.

repercutindo no plano linguístico: os objetos são designados por nomes próprios e as propriedades por expressões predicativas. A diversidade de designações não justifica por si só diversidade de designados. O modo pelo qual uma expressão designa ou refere-se ao seu referente constitui o sentido da expressão. Tanto o sentido como a referência são objetivos, independentemente de entidades ou impressões psicológicas. Na poesia, as palavras têm apenas sentidos, mas na ciência e no jornalismo, além dos sentidos, necessita-se da referência. Esta distinção é fundamental para entender as discussões em torno dos contextos opacos, dos verbos de atitude proposicional, as noções de *de dicto* e *de re*, uso e menção, modo material e modo formal.

No mundo, tudo quanto existe ou é objeto ou é função - os dois aspectos fundamentais da realidade, não havendo a possibilidade de ser ambos simultaneamente. Aos objetos correspondem nomes e às funções, expressões funcionais. Conceitos são funções de um único argumento, cujos valores são valores-verdade. O objeto completaria a função. O referente de uma expressão é o objeto que ela designa: $2 + 2$ e $6 - 2$ referem-se ou designam o mesmo referente, ou seja 4 (o algarismo e a palavra *quatro* também). Uma sentença tem como sentido um pensamento - conteúdo proposicional ou proposição - e seu referente é um valor veritativo, *verdadeiro* ou *falso*. Relaciona-se a isso o fato de que, em Boole, o 0 (zero) é a extensão de um conceito sob o qual nada cai, e o 1 (um) a extensão de um conceito sob o qual tudo de que se fala presentemente (universo do discurso) cai; estes dois conceitos são mutuamente excludentes. A forma linguística das equações é uma sentença assertiva, que contém como sentido um pensamento, verdadeiro ou falso. O valor-veritativo deve ser considerado como a referência da sentença.

O argumento não faz parte da função, mas com ela compõe um todo. A função em si é incompleta, insaturada. Difere dos números por necessitar de complementação. O valor de uma função para tal argumento é aquilo em que resulta a função quando completada por esse argumento. Assim 3 é o valor da função $2x^2 + x$ para o argumento 1, já que temos $2 \cdot 1^2 + 1 = 3$. Em $(2^2 = 4) = (2 > 1)$ tem-se uma igualdade correta, mas ambos os lados significam coisas diferentes. A função de um argumento é um conceito e a de dois argumentos, uma relação.

A igualdade de referência não tem como consequência a igualdade de pensamento/contéudo. Como no caso da *estrela da manhã* e *estrela da tarde*, (2^2) e (*4 vezes 1*) têm a mesma referência, são nomes próprios do mesmo número, mas não têm o mesmo sentido. O fato de haver numerais romanos, árabicos e outros sistemas não implica que se tenha inventado outros números. As diversas notações referem-se aos mesmos números. Deste modo, sentenças diferentes podem exprimir o mesmo pensamento ou conteúdo proposicional.

“A linguagem tem meios de fazer aparecer como sujeito, ora esta, ora aquela parte do pensamento. Um dos mais conhecidos é a distinção entre forma ativa ou forma passiva.”¹ A mesma sentença pode ser concebida como predicção sobre um conceito ou sobre um objeto a que o conceito se reporta.

Londres é a referência da expressão *a capital da Inglaterra*. Na sentença assertiva *César conquistou as Gálias*, o argumento é *César*. *Conquistou as Gálias* é, por si só, parte insaturada com um lugar vazio. A referência da parte insaturada é denominada função (*X conquistou as Gálias*). Pode-se admitir a dupla insaturação com a função *X conquistou Y*, em que X é César e Y as Gálias. Sentenças têm valor veritativo, isto é, são verdadeiras ou falsas.

Bertrand Russel defende teoria própria, a das descrições, em especial no clássico artigo “Sobre el denotar”². Propõe três paradoxos como fundamentais para uma teoria da referência. Estes paradoxos (*puzzles*) teriam a mesma função que os experimentos em física:

1. Si *a* es idéntico a *b*, todo lo que es verdadero de uno es verdadero del otro, y cualquiera de ellos puede sustituir al otro en cualquier proposición sin que se altere la verdad o falsedad de la misma. Ahora bien, Jorge IV quiso saber si Scott era el autor de *Waverley*; y, en efecto, Scott *era* el autor de *Waverley*. Luego, podemos sustituir *el autor de ‘Waverley’* por *Scott* y de este modo probar que Jorge IV quiso saber si Scott era Scott. Sin embargo, difícilmente pueda atribuirse al primer caballero de Europa un interés por el principio de identidad.

2. Por el principio del tercero excluido, debe ser verdadera o bien ‘A es B’ o bien ‘A es no B’. Por consiguiente, debe ser verdadera o bien ‘el actual rey de Francia es calvo’, o bien ‘el actual rey de Francia no es calvo’. Sin embargo, si hacemos una enumeración de las cosas que son calvas y de las que no lo son, no encontraremos al rey de Francia en ninguna de estas listas. Quizá los hegelianos, que aman las síntesis, concluirán que usa peluca.

3. Consideremos la proposición ‘A difiere de B’. Si es verdadera, hay una diferencia entre A y B, hecho que puede ser expresado en la forma: ‘la diferencia entre A y B subsiste’. Pero si es falso que A difiere de B, entonces no hay diferencia alguna entre A y B, hecho que puede expresarse en la forma: ‘la diferencia entre A y B no subsiste’. Pero (?) cómo una no-entidad puede ser el sujeto de una proposición? ‘Pienso, luego soy’ no es más evidente que ‘soy el sujeto de una proposición, luego soy’, siempre que se tome ‘soy’ como afirmación de subsistencia o ser (los uso como sinónimos), no de existencia. De aquí que, al parecer, debe ser siempre contradictorio negar el ser de algo; pero hemos visto, en relación con Meinong, que admitir el ser también conduce a veces a contradicciones. De este modo, si A y B no difieren, parece igualmente imposible suponer o bien que hay un objeto tal como ‘la diferencia entre A y B’, o bien que no lo hay. La relación entre el significado y la denotación plantea ciertas dificultades curiosas, que parecen bastar por sí mismas para probar que la teoría que conduce a ellas debe ser errónea.

¹ FREGE, Gottlob: 1978 : 92.

² in SIMPSON, Thomas Moro (org.): 1973 : 38. *On denoting* é de 1905 e a crítica de Strawson (*On referring*) é de 1950.

2.2.4 A TEORIA DA VERDADE DE TARSKI

A tentativa de explicar a base do significado em termos da relação entre uma palavra e o objeto a que ela se refere tem longa tradição em filosofia. Recentemente, porém, defendeu-se ponto de partida bastante diferente para uma teoria do significado. O lógico Alfred Tarski em 1933 sugere que a caracterização do que entendemos por significado de uma sentença é o que constitui a base de uma teoria semântica, e não a caracterização do significado de palavras. “A neve é branca” é, pois, uma proposição verdadeira se a neve é branca. No entanto, “neve” e “branca” podem corresponder a objetos ou estados de coisas, porém não têm, de per si, valor de verdade. Não se pode afirmar que “neve” ou “branca” sejam verdadeiros ou falsos.

A proposta de Alfred Tarski implica que conhecer o significado de uma sentença é conhecer em que condições esta sentença seria verdadeira. A teoria parece trivial e se explicita na fórmula:

S é verdadeira se, e somente se, p . Onde:

S é o nome da sentença, mera pronúncia;

p as condições que garantem a verdade dessa sentença.

A interpretação semântica envolve um conjunto de regras que correlacionam automaticamente cada sentença da linguagem com o conjunto apropriado de condições. A correlação é entre uma cadeia não interpretada e alguma coisa correspondente à interpretação dessa cadeia.

S significa que $p \equiv S$ é verdadeira se, e somente se, p .

A fórmula permite correspondência entre sentenças que ocasionalmente têm o mesmo valor-verdade, sem distinguir entre os pares de sentenças, que só o partilham por coincidência, e pares de sentenças que necessariamente partilham o mesmo valor-verdade. Reforçando-se a fórmula para evitar isso, chega-se a:

S significa que $p \equiv$ Necessariamente S é verdadeira se, e somente se, p .

Fica claro deste modo que as condições devem ser tanto necessárias quanto suficientes para a verdade da sentença em questão. Isso leva a “um verdadeiro vespeiro de problemas filosóficos”, afirma Kempson¹.

A explicação do significado baseada na verdade adota a posição de privilegiar a sentença, explicando o significado das palavras como a contribuição que dão para o significado das sentenças, para as condições de verdade das sentenças onde ocorrem. É o princípio da composicionalidade, derivado de Frege: “o significado de sentença é função do significado de suas partes - e, naturalmente, das regras de composição destas partes.” A composicionalidade, segundo Akmajian², se fundamenta no fato de que palavras e expressões familiares em número finito, podem ser combinadas e recombinaadas para formar número infinito de novos sintagmas e sentenças. Portanto, uma teoria semântica finita que reflita a composicionalidade poderá descrever o significado de um infinito de expressões complexas. As expressões idiomáticas e os complementos proposicionais de atitudes agem como constituintes únicos em termos de composicionalidade. Tal definição não se constitui círculo vicioso porque uma das expressões - significado de sentenças - recebe caracterização independente.

Quine afirma³:

A unidade de comunicação é a sentença, não a palavra. Esse princípio de teoria semântica foi durante muito tempo obscurecido pelo primado inegável, sob certo aspecto, das palavras. Sendo as sentenças em número ilimitado e as palavras em número limitado, necessariamente compreendemos a maioria das sentenças por construção a partir de palavras já familiares. Na realidade, não há conflito no caso. Podemos permitir às sentenças um monopólio total de *significado* em certo sentido, sem negar que o significado tem que ser construído. Podemos dizer então que conhecer palavras é saber como construir os significados das sentenças que as contêm. As definições de dicionários são simples cláusulas numa definição recursiva dos significados de sentenças.

A semântica formal basea-se, em resumo, na teoria da verdade de Tarski, no homomorfismo⁴ entre a semântica e a sintaxe, e na construção de modelos. Tais modelos serão sobre as entidades fundamentais existentes no mundo e suas categorias sintáticas. Referir-se-ão não apenas a nosso mundo real e presente, mas a mundos que existiram ou que poderão vir a existir, ou simplesmente mundos que somos capazes de imaginar: *a semântica dos mundos possíveis ou intensional*.

¹ KEMPSON, Ruth: 1980 : 37.

² AKMAJIAN: 1981: 242.

³ Apud KEMPSON: 1980: 39.

⁴ sintaxe e semântica construídas conjuntamente, através das mesmas etapas e de operações paralelas. Isto não significa que a categorias semânticas (agente, paciente etc) correspondam exatamente categorias sintáticas, numa língua I (sujeito, objeto etc, por exemplo); significa, melhor dizendo que existe correspondência, embora não sistemática, entre papéis semânticos e casos sintáticos. Essa correspondência pode ser definida por critérios particulares de uma ordem de sentenças da língua I, ou por idiosincrasias do relacionador ou função.

Essa semântica restringe-se ao sentido literal das sentenças. Sua plausibilidade depende, além disso, da existência de significados primitivos a partir dos quais os significados de expressões mais complexas se comporiam recursivamente e da existência de um conceito operacional de verdade¹.

Resta à explicação baseada na verdade o ônus de estabelecer os princípios gerais (as regras semânticas) subjacentes à correlação entre uma sentença e suas condições de verdade. É aí que surge a natureza composicional do significado de sentenças. A especificação dessa teoria semântica envolverá uma exposição precisa das regularidades pelas quais, para cada sentença da linguagem, os significados de palavras tal como especificados no dicionário se combinam para formar os significados de sentenças.

O conceito de verdade necessária em linguagem natural (verdade analítica) é espinhoso devido a pelo menos duas razões. Como salienta Quine², verdade analítica, significado, definição, e sinonímia são interdefiníveis, levando a um exercício de circularidade. A verdade analítica teria que ser um construto independente. Em segundo lugar, Quine destaca a impossibilidade de diferenciar entre sentenças analiticamente verdadeiras e as contingentemente verdadeiras, ou seja, distinguir enunciados que são verdadeiros em virtude de sua estrutura, de enunciados verdadeiros em virtude de circunstâncias externas. Assim se justifica o abandono da distinção.

Kempson³ argumenta, contra a acusação de circularidade, que, a se estabelecer este raciocínio, a lógica sofreria do mesmo mal. A lógica é o estudo de uma verdade necessária, geralmente considerada distinta da verdade analítica - a verdade lógica. Mas, para explicar o conceito de verdade lógica é que foram criadas lógicas. Assim, se pedirmos uma explicação da verdade lógica, a única resposta é que é a verdade decorrente das leis da lógica. Se, porém, continuarmos a pedir explicação das leis da lógica, a única resposta será em termos de verdade lógica. Apesar de ser assim, os lógicos não consideram que a construção de uma lógica é exercício sem poder explanatório.

A analiticidade (que, segundo Katz, tem parentesco com acarretamento⁴) é o caso em que a verdade é necessária, porque o significado do sujeito inclui os conceitos expressos pelo predicado (por exemplo, "Sócrates é homem"), e a correção da afirmação está, portanto, garantida sobre bases lingüísticas. A contradição é o caso em que a falsidade é necessária porque o significado do sujeito inclui conceito incompatível com algum conceito componente do significado do predicado (por exemplo, "Sócrates é mulher") ,

¹ MÜLLER, Ana Lúcia : 1988 : 184.

² apud KEMPSON, Ruth : 1980.

³ Ibidem, p. 42-43.

⁴ *vinculación* nesta tradução espanhola.

garantindo assim a incorreção da afirmação sobre base linguística. Para Kant¹, analiticidade é a vacuidade atributiva que resulta da não contribuição do significado de um predicado ao conteúdo semântico do significado de seu objeto. A negação de uma sentença analítica é marcadamente contraditória, e a negação de sentença sintética (por exemplo, “A distância é de 20 km”) é marcadamente sintética. Já a negação de sentença contraditória é analítica.

Lyons² diz que proposição analítica é aquela cuja verdade é determinada somente com base em sua forma lógica e no significado de seus elementos componentes. Ela se mantém em todos os mundos possíveis e é necessariamente verdadeira. Tautologias e contradições são analíticas. Uma proposição sintética, explica Lyons, é aquela cuja verdade ou falsidade depende de como o mundo se apresenta. Não se determina apenas por análise lógica pura. Pode ser verdadeira ou falsa.

As proposições são compostas de dois tipos de termos³: nomes e predicados. Os nomes referem-se a indivíduos, cujo estatuto depende da visão que se tenha de mundo. A dúvida está em considerar indivíduos coisas abstratas como *beleza*, *pensamento*, estados psicológicos. Lyons, por exemplo, prefere excluir do rótulo de *indivíduo* grupos ou coleções de coisas, abstrações, ou estados psicológicos.

Por predicado, Lyons⁴ entende o termo que é usado em combinação com um nome, com o objetivo de dar alguma informação a respeito do indivíduo ao qual o nome se refere e assigna alguma propriedade. Predicados podem ser considerados como operadores por meio dos quais proposições simples são construídas a partir de nomes. Uma proposição simples é função de seu nome ou nome componentes, enquanto o nome é um argumento (função e argumento no sentido matemático usual).

Embora não haja consenso universal quanto às teorias de verdade, elas estão muito mais articuladas do que as demais teorias do significado. O conceito de valor-verdade é melhor compreendido e permite verificação mais rigorosa. A caracterização do significado em termos de condições de verdade é considerada, com frequência, equivalente ao equacionamento do significado com a forma lógica de uma sentença. A forma lógica varia segundo a estrutura do argumento: a forma lógica de um enunciado pode ser considerada uma especificação a partir da qual todas as inferências relevantes para o papel desse enunciado em argumentos podem ser deduzidas por uma regra geral.

Primeiro, o conceito de forma lógica é atribuído a enunciados, mas o conceito de ter uma condição de verdade foi atribuído a sentenças. Segundo, o tipo de verdade que

¹ KATZ, Jerrold : 1971: 162.

² LYONS, John : 1979: 147.

³ TERMO: do latim terminus. Elemento terminal da análise, a menor parte.

⁴ LYONS, John : 1979: 138-173.

as formas lógicas foram construídas para caracterizar é a verdade lógica, a chamada *verdade de razão*, ao passo que é a verdade analítica que evocamos ao discutir as condições de verdade para sentenças. Finalmente, a caracterização da forma lógica se faz em termos de inferências, ao passo que a caracterização do significado se faz em termos de condições de verdade. Cada uma destas distinções é mais aparente do que real.¹

Ignorando-se a distinção entre verdade lógica e verdade analítica, percebe-se por que a caracterização do significado de uma sentença em termos das condições de verdade para essa sentença é considerada equivalente à caracterização do significado de uma sentença em termos de sua forma lógica. A forma lógica de uma sentença é a especificação a partir da qual todas as inferências (sejam relativas à verdade analítica ou à verdade lógica) podem ser feitas por regra geral. Essas inferências são as condições necessárias para a verdade da sentença, explica Kempson².

Kempson³ defende a semântica dos valores-verdade salientando que fornece a base para explicação sistemática da relação entre o significado de sentenças e de palavras, e permite a previsão automática dos acarretamentos de todas as sentenças da linguagem. Além disso, como as relações semânticas de acarretamento, sinonímia e contradição são todas interdependentes, uma bem sucedida caracterização de um desses termos asseguraria a explicação das outras relações. A ambigüidade também é satisfatoriamente tratada atribuindo-se às sentenças ambíguas os correspondentes conjuntos de valor-verdade. A semântica de condições de verdade pode ser, no entanto, criticada por sua incapacidade de tratar de sentenças não-indicativas como perguntas e ordens, além dos proferimentos performativos, deficiência que vem sendo enfrentada com a construção de lógicas ampliadas. Esta limitação seria o ponto forte da principal corrente oponente: a filosofia dos atos de fala ou da linguagem ordinária.

A semântica lógica linguística tem intenção algorítmica. Por algoritmo⁴, entende-se uma sucessão de operações elementares rigorosamente descritas que resultam na resolução de classe particular de problemas. A gramática pode ser considerada como algoritmo: conjunto de instruções explícitas que possibilita a produção de frases.

Para Guimarães e Lages⁵, um algoritmo é a “descrição de um padrão de comportamento, expressado em termos de um repertório bem definido e finito de ações *primitivas*, das quais damos por certo que elas podem ser executadas”. É uma norma executável para estabelecer um certo efeito desejado, a solução a um certo problema. São

¹ KEMPSON, Ruth : 1980: 45.

² Ibidem, p. 48.

³ Ibidem, p. 49.

⁴ DUBOIS: 1995: 40.

⁵ GUIMARÃES & LAGES : 1994.

exemplos da vida cotidiana as instruções de uso, indicações de montagem, receitas de cozinha, partituras musicais, etc. O algoritmo deve ser determinístico, isto é, dadas as mesmas condições iniciais deve produzir, depois de executado, os mesmos resultados. É possível extrair padrões de comportamento de um relato descrevendo-o em algoritmo, através dos conceitos básicos de ação, eventos, estado, processo. As estruturas básicas de controle são o delimitador de ações, sequência de ações, alternativas simples e repetições. O conceito é central em programação e ciência da computação: programar é basicamente construir algoritmos.

Isso faz tal semântica ser o mais explícita possível, apesar das discrepâncias terminológicas e opções metafísicas. Ela assegura que o raciocínio teórico possa ser compreendido e reproduzido objetivamente. Vendo-se o problema por este lado, reduz-se consideravelmente o poder das teorias semânticas concorrentes, mesmo porque algumas dedicam-se sobretudo à desconstrução, fugindo de qualquer generalização, além de apresentar grande arbitrariedade terminológica.

O modelo parece desnecessariamente complexo, afirma Lyons¹, mas realmente é complexo explicitar de modo preciso as condições de significação, o que no dia a dia se faz de forma intuitiva. O fato de abordar apenas pequena parte da complexidade das linguagens naturais, segundo Lyons, não impede a semântica lógica de ser considerada bem sucedida em formalizar uma noção de estrutura lógica subjacente das sentenças, que pode, em princípio, ser usada para definir as condições de verdade, e, portanto, o significado de qualquer sentença declarativa em qualquer língua natural.

O problema de aplicar esta abordagem à análise semântica de línguas particulares está em construir a metalinguagem lógica mais apropriada para o propósito e mostrar em detalhe como sentença particulares de qualquer linguagem podem ser interpretadas em termos das estruturas lógicas que lhes são assignadas na metalinguagem. É importante perceber, lembra Lyons, que não há na linguagem cotidiana correspondência simples, um-a um, entre estrutura gramatical da sentença e os atos comunicativos desempenhados, em situações particulares, através da enunciação da sentença, como mostra o trabalho de Austin sobre força ilocucionária.

O desenvolvimento da lógica e da inteligência artificial caminham juntos e progresso semelhante é possível na teoria semântica lógica linguística, que atenderá paulatinamente a maior número de requisitos, superando suas atuais limitações. Os primeiros sistemas especialistas em inteligência artificial trabalhavam com informação mais precisa e efetuavam raciocínios considerados exatos. As novas gerações permitem a manipulação de

¹ LYONS, John: 1979: 138-173.

informação já com caracterização difusa. O computador, máquina concebida originalmente para fazer cálculos, está sendo levado hoje a elaborar raciocínios semelhantes aos dos humanos e até *aprender*. É o que cobra a teoria da argumentação de Ducrot¹, ou a teoria dos atos de fala, de Austin e Searle. Por ora ainda é complexo trabalhar com lógica de dois valores-verdade, em primeira ordem, e muito mais em segunda ordem. Mas tal trabalho é a base necessária para a elucidação de maiores complexidades. De acordo com Dahlstrom²:

As epistemologias ocidentais e a filosofia da ciência contemporânea sugerem fortemente, tanto que conhecimento não é equivalente a raciocínio, como também que está longe de estar claro que as várias formas de raciocínio humano sejam capazes dos tipos de formalização que, desde Aristóteles, foram consideradas constituir um sistema dedutivo, posteriormente incorporável em uma ciência teórica.

Mas foi graças a tais simplificações ou generalizações (do mesmo modo que os gases perfeitos e alavancas dos físicos) que se impulsionou a automação do raciocínio por computador e suas inúmeras aplicações.

A teoria semântica, além de contribuir para a teoria linguística geral, deve dar subsídios para desenvolvimentos científicos e tecnológicos ansiosamente buscados pela humanidade. Os estudos semânticos podem contribuir para a inteligência artificial em geral, ampliando o poder das linguagens já existentes ou possibilitando o surgimento de novas e mais poderosas linguagens e máquinas.

O fundamento básico da crença na ciência é a impressão difusa de que ela é objetiva. Em comparação com o que chamamos de *subjetivo*, ela é conhecimento sem um conhecedor: é conhecimento sem um sujeito que conhece. A objetividade do conhecimento científico reside no fato de ele ser um produto social que não deve sua origem a qualquer indivíduo particular, é criada de maneira cooperativa e comunitária. Apesar dos grandes nomes, o produto final - a teoria estabelecida e suas provas confirmatórias - pertence à humanidade. A física newtoniana estabelece Newton como uma grande cientista, mas o simples fato de Newton a ter descoberto não faz da física newtoniana uma grande ciência.³

Essa semântica já não será a de fulano ou ciclano. Será saudavelmente quase anônima como é hoje a computação, a matemática, a engenharia ou a medicina: a ciência moderna não é de ninguém e não se faz à base de indivíduos isolados. Não estará presa a particularidades, será uma semântica - valha o trocadilho - *pragmática*, no sentido de que se voltará para diversas aplicações, sendo algo mais que reserva retórica para acadêmicos. Há quem acredite que à área de letras - e as ciências humanas em geral - cabe apenas criticar a

¹ DUCROT, Oswald:1988.

² apud RABUSKE, Renato :1995:189.

³ ZIMAN, John Michael : 1996 :146.

sociedade, condenando qualquer utilitarismo. Mas vale lembrar que a sociedade que sustenta este tipo de atividade e pesquisa espera mais do que isso.

No plano teórico, como professor, acredito que vivemos a falência das ciências humanas, incapazes de dar conta dos fenômenos de sua órbita e cada vez mais contaminadas por uma vertente mística que nega contradições e iguala todas as coisas, rejeitando qualquer hierarquia de valores. Um tipo de conhecimento, portanto muito confortador mas inútil como instrumento de reflexão consistente sobre a realidade. A área tecnológica, pelo contrário, vem-se alargando para incluir questões cruciais relacionadas ao homem.¹

2.2.5 FILOSOFIA DA LINGUAGEM ORDINÁRIA VS EMPIRISMO LÓGICO

A filosofia da linguagem ordinária, contraposta ao empirismo lógico foi, um dos dois movimentos dominantes na filosofia do século XX. O interessante é que, apesar das divergências, as duas correntes usavam a lógica como ferramenta teórica. E, do mesmo modo, ambas tiveram e têm grande influência sobre a teoria semântica linguística.

Os filósofos da linguagem ordinária pretendiam mostrar que as línguas funcionam bem justamente por serem linguagem ordinária. Os problemas levantados seriam frutos de seu mau uso. A descrição informal do uso das palavras em uma língua natural proporcionaria praticamente tudo o que se requer para a solução de problemas filosóficos. Avessos à generalização, trataram de explicar as normas usuais em que se apoia a conduta linguística dos que não *abusam* da liberdade metafísica, nos usos ordinários.

Wittgenstein deu contribuição decisiva a esta corrente, embora tenha começado sua carreira como empírico lógico, o que se reflete em sua obra *Tractatus Lógico-Philosophicus*. Terminou mudando de posição por acreditar que a linguagem artificial estava demasiadamente voltada para propósitos científicos. A linguagem natural e as palavras deveriam ter seu uso normal restaurado.

A diferencia de los términos científicos, que tienen una función única, técnica, que desempeñar, los términos de valor filosófico del lenguaje ordinario tienen una amplia variedad de usos, algunos de los cuales dependen de aspectos como la vaguedad y la ambigüedad, que deberían ser eliminados en un lenguaje de los empíricos lógicos.²

¹ LAGE, Nilson : 1996.

² KATZ, Jerrold : 1971 : 68.

Esta corrente teve seu primeiro núcleo em Cambridge, onde lecionou Wittgenstein. Mas desenvolveu-se com ênfase em Oxford, onde destacam-se os filósofos Ryle, Hampshire e Austin. Neste centro de estudos fundados no saber clássico, as idéias de Wittgenstein enxertaram-se em um tronco filológico-aristotélico.

Marcondes de Souza Filho, introduzindo Austin¹, explica que a filosofia analítica surge como dupla reação às correntes de pensamento filosófico dominantes na Grã-Bretanha ao final do século passado: o *idealismo absoluto* de F. H. Bradley e T. H. Green e o *empirismo* influenciado sobretudo por J. S. Mill. Bradley e Green, entre outros, sustentavam não só a identificação da realidade com a totalidade, mas também a necessidade de a consciência reconhecer-se como parte do absoluto. Por outro lado, o empirismo psicologista e subjetivista reduzia a realidade à experiência psicológica do sujeito empírico. A filosofia analítica, em seus primórdios, com Moore e Russell, vai partir de uma concepção *realista*, sustentando que a principal tarefa da filosofia é realizar um processo de clarificação ou elucidação dos elementos centrais da experiência. Isso se dá através da análise da forma lógica das sentenças em que a experiência se articula com o conhecimento do sujeito, crenças e opiniões sobre o real.

A questão central passa a ser *como pode uma sentença ter significado?*. A problemática da consciência dá lugar, deste modo, à problemática da linguagem, e o conceito de representação, ponto central da tradição anterior, é substituído pelo conceito de significado. A tarefa da filosofia então se desdobra em (1) analisar a sentença, buscando estabelecer sua forma lógica e seus elementos constitutivos; (2) reinvestigar os problemas filosóficos tradicionais em teoria do conhecimento, teoria da percepção, ética, etc. através da análise linguística dos conceitos centrais destas áreas e do uso dos mesmos na linguagem ordinária².

A semântica dos atos de fala, para Kempson³, é uma das mais influentes posturas opostas na atualidade à semântica das condições de verdade, especialmente porque não se limita a trabalhar com sentenças declarativas. A tarefa a que se propõe é a de explicar o significado de uma sentença - seja interrogativa, imperativa ou declarativa - de acordo com o que o falante faz com a sentença, que ato ele realiza, e que pressuposições faz ao realizar tal ato. Isso, para muitos linguístas, já constitui outro terreno: a pragmática.

¹ AUSTIN, J. L. : 1990: 11.

² AUSTIN, J. L.: 1990: 8.

³ KEMPSON, Ruth : 1980.

2.2.6 EMPIRISMO OU REALISMO LÓGICO

Os empíricos lógicos trataram de construir linguagens artificiais com o rigor suficiente para impedir que a metafísica se expressasse nestas, seguiram Carnap, Schlick, Reichenbach e, talvez, Wittgenstein no esforço para curar a filosofia do mal da especulação metafísica. Carnap (1891-1970), porta-voz máximo, foi aluno de Frege (1848-1925) na Universidade de Jena. Sofreu também influência de Russell (1872-1970). Em 1926, a convite de Schlick, tornou-se professor na Universidade de Viena. Em 1935, foi para os Estados Unidos. Em 1936, Schlick foi assassinado a caminho da Universidade de Viena por um estudante desequilibrado¹. Wittgenstein, por sua vez, fez cursos com Bertrand Russell.

Fenomenologia do espírito, de Hegel, ou *Ser e Tempo*, de Heidegger são obras que, para os empíricos, exemplificam o que devia ser combatido. Todo o conhecimento, acreditavam, advém através da experiência. Desprezavam qualquer obra que não raciocinasse em termos de números ou quantidades, ou não fosse experimental. O uso da lógica moderna os diferenciava dos empiristas tradicionais, que não dispunham desse instrumento suficientemente desenvolvido. Katz diz que eles destacaram o adjetivo *lógico* na sua denominação justamente para acentuar esta característica:

La lógica formal moderna les daba, a su parecer, el aparato técnico para lograr las tres cosas necesarias siguientes. Primero: les permitía decir lo que es verdad matemática, y, con ello, distinguir las exigencias metafísicas de conocimiento, de las auténticas exigencias de conocimiento matemático. Segundo: haría posible formular la relación que existe entre una afirmación *S* y afirmaciones que expresan los resultados de observaciones directas del mundo, si *S* es cognoscitivamente significativa. Tercero: les facilitaría el aparato conceptual necesario para construir las convenciones lingüísticas que impedían ciertas manifestaciones metafísicas, sin ser acusados de violar las restricciones de una comunicación significativa.²

De acordo com Katz,³ os empíricos lógicos consideravam as linguagens naturais demasiadamente incongruentes, amorfas e irregulares para que uma simples descrição evidenciasse algo importante para a solução dos problemas filosóficos. Defendiam que os filósofos deviam desenvolver uma teoria das linguagens artificiais e que estas fossem amplas o suficiente para ajudar a aperfeiçoar as linguagens naturais.

¹ CARNAP, Rudolf : 1985 :113.

² KATZ, Jerrold : 1971: 30.

³ Ibidem, p. 228

2.2.6.1 SALVA VERITATE: A LEI DE LEIBNIZ

O Princípio de Leibniz¹ (*Eadem sunt quorum unum potest substitui alteri salva veritate*) diz que duas coisas são a mesma, se uma pode ser substituída pela outra sem afetar o valor veritativo. Toma-se a expressão *salva veritate* por *sem alterar o valor-verdade*. No contexto da semântica lógica a aplicação deste princípio à estrutura de relato do discurso - o chamado discurso indireto - é tema constante quando se trata de construir uma semântica puramente extensional². Se o significado de uma expressão é a classe de entidades às quais se refere, como podem expressões referenciais singulares não ser sinônimas e não satisfazer a Lei de Leibniz? Por exemplo *Pégaso* e *Medusa*, ambos referindo-se à classe dos objetos inexistentes, ou *estrela da manhã* e *estrela da tarde*, dois nomes para Vênus. Por que não se pode trocar *Pégaso* por *Medusa*?

Esse impasse serve para denunciar que os significados de expressões as ligam ao mundo ou a entidades no mundo de muitos modos, uns simples, outros bem complexos. Um predicado é relacionado a um conjunto de entidades ao qual este pode verdadeiramente ser predicado. Este conjunto é a *extensão* do predicado. Como predicados diferentes, podem ter a mesma extensão no mundo, postulou-se também uma *intensão* - a grosso modo, uma definição. Contudo, conhecer a intensão de um predicado não significa conhecer sua extensão, e vice-versa. Para conhecer a extensão, necessita-se saber, além da intensão, como é o mundo em relação a este predicado. Uma intensão é um princípio de determinação extensional. A intensão pode permanecer a mesma, enquanto a extensão muda em intervalos diferentes de tempo: *Seres humanos na Terra* tinha extensão diferente da atual no ano de 1900.

A distinção entre referência e sentido ou extensão e intensão não se prende à teoria filosófica do significado: é crucial toda vez que se leva em conta a enunciação de sentenças em contextos de fato. É validada em semântica linguística pelo fato de que, de um lado expressões que se tomam (pré-teoricamente) como não sinônimas (como *meu pai* e *aquele homem lá*) podem ser usadas para referir ao mesmo indivíduo, e por outro lado, a mesma expressão não-ambígua pode ser empregada para referir a indivíduos distintos. Cabe ao linguísta explicar teoricamente estas intuições e ao fazê-lo, facilitar a análise do significado no uso cotidiano da linguagem, afirma Lyons.

¹ LYONS, John: 1979: 138-173.

² Ibidem, p. 199.

A interpretação de atitudes proposicionais apresenta problemas especiais. Considerem-se os postulados:

- a) atitudes proposicionais são relações entre pessoas e proposições,
- b) proposições são funções de mundos possíveis a valores-verdade.

Se quaisquer duas expressões logicamente equivalentes correspondem à mesma função a partir de mundos possíveis, então quaisquer duas sentenças logicamente equivalentes corresponderão de fato à mesma proposição. Considere-se uma atitude proposicional como *crer*¹. Claramente, pode-se crer em uma verdade lógica sem acreditar em outra. Mas todas as verdades lógicas expressam a mesma proposição: a proposição necessária que é verdade em todos os mundos, a função que tem o valor *verdadeiro* para todos os mundos possíveis.

Os lógicos discutiram a questão dos contextos opacos principalmente em relação à extensionalidade e o escopo dos quantificadores na estrutura lógica das distintas proposições subjacentes. Alguns lingüistas analisaram a estrutura profunda de sentenças com contextos opacos em termos similares. Mas há um ponto mais geral a ser enfatizado, que a discussão filosófica da referência em contextos opacos tornou explícito, e não depende de nenhuma formalização particular da estrutura da linguagem: quando se relatam as afirmações feitas por outros, ou descrevem suas crenças e intenções, não necessariamente se emprega a mesma expressão referencial que os outros empregaram ou empregariam.

Estas sentenças são compostas, mas não dependem somente da possibilidade de construção equivocada de uma expressão atributiva como referencial, ou vice-versa. O fato de que o falante é livre para selecionar suas próprias expressões referenciais na enunciação do que tradicionalmente se descreve como sentenças de discurso indireto (ou *reported speech*) deveria ser mantido em mente em qualquer discussão do relacionamento entre a estrutura gramatical de tais sentenças e seu significado na ocasião particular de sua enunciação².

Lyons³ ressalta que a verdade ou falsidade de *Romeu pensa que Julieta está morta* é independente da verdade ou falsidade de *Julieta está morta*. *Romeu pensa que Julieta está morta* não pode, portanto, ser considerada como uma função-verdade de *Julieta está morta* e seria considerada como uma proposição intensional.

¹ Interessante observar que *crer* e *acreditar* não são totalmente intercambiáveis em português.

² LYONS, John : 1979: 174-229.

³ *Ibidem*, p.146.

Alguns lógicos insistem em que todas as proposições intensionais podem e devem ser construídas extensionalmente. De acordo com eles, *Romeu pensa que Julieta está morta* não é uma função-verdade de *Julieta está morta*, porque pode ser verdadeira ou falsa independentemente de Julieta estar viva ou morta. Seria uma função da expressão *que Julieta está morta*, a qual refere-se a alguma coisa na mente de Romeu - uma de suas crenças - e isto não é uma proposição. Não se pode assumir que uma sentença que algumas vezes expressa uma proposição, em contexto independente, sempre venha a expressar essa proposição, ainda quando opere como parte ou subordinada em uma sentença mais complexa.

Não somente as sentenças de crenças, mas muitas das sentenças complexas da linguagem ordinária contendo *e* ou *se* são, *prima facie* pelo menos, não-extensionais, desde que implicam algum tipo de conexão causal, temporal, ou outras, entre as proposições expressas pelas orações constituintes. Por exemplo, *Ele tomou um vidro de pílulas e morreu*, *Ele tomou banho e foi para cama*, ou *Se ele fez isso, ele é muito bravo*.

Em seu artigo *Über sinn und bedeutung*¹ (Sobre o sentido e a referência) Frege questionou a relação de igualdade, dizendo tratar-se de relação entre nomes de coisas e não entre as próprias coisas. Se $a=a$ é analítica, verdadeira a priori, o mesmo não acontece com $a=b$. Explica que, habitualmente, quando as palavras são usadas o falante geralmente pretende falar do referente destas palavras. Mas pode ocorrer que se queira falar das palavras mesmas ou de seus sentidos. Isso ocorre quando são citadas as palavras de outros. Aí as palavras do falante designam as palavras pronunciadas por outra pessoa, e somente estas últimas tem sua referência usual. São signos sobre signos, palavras que na escrita poderiam ser colocadas entre aspas. Deve-se considerar, para Frege, que toda palavra aspeada não possui sua referência habitual.

No discurso indireto, as palavras são usadas indiretamente, têm referência indireta, são mencionadas, complementa o tradutor Simpson². Distingue-se assim a referência habitual de referência indireta de uma palavra, e seu sentido habitual de seu sentido indireto.

Mas ao contrário da imagem, o sentido é objetivo. O exemplo dado é o da lua, o telescópio e os observadores. A lua é o referente, a imagem ótica no telescópio o sentido, a imagem retiniana pessoal e subjetiva. A imagem ótica - o sentido - é unilateral, depende do ponto de vista do observador, mas é objetiva porque pode ser observada ao telescópio por pessoas diferentes.

¹ em português FREGE(1978), em espanhol SIMPSON(1973).

² Ibidem.

São três as diferenças possíveis entre palavras, expressões ou orações: 1) de imagem, 2) de sentido mas não de referência, ou 3) de referência. As diferenças entre traduções em um texto não deveriam ir além das diferenças de sentido: o colorido e o matiz na poesia, por exemplo. É possível haver sentença com sentido mas sem referência: são desse tipo as que tem nomes próprios sem referência.

Terão valor-veritativo as sentenças subordinadas ? Frege responde a própria pergunta dizendo que, no discurso indireto, não. Elas figuram como partes de um composto sentencial que por sua vez, é também, do ponto de vista lógico, uma sentença. Consideradas como totalidade, a sentença principal e a subordinada tem como seu sentido um só pensamento (conteúdo proposicional), e a verdade da sentença total não implica nem a verdade nem a falsidade da sentença subordinada. Neste caso não é possível substituir uma expressão que figure na sentença subordinada por outra que tenha a mesma referência usual.

Resumindo, habitualmente o sentido da oração subordinada não é um pensamento (proposição), senão parte de um pensamento e, em consequência, não tem como referência um valor-verdade. Isto se deve a que:

- a) as palavras que figuram na oração subordinada têm referência indireta, de modo que a referência e não o sentido da cláusula subordinada é um pensamento.
- b) devido à presença de um indicador indefinido, a oração subordinada é incompleta e só expressa um pensamento junto a oração principal.

Contudo, pode ocorrer que o sentido da oração subordinada seja uma proposição completa; neste caso pode ser substituída por outra que tenha o mesmo valor veritativo sem afetar a verdade da totalidade, sempre que não se apresentem obstáculos gramaticais.

2.2.6.1.1 MODO MATERIAL E MODO FORMAL

O ponto de partida de Carnap estava no fato de que os verdadeiros problemas filosóficos são, na maioria, controvérsias sobre qual armação lingüística seria a mais apropriada para algumas investigações científicas ou descritivas, e não controvérsias a respeito dos fatos sobre os quais versavam tais investigações.

Los lenguajes naturales, en los que se realizan las investigaciones filosóficas, tienen, según Carnap, dos modos de discurso. Uno, que él llama el modo material, se emplea cuando una oración es formulada como una asseveración acerca de cosas o acontecimientos reales, mejor que acerca de construcciones lingüísticas, de sus propiedades y relaciones.¹

¹ KATZ, Jerrold :1971: 37.

Por exemplo, a sentença *as rosas são coisas* (*roses are things*) está no modo material do discurso, porque parece atribuir propriedade física aos objetos. Já a sentença *rosas tem cinco letras* (*roses has five letters*) apresenta *status* de modo formal, porque atribui propriedade lingüística a uma expressão. Portanto, as sentenças desse modo não atribuem, realmente, propriedades não-lingüísticas a objetos reais. Em vez disso atribuem uma propriedade lingüística a um termo que designa o(s) objeto(s) a que tais sentenças parecem referir-se. Não são verdadeiras *sentenças-objeto*.

No exemplo, dado por Katz, *Cinco não é uma coisa mas sim um número*, a sentença parece referir-se a um objeto chamado *cinco*, dele afirmando que não é uma coisa, do mesmo modo que se poderia dizer que não é uma sombra. Na realidade a sentença assigna ao termo *cinco* a categoria das expressões numéricas. A sentença formal seria *cinco não é uma palavra-coisa, mas sim uma palavra-número*. Para Carnap, a maioria dos problemas filosóficos - se não todos - referem-se a estas sentenças pseudo-objeto. Na linguagem ordinária, acredita, predomina o uso material.

Katz contrapõe que o entendimento deve ser mais amplo.

De acuerdo con el punto de vista usual, toda investigación lógica comprende dos partes: una indagación formal, que se refiere sólo a la ordenación y al aspecto sintáctico de las expresiones lingüísticas, y una indagación de carácter material, que se refiere no simplemente al aspecto formal, sino, antes y sobre todo, a cuestiones de significado y de sentido. Así, la opinión general es la de que los problemas formales constituyen, en la mayoría de los casos, sólo un pequeño sector del campo de los problemas lógicos.¹

O método formal, convenientemente utilizado, engloba todos os problemas lógicos, até os de conteúdo e sentido. Formulando-se corretamente as *pseudo-sentenças* evita-se discutir designações (palavras, orações) pensando que se discutem objetos e fatos concretos.

2.2.6.2 MUNDOS POSSÍVEIS

A lógica modal² trabalha com diferentes mundos possíveis. Os mundos logicamente possíveis são os que podem ser descritos de maneira consistente, ainda que possam ser excluídos pelo conhecimento factual a respeito do mundo. *É necessário que...* implica que

¹ Ibidem, p. 39.

² ALWOOD et alii :1989:108.

a proposição que se segue seja verdadeira em todos os mundos possíveis. *É possível que...* implica em que a proposição seja verdadeira em algum mundo possível. *É possível que chova* diz que em algum dos mundos, dentro de uma infinidade, estará chovendo. *É certo que choverá* diz que em todos os mundos possíveis estará chovendo. São os operadores M (*maybe*) e N (*necessarily*). A teoria da probabilidade está fundada sobre conceitos que subjazem a lógica modal. O nome vem do latim *modus*, que significa modo; em inglês *mood*, daí o uso dos verbos modais *poder e dever (probabilístico)*.

Simpson¹ explica que meio século depois da publicação do artigo de Russell intitulado “Sobre el denotar”, os objetos meramente possíveis entraram na moda nos círculos lógico-filosóficos. Rescher², retomando MacColl, formulou uma teoria das descrições onde a introdução de possibilidade não produz necessariamente um sistema inconsistente. Nos modelos semânticos para a lógica modal, os objetos não existentes habitam mundos meramente possíveis e “os lógicos passeiam por eles sem dissimular a satisfação, pois não surge inconsistência. A idéia de *mundo possível* constitui agora instrumento conceptual básico que permitiu vastos desenvolvimentos formais”.

Há dois tipos de mundos: extensional e intensional. O mundo extensional é simplesmente um conjunto de indivíduos que apresentam certas propriedades, desempenham certas atividades, estão relacionados uns aos outros de várias formas e se localizam em lugares específicos. Um mundo intensional é o que Lyons³ chamou de uma descrição de estado.

Um mundo intensional, uma descrição de estado, é um conjunto de proposições. Pode receber uma interpretação psicológica quando se identifica um conjunto particular de proposições com as crenças de alguma pessoa, em um certo tempo. Lyons⁴ considera os mundos intensionais como construtos lógicos puramente abstratos. Outra alternativa seria tratá-los como construtos dentro de um sistema de processamento de informação computadorizado ou computável⁵.

Em geral, as expressões constituintes de uma sentença devem ser interpretadas não como indivíduos e conjunto de indivíduos no mundo de fato, mas como seus correlatos intensionais em algum modelo do mundo de fato. Por modelo entende-se uma representação (não necessariamente completa) formal de um mundo possível. Uma sentença verdadeira será aquela que é verdadeira naquele modelo, que representa (parcialmente), ou

¹ 1973: 46.

² 1968 apud SIMPSON: 1973: 46.

³ LYONS, John: 1979:170.

⁴ Ibidem.

⁵ Lyons recomenda ver Minsky, (1966); Winograd (1975); Woods (1975).

descreve, o mundo de fato (em algum tempo particular). Lyons considera *modelo*, *mundo intensional* e *descrição de estado* como equivalentes.

2.2.6.2.1 PROPOSIÇÕES, ENUNCIADOS, SENTENÇAS

A literatura filosófica refere-se geralmente a *enunciados*, enquanto a lingüística usa com mais frequência *sentenças*. “A distinção entre *sentença* e *enunciado* (*statement*), embora real, tende habitualmente a ser esquecida, tanto por filósofos como por lingüistas. O termo *enunciado* é usado em lógica para referir-se ao conteúdo do que uma sentença assevera em uma determinada ocasião.”¹ A mesma sentença proferida por outra pessoa, em outra ocasião, é enunciado diferente. Ao especificar a proposição, serão incluídos os dados contextuais que diferenciarão o enunciado - por exemplo quem disse, onde disse, etc.

O termo *proferimento* [tradução dada a *utterance* na edição brasileira de Kempson] é padronizadamente usado em contraste com *sentença*. Uma sentença, S_n , é caracterizada pela gramática como uma cadeia abstrata estruturada com uma interpretação semântica. Um proferimento de S_n é uma instância (ou *token*) dessa sentença. Já que os proferimentos são instâncias do uso de sentenças, são eles que se enquadram no domínio de uma teoria do desempenho (*performance*), a pragmática.²

Ao traduzir Austin³, Danilo Marcondes de Souza Filho, faz a seguinte correspondência e observações, respeitando o uso do autor:

- a) *statement* = declaração
- b) *sentence* = sentença
- c) *utterance* = proferimento.

A sentença é entendida aqui como uma unidade lingüística, possuindo uma estrutura gramatical e dotada de significado, tomada em abstrato. A declaração seria o uso da sentença para afirmar ou negar algo, podendo ser falsa ou verdadeira. O proferimento é a emissão concreta e particular de uma sentença, em um momento determinado, por um falante determinado.

Não é correto realmente dizer que uma sentença seja uma declaração; na realidade ela é usada para fazer uma declaração, e a declaração em si é uma *construção lógica* tirada da feitura das declarações.

Embora seja considerável o número de problemas de detalhe na assinalação de valores-verdade a sentenças, a concepção de que sentenças podem ter um valor-

¹ KEMPSON, Ruth : 1980:45.

² Ibidem p. 19-20.

³ AUSTIN, J. L. : 1990 : 21.

verdade relativo a um contexto não é considerada tão controversa como antes. De acordo com essa opinião, não é ilegítimo assinalar condições de verdade a sentenças e, se tal suposição se justifica, não há conflito em estender o conceito de forma lógica de enunciados para sentenças. Como a forma lógica de um enunciado é uma especificação a partir da qual todas as inferências (relevantes para a verdade lógica) podem ser feitas, pode-se considerar a forma lógica de uma sentença como uma especificação a partir da qual todas as inferências podem ser deduzidas por regra geral.¹

Para alguns, segundo Lyons², proposição seria entidade puramente abstrata, mas objetiva. Para outros seria subjetiva ou psicológica. Há quem evite o termo para não adotar nenhuma das opções. Lyons adota a postura de que proposição é o expresso por sentença declarativa, quando tal sentença é usada para fazer uma declaração. Quando se usa a língua para comunicar-se com outros, não se produzem sentenças (*frases* na tradução de *Introdução à linguística teórica*³), mas enunciados. Tais enunciados são produzidos em certos contextos e não podem ser compreendidos sem um conhecimento dos traços contextuais relevantes. As sentenças nunca são produzidas pelo falante: são unidades teóricas estabelecidas pelos linguístas para formular as limitações sobre a ocorrência das classes de elementos gramaticais. Não há relação direta entre sentenças e contextos específicos.

A proposição é entidade teórica que não varia com as mudanças de sistema linguístico, meio, canal, ou mesmo estrutura gramatical. De certa forma, crê Lyons, pode-se igualar *expressar a mesma proposição* com *ter o mesmo significado que*. Na lógica proposicional, cada variável p , q , etc. representa uma proposição completa, enquanto que na lógica dos predicados as variáveis representam partes de uma proposição, como seu predicado e o argumento deste predicado. As proposições são geralmente consideradas *tenseless*, isto é sem marca de tempo verbal. Além de *tenseless*, as proposições são também atemporais. Não há referência dentro da proposição mesma ao tempo em que seria verdadeira ou falsa, e a noção de tempo é irrelevante para as proposições. As proposições podem ser tidas como verdadeiras ou falsas em relação a algum universo ou estado do universo. Certos lógicos e epistemologistas consideraram as proposições não como atemporais, mas apenas como *tenseless*. Proposições *tenseless* teriam referência temporal imediata: uma referência implícita à situação imediatamente observada. *Está chovendo*, sob condições normais de enunciação, significaria *Está chovendo no presente momento*. Para construir proposições considerando tempo verbal (*tense*), é necessário ir além dos limites do cálculo dos predicados de primeira ordem ou do cálculo proposicional de dois valores-verdade. É a chamada *Tense-Logic*.

¹ KEMPSON, Ruth : 1980: 46.

² LYONS: 1979: 138-173.

³ Ibidem, p. 444.

Rabuske¹ conceitua proposição de forma clara e simples:

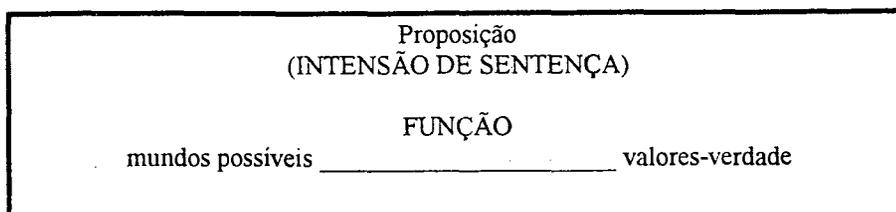
A proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que exprime um pensamento de sentido completo. Os dois princípios que regem as proposições são o princípio do terceiro excluído, ou seja, uma proposição ou é verdadeira ou é falsa, e o princípio da não-contradição, ou seja, uma proposição não pode ser ao mesmo tempo verdadeira e falsa.

Para Van Dijk², proposições são os menores construtos independentes de significados da linguagem e do pensamento. Tomando-se em conta a dimensão referencial, as proposições são também a menor unidade semântica que pode ser verdadeira ou falsa.

Para Carnap³, a proposição é a intensão da sentença. Este autor discorda de Russell que as considera eventos mentais. Se assim fosse, argumenta, teríamos que raciocinar na forma *se o estado mental da pessoa em questão satisfaz tal ou qual condição, então existe um p tal que...* As proposições não são entidades linguísticas. Não há nelas referência a uma linguagem. Também não são subjetivas, tanto que não ocorre referência a nenhum sujeito (um observador ou indivíduo que conheça - *Existe um p que é necessário para que o sr. X...*) . Carnap ressalta que não se usa o termo *proposição* nem para uma ocorrência linguística nem para uma ocorrência subjetiva, mas ao contrário para algo objetivo que se pode ou não exemplificar na natureza. “Aplicamos o termo *proposição* a quaisquer entidades de um certo tipo lógico, a saber, àquelas que se podem expressar através de sentenças declarativas de uma linguagem. O sistema dos números é um exemplo de sistema de natureza lógica ao invés de factual.”⁴

Alwood⁵ diz que uma proposição - designação para a intensão de uma sentença - é uma função de mundos possíveis a valores-verdade, enquanto as intensões de predicados e termos individuais são funções de mundos possíveis a conjuntos de objetos e objetos respectivamente.

Figura 1- proposição



¹ RABUSKE, Renato:1995:167.

² DIJK, Teun van : 1988 : 31.

³ CARNAP, Rudolf : 1985 :118.

⁴ Ibidem, p. 118-119.

⁵ ALWOOD et alii :1989:129.

Figura 2 - intensão

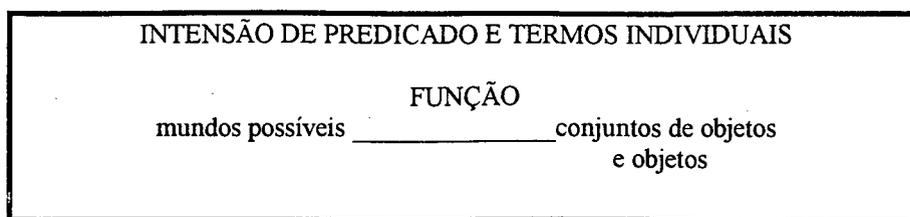
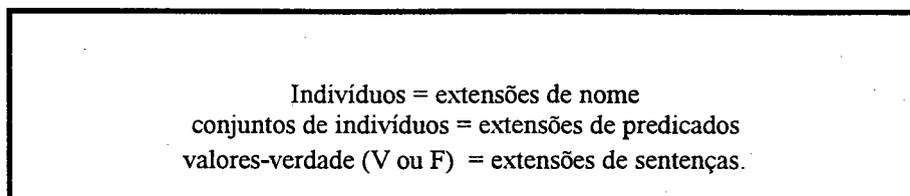


Figura 3- extensão



3. TEXTO JORNALÍSTICO

A pesquisa contemporânea em comunicação, de acordo com Wilson Gomes¹, pode ser em sua maioria dividida em dois tipos predominantes: os estudos *críticos* e os estudos de linguagem. Estes últimos só recentemente tornaram-se importantes. Quanto ao objeto, sua preocupação central é com as formas expressivas ou linguagens da comunicação: seu modo de engendramento de sentido, as peculiaridades de seu agenciamento discursivo, suas estratégias de enunciação. Quanto às metodologias, os estudos de linguagem não recorrem, como acontece com os estudos críticos, ao *corpus* conceitual das tradicionais disciplinas de ciências humanas, mas a um conjunto de disciplinas, cujo objeto formal é o estudo da interpretação, no seio da filosofia e das ciências da linguagem.

Compreender um fenômeno comunicacional, explica Wilson Gomes², é substancialmente entendê-lo como mensagem, entender o modo como ele é ativado, as suas estruturas e os seus dispositivos internos, o que ele solicita de colaboração do intérprete para funcionar. É o caso, tipicamente, deste trabalho: não se pretende o estudo *crítico* no sentido de que não pretende contrastar estado de coisas ideal ou esperado com o real encontrado, e menos dizer como deveriam ser. O objetivo é descobrir algumas evidências de *como é*.

O texto jornalístico sequer consta como gênero em muitas tipologias. Amoroso Lima³ considera o jornalismo prosa de apreciação, ao lado da crítica e da biografia, enquanto Bahia o classifica como literatura de massa. Alguns o consideram texto narrativo, mas Nilson Lage⁴ adverte que o termo adequado é texto expositivo: a apresentação de fato ou circunstâncias, com a eventual análise das causas e efeitos, de maneira pessoal ou não. O texto jornalístico faz uso de descrição, narração e dissertação, como qualquer outro texto complexo. Mas enquanto a reportagem permite-se enfoque descritivo, ampliando o assunto e acentuando elementos humanos e dramáticos, a notícia propriamente dita prioriza a ação. O que a distingue da narrativa corrente é um dado estrutural: a quebra da noção de sequência, a ordenação pela ordem decrescente de relevância, não pela sucessividade.

Rodrigues⁵ questiona Van Dijk por dizer que a notícia de jornal teria superestrutura própria, diferente da superestrutura da narração, e se coloca ao lado de autores como Koch e Fávero, que consideram as notícias, assim como as reportagens, atualização do

¹ GOMES, Wilson : 1997.

² Ibidem..

³ apud BAHIA, Juarez : 1990: 28.

⁴ LAGE, Nilson:1987:16.

⁵ RODRIGUES, Cristina Carneiro : 1991: 135-159.

tipo narrativo em situações comunicativas. Em seu estudo, aplicando tanto as categorias da narrativa tradicional quanto a classificação de Van Dijk, Rodrigues chega à conclusão de que as categorias tradicionais da narrativa podem ser aplicadas à notícia do mesmo modo, embora não apareçam na ordem canônica, algumas se apresentem de forma descontínua e duas não estejam presentes (resolução e epílogo). Outra restrição feita por Rodrigues a Van Dijk: a sua formalização não permitiria a abordagem de uma das questões mais intrigantes na produção jornalística, a questão do posicionamento ideológico dos diferentes periódicos. Dois artigos podem ter a mesma superestrutura, ser tematizados pelas mesmas proposições e, apesar disso, representarem tendências políticas diversas, observa.

A *Folha de S. Paulo*¹ fala da importância da descrição em termos de ambientação dizendo que o local e as circunstâncias de um fato podem ser tão ou mais importantes quanto o fato em si, tendo relação com a biografia do personagem ou com o assunto tratado. Quando relevante para compreensão da notícia, a reportagem deve descrever o ambiente. Por exemplo, visitas de chefes de Estado a outros países, funerais de personalidades, recepções, festas, eventos culturais ou esportivos importantes.

Notícia é "...o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante"². Preservou-se, porém, a tradição do narrador externo, oculto, marcado pela terceira pessoa³. O modo expositivo do jornalismo remonta à tradição oral, muito mais antiga que a escrita.

Sodré e Ferrari⁴ conceituam narração como

a ordenação de fatos, de natureza diversa, externos ao relator (mesmo quando o narrador é parte dos fatos, isto é, participa da ação que está sendo narrada). No texto comunicativo, os acontecimentos (desde a mais simples notícia até a grande reportagem) situados ao nível de uma sequência temporal, constituem uma narrativa.

Estes autores destacam como elementos essenciais a *situação*, *intensidade* e *ambiente*, predominando na narração jornalística a *situação* (série de acontecimentos, quem, o quê, quando, onde, como e, às vezes, o porquê.). Reconhecem também que a notícia canônica desobedece a cronologia: nunca se colocará em primeiro plano um aspecto secundário, para depois destacar o principal. "O mais importante vem primeiro", dizem, postulando a seguinte ordem para a narração de uma notícia:

¹ FOLHA DE S. PAULO : 1992 : 28.

² LAGE, Nilson : 1987 : 16.

³ no discurso pedagógico há também apagamento do sujeito (*a água ferve a 100°*). DUBOIS: 1995: 193.

⁴ SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena : 1978 : 77.

1. enumeração dos fatos principais com sua conclusão
2. fatos que produziram a conclusão
3. detalhamento dos fatos principais
4. fatos posteriores, consequências.

Os fatos relatados suplantam em importância o narrador, como também o público-receptor relativamente indiferenciado dentro da categoria tida por alvo. Predomina a impessoalidade nos dois pólos deste modelo de comunicação, a ênfase está na mensagem, que corresponde à função referencial (Roman Jakobson¹): reporta-se ao mundo objetivo, exterior ao processo da comunicação. “*Notícia* será, pois, todo fato social destacado em função de sua *atualidade, interesse e comunicabilidade*”².

Gonçalves Corrêa³ conceitua a *referencialização* como a prática comum dos falantes de, ao serem colocados numa situação de comunicação, situarem o objeto de seu discurso na posição de referente, podendo ser esse objeto qualquer um dos seis fatores propostos por Jakobson como presentes no ato de comunicação. Ressalte-se que as funções coexistem e não são excludentes. Mesmo quando se propõe a função referencial como efeito desejado, pode ocorrer a transposição de outros fatores para o lugar do referente. É a noção de deslizamento ou flutuação. Das funções definidas por Jakobson, a metalinguística, a fática e a poética são as que põem a ênfase no código, no canal e na mensagem. Essas funções da linguagem dão lugar a um usuário estrategista da língua, em oposição ao usuário simplesmente instrumentalizador, enfatizado pelas funções referencial, emotiva e conativa.

Sempre que um jornalista se depara com a produção de um texto e toma obstinadamente como tarefa a persecução do fato que constrói em sua mais imparcial versão, podemos dizer que temos uma busca da construção da referência em sua forma pura, ou, nos termos de Benjamin, a busca do *puro em si da coisa*, própria de uma *informação* ou de um *relatório*. Contudo, ainda que domine perfeitamente as técnicas de redação próprias do veículo para o qual escreve e mesmo que pretenda realmente caminhar rumo à construção do que seria o fato verdadeiro, uma tal busca não é muito diferente da prática da referencialização presente no uso cotidiano da linguagem.

Sobre o *método* jornalístico e sua linguagem Meditsch⁴ diz que:

O não isolamento de variáveis impede um nível crescente de abstração. assim como impossibilita a acumulação e a sistematização do conhecimento produzido pelo jornalismo. Por isso se diz que *não há nada mais velho do que o jornal de ontem*. Na lógica do *método*

¹ LAGE, Nilson: 1987 : 25; SODRÉ, Muniz: 1978: 05.

² SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena : 1978 : 05.

³ CORRÊA, Manoel L.G.: 1994.

⁴ MEDITSCH, Eduardo: 1989:59.

jornalístico, o conhecimento produzido pelo jornal de ontem é uma obra acabada e superada pelo jornal de hoje. Assim o nível de abstração proporcionado pelo jornalismo não supera as generalizações existentes no senso comum. E o senso comum será também seu limite - a nível de linguagem: o público a que se destina a comunicação do jornalista é que vai determinar a exatidão conceitual possível nesta sua comunicação.

Embora tenha escrito livros de normas¹ de redação jornalística (o *style-book* do *Jornal do Brasil*), Lago Burnett² faz o seguinte questionamento:

Existirá uma linguagem jornalística ? Alguns teóricos do jornalismo moderno entendem que sim. Fundamentalmente, a linguagem é uma só. Na literatura médica, na tramitação forense, nos círculos esportivos, como de resto em muitos meios de comunicação, há uma terminologia específica que fornece características peculiares a cada ramificação. O jornalismo não tem um glossário próprio. Sua linguagem - a admitirmos que tem uma linguagem - se identifica mais pelo que despreza do que pelo que procura.

Para Burnett, a *embalagem* é importante, porém mais importante é o produto, a notícia: o autor acredita que ela vence qualquer texto mal elaborado. Notícia "... é o que quer ler um sujeito que não se interessa por coisa alguma".³ "A notícia não é privilégio de ninguém, não tem dono, não aceita tutela. É inútil tentar subjugar-la, submetê-la a interesses, adaptá-la a contingências, forjá-la ou escondê-la. Ela é a verdade e, como verdade, se impõe sobre o circunstancial e o efêmero".⁴ Reconhece que "não basta, porém, saber escrever para escrever em jornal. O jornalismo tem os seus macetes, ou os seus truques". O jornalista deve ser pessoa culta e sensível. Ser simples, diz Burnett, é muito complicado. Para ele, com ilustração e simplicidade é fácil ser claro. Além de selecionar e ordenar fatos, parte complexa do relato jornalístico está na nomeação, onde todas as sutilezas da língua devem ser consideradas: pode-se dizer, *terrorista*, *guerrilheiro*, ou *soldado do exército de libertação*, *homem maduro* ou *sexagenário*, para ficar só em exemplos de expressões isoladas. Na escolha dos verbos *dicendi* também se destaca a importância da nomeação.

Assim, pode-se deduzir deste autor que há o que sistematizar em um estudo formal da *linguagem em (não de) jornal*, como ele intitula seu artigo. Mais do que genérica bagagem cultural (que qualquer profissional deveria ter), o jornalista só tem a ganhar com o estudo científico da prática do jornalismo, e a notícia terá menos obstáculos a superar para cumprir seu papel. Embora retoricamente interessante, a definição de Burnett para notícia a coloca quase como fatalidade e o jornalista, um acessório no seu acontecer. Embora a

¹ Segundo BAHIA(1990: 86), O *Diário Carioca* (1928-1965) e a *Tribuna da Imprensa*, ambos do Rio de Janeiro, foram os primeiros a criar regras de redação, por volta de 1947.

² BURNETT, Lago : 1991 : 39. "A linguagem em (e não de) jornal".

³ Evelyn Vaugh apud BURNETT, Lago : 1991: 11.

⁴ *Ibidem*, p. 40.

literatura e a poesia também não tenham glossário próprio, há muito o que teorizar sobre estas atividades em termos de estrutura formal.

Na fase em que está o jornalismo não é mais satisfatório defini-lo como “a batalha por mentes e corações”¹, lema romântico como vários outros, mas insuficiente e genérico que pode servir melhor à publicidade e à política, à cardiologia ou à neurologia, ou a qualquer coisa. Há necessidade de conhecimentos sistematizados dentro do sofisticado e complexo meio profissional da indústria da comunicação. “...Qualquer campo de conhecimento só adquire autonomia quando sistematiza os componentes intrínsecos de seu código,” afirma Glória Kreinz², lembrando da importância do trabalho de Todorov, que legitimou o estudo dos gêneros literários. Meditsch³ afirma que ressaltando o jornalismo como produtor de uma forma específica de conhecimento, aumenta-se a exigência sobre a formação profissional dos jornalistas, que deixam de ser meros comunicadores, mas passam a ser produtores e reprodutores deste conhecimento tão relevante para a sociedade.

Nenhum setor da atividade humana modificou-se tanto por causa de transformações tecnológicas do que o de informação e entretenimento. Se considerarmos que a televisão era, há 40 anos, uma curiosidade e que o rádio, há 70 anos, disputava com a mulher barbada o lugar de principal atração nos parques de diversões, poderemos ter uma idéia do que acontece.⁴

A notícia não é apenas, a rigor, o relato *fiel* dos fatos, como se prega. Esta definição merece reparo lógico: *fiel* pode ser usado como atributo, em proposição simples do tipo $F(x)$, significando X é *fiel*. Exame mais detido evidenciará que essa aparência de predicado monádico (de um lugar) é simplificação. Isto é, *fiel* é predicado no mínimo diádico: X é *fiel* a Y . No caso da definição em discussão, o relato dos fatos pelo jornalismo é predicado multi-relacional. Será fiel a X , Y , Z e n fatores mais, conforme a profundidade com que se queira explicitar a complexidade subjacente.

Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari ressaltam que

A técnica de redação do texto informativo dos veículos de massa implica, antes de mais nada, o perfeito conhecimento do *medium* escrito. O *medium* é um universo significativo autônomo, com regras próprias, ou seja, um código que impõe as suas normas próprias à comunicação. Conhecê-lo significa, em princípio, perceber o modo pelo qual os signos são articulados, através de um processo combinatório, para constituir determinado discurso.⁵

¹ ROSSI, Clóvis: 1990.

² KREINZ, Glória: 1986: 96-97.

³ 1998.

⁴ LAGE, Nilson : 1996.

⁵ SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena : 1978 : 05.

Na opinião de Robert White¹, da Universidade Gregoriana de Roma, “o jornalista [do século XXI] deve ser o fiel redator dos acontecimentos, ou um etnógrafo, alguém que no exercício das suas funções dê voz, não só às grandes massas, mas aos microgrupos existentes na sociedade, relacionando-os e pondo-os em diálogo entre si.”

Bahia² propõe que as notícias não devem apenas ser relatos fiéis, mas o reflexo de critérios e valores que as tornaram possíveis. “A notícia não é algo mágico que aparece de repente ante o repórter. Requer tratamento, elaboração. E quanto mais elaborada, melhor é o seu conteúdo. O que a valoriza, portanto, é a qualidade que decorre da sua preparação sem prejuízo do que ela tem de mais veraz.”

O jornalista deve ser fiel no tocante ao factual - inspiração advinda do espírito científico de respeito aos fatos empíricos - , mas será subjetivo na seleção, apresentação e relacionamento dos tópicos envolvidos, a princípio pela óbvia impossibilidade de reproduzir-se a realidade na sua duração, minúcias, dimensões e complexidades (isso nem seria o desejável). Elege o que é fato, faz um recorte dentro de um conjunto de fatos; e aí, ao relatar, faz sua elaboração (ou representação ?) deste fato, conforme seus critérios do que seja notícia. Pode-se dizer, com certa licença, que o jornalista *cria*³ as notícias, porque mesmo dentro do leque de critérios do que se considera jornalismo, há grande margem de escolhas.

No escopo destas escolhas, há mais decisões e opções decorrentes dos postulados da empresa jornalística, seu público-alvo e do profissional jornalista, que como todo ser humano, é um emaranhado de traços oriundos de sua posição histórica, social, psicológica etc. “Condicionada aos fatores de tempo e espaço, a notícia está sujeita, desde o seu nascimento até a sua afirmação na calandra⁴, à mobilidade dos critérios, dos quais depende o seu êxito ou o seu fracasso”, afirma Lago Burnett⁵, com o intuito de “destacar a importância dos critérios pessoais na formulação do noticiário”. Marcushi⁶ mostra que os jornalistas, ao reproduzir opiniões, estão submetidos a um sistema de formulação que não é neutro. A idéia central de seu trabalho, sobre verbos introdutórios de opinião, é de que os verbos agem seletivamente sobre os conteúdos dando-lhes uma intencionalidade interpretativa com características ideológicas. Com tal pesquisa, Marcushi defende que a atividade jornalística não é apenas expositiva, mas analítica e interpretativa.

¹ 1996 : 4.

² BAHIA, Juarez : 1990: 39

³ Como adverte o Prof. Nilson Lage, *criar* significava *fazer do nada* e não se aplica aos seres humanos. O uso correto de criar seria do tipo *E Deus fez/criou o mundo em sete dias*.

⁴ o mesmo que calhanda: espécie de prensa , com chapas em forma de cilindro, que se usa nas tipografias para compressar o papel (Dicionário Bueno, p. 232).

⁵ BURNETT, Lago. 1991: 41.

⁶ MARCUSHI, Luiz Antônio: 1991:74-92.

A objetividade é um conceito de jornalismo que se desenvolveu e consolidou, segundo Bahia¹, nos Estados Unidos, em fins do século XIX, projetando-se na imprensa ocidental com a força de um dogma, buscando estabelecer uma fronteira ética entre os jornais de qualidade e os sensacionalistas. “A informação objetiva é, assim, uma resposta à notícia escandalosa, interesseira, imprecisa, manipulada, que fez a fama da imprensa amarela. É a outra face da moeda. O conceito de objetividade evoluiu para tornar-se no século XX um padrão universal.”

Explica Lage: “Há muito tempo, e talvez desde o início da cultura, a tarefa de guardar e produzir conhecimento vem se especializando. O jogo de poder entre pajés e caciques amplia-se entre sacerdotes e reis, filósofos e ditadores”². A objetividade seria uma forma de superar esse arbítrio. No entanto, a globalização, processo que se vive hoje, pressupõe rígido controle sobre o fluxo de informações, centralizadas em um punhado de empresas e instituições. A tendência é a contínua concentração destas organizações, decorrendo disso a informação padronizada e o desrespeito às culturas locais, o que deve suscitar reações nacionalistas, regionais e étnicas:

A informação mundial transitava por 27 empresas-nódulos, quando Ben Bagdikian escreveu seu livro *The media monopoly*, no começo da década de 80. Chomsky e Herman, alguns anos depois, em *Manufacturing Consent*, apontaram 23 dessas corporações ainda ativas. Atualmente, após algumas fusões importantes, serão 17 ou 18.³

Há uma contradição entre a pluralidade de canais hoje existentes e a unanimidade do discurso, não havendo se concretizado a anunciada democratização da comunicação. Rádios tocam mesmo gênero de música e são (as TVs neste ponto também, embora tenham seu poder através dos programas de auditório e novelas para *fazer o sucesso de certos cantores e músicas*) comandadas pelas gravadoras, programas de TV seguem leque restrito de modelos simplórios, observáveis mesmo em redes de TV a cabo com cerca de 500 canais. A avaliação do que é notícia também se padroniza de maneira conveniente: por exemplo, qualquer greve que não tenha desdobramentos violentos ou manifestações de espetaculosidade circense deixou de ser notícia. Isso é consensual e corresponde à intenção de suprimir a greve, por si só, como instrumento de luta. Van Dijk⁴ mostra com suas pesquisas que greves são mostradas como problema para o público, causando inconveniências, atrasos, e agravando a situação do país. Os clamores econômicos dos grevistas são apresentados como

¹ BAHIA, Juarez : 1990: 14.

² LAGE, Nilson: 1987: 7.

³ Idem : 1996.

⁴ DIJK, Teun Van : 1988.

comportamento não razoável: empresários fazem ofertas, trabalhadores exigências. Contudo, como adverte José Martinez de Souza¹, “o jornalismo mundial não é uma entidade unificada”. Aspectos formais distinguem os diversos jornalismo.

O estilo no jornalismo é tão múltiplo como a sua linguagem. Há um estilo geral que não é o único pois se nutre de uma variedade inesgotável de estilos num mesmo veículo e numa soma de veículos. E há um estilo particular de uma reportagem ou de uma entrevista, de um editorial ou de uma seção, de uma coluna ou de uma opinião.²

No passado, conta Bahia³, a área de cobertura das notícias era restrita: limitava-se ao livro de ocorrências policiais, aos tribunais, às repartições públicas, às conferências, ao parlamento e a um discreto registro de acontecimentos locais. Na sociedade industrial, ganhou amplitude universal e multidimensional, abrangendo desde os fatos locais, nacionais e internacionais, até os aspectos específicos da ciência, da saúde, da educação, dos esportes, da habitação, do urbanismo, das relações sociais, do sindicalismo, da arquitetura, da economia e assim por diante.

Fraser Bond⁴ afirma que os jornalistas têm dificuldade para dar uma definição concisa porém abrangente de notícia. No entanto a maioria sabe o que é notícia, tanto que isso resulta em uma uniformidade gritante de manchetes nas primeiras páginas dos jornais de qualquer parte do país. Há um acordo geral que determina o que recusar e o que selecionar da vasta relação de acontecimentos que chegam aos jornais. “...A padronização foi o recurso mais bem-sucedido para desenvolver-se a precisão da fala”, explica Austin⁵.

Na Idade Média, as informações disponíveis para a população vinham embutidas em decretos, proclamações, exortações e nos sermões das igrejas. Evidentemente, formavam-se circuitos paralelos de boatos e testemunhos. Contos de feitos notáveis, de eventos picarescos, crônicas da vida cotidiana e retalhos da literatura clássica levavam décadas para cruzar a Europa em cantigas e fábulas dos trovadores.⁶

Continuamos a saber pouco dos bastidores e meandros dos palácios. O poder constrói suas fachadas para a opinião. Daí o filósofo italiano Laclau⁷ dizer que a grande missão e serviço do jornalismo é tentar clarear as brumas, fazer transparecer a maior área possível da opacidade reinante. Parodiando a lógica, vivemos cercados por *contextos opacos*, a começar pelo inconsciente do sujeito, intransponível para o próprio ser.

¹ apud KREINZ, Glória: 1986: 96-97.

² BAHIA, Juarez : 1990 : 89.

³ Ibidem, p. 36.

⁴ BOND, Fraser : 1966: 37.

⁵ AUSTIN, J. L.: 1990 : 70.

⁶ LAGE, Nilson: 1987.

⁷ LACLAU, E. : 1978.

Assim como houve tempos em que o letrado precisava ler os *avvisi* para o povo na praça, na atualidade temos os interpretadores, entre eles os jornalistas. Apesar do índice considerável de pessoas alfabetizadas (necessidade mesmo para humilde empregada doméstica servir a seu amo, de recados a listas de compras), poucos são os que conseguem ler a realidade. Muitos a vêem e ouvem através do *Jornal Nacional* e das novelas de 18 a 22 horas. A esfingie da vida vive locupletada a devorar os incautos e ingênuos, os que vivem no que Karel Kosik chamou de *mundo da pseudoconcreticidade*¹. A informação foi globalizada em quantidade, mas não em qualidade.

Somando-se à afirmação de Burnett do quão difícil é ser simples, Vito Gianotti, em *Jornalismo Operário*² mostra a total inadequação dos jornais ditos *de*, ou *para o operário*, em termos de adaptação linguística ao seu universo. Enquanto a sentença canônica deve ter de três a cinco palavras, e o período primar pela coordenação, encontram-se nestes textos toda sorte de palavras complexas sem contextualização, sentenças longas, tergiversações, muita subordinação. Ou o contrário, o texto que trata o trabalhador como intelectualmente incapaz. Explica-se assim em parte a ineficácia dos periódicos escritos em *sindicalês*, compreensíveis apenas para a militância aguerrida.

Nas fórmulas de Robert Gunning e de Rudolf Flesch, segundo Bahia³, nas pesquisas de *readability*, o cumprimento médio da frase deve ser de 20 palavras e o comprimento médio das palavras de até três sílabas. A fórmula de Dale-Chall recomenda que a porcentagem de palavras familiares deve ser sempre acima de 50%. Observa-se, no entanto que períodos curtos não são necessariamente mais legíveis que períodos longos. Os padrões de extensão variam de língua para língua.

Para se ter uma idéia das grandezas com que trabalha o jornalista intuitiva e cotidianamente, a mancha de leitura de um jornal diário médio corresponde a 600 mil palavras. O principal jornal da CBS, da Globo ou da BBC, com duração de 30 minutos resume em quatro mil palavras o que acontece no mundo contra 200 mil palavras do que costuma ser o noticiário internacional de um jornal como *The New York Times* ou *O Estado de São Paulo*.⁴

Um jornal elitizado diferirá de um jornal popular, por exemplo, trazendo o fato jornalístico de maneira mais abstrata, explica Sodré⁵. Irá mais além do simples fato. Através de um crime falará de criminalidade, enquanto o jornal popular se aterá mais aos

¹ KOSIK, Karel: 1967.

² GIANOTTI, Vito : 1980.

³ BAHIA, Juarez : 1990 : 92-93.

⁴ Ibidem, p. 114, 149.

⁵ SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena : 1978 : 17.

detalhes do fato em si, fornecendo descrições minuciosas que permitirão visualizá-lo. O vocabulário será tão próximo quanto possível do concreto e do visual. A diferença será tanto formal quanto de conteúdo em uma mesma matéria, e no leque geral de assuntos selecionados ou desprezados.

Lage¹ acredita que o jornalismo começa a viver sua época de ouro:

Num mundo de especialistas, a figura do jornalista será cada vez mais necessária como intermediador de discursos, tradutor de linguagens especializadas, guardião da linguagem comum que assegura a unidade do corpo social. Por outro lado, numa época marcada por contradições tão agudas - que anunciam, não o fim, mas um novo patamar da História - as atividades vinculadas ao controle social, entre as quais o jornalismo se alinha, estarão entre aquelas em que mais se aplicarão recursos e inteligências.

É possível dizer que o jornalista *cria* os fatos quando não é fiel ao factual ou aos critérios profissionais de jornalismo. Desrespeitando as Máximas de Grice², pode não *dizer a verdade* e criar um impacto junto à opinião pública, que espera estar lendo a verdade. A mentira pode levar, apesar do paradoxo, à verdade, concretizando o que não havia. Exemplo seria a quebra de certa empresa, após corrida dos acionistas para vender ações devido a boatos e notícias infundadas; ou alta provocada do dólar.

Sem chegar a mentir, o jornalista pode sonegar informação relevante, não tornando sua contribuição tão informativa quanto necessário, para favorecer pessoas, empresas ou o Estado. Informação é poder. Pode desrespeitar a *máxima da quantidade* (*Torne sua contribuição tão informativa quanto necessário, e não mais do que o necessário - aos objetivos correntes do intercâmbio*), desde que o acréscimo torne a notícia mais interessante para o leitor. O desrespeito pode ocorrer sem benefício nenhum, apenas por incompetência em cumprir máxima própria do jornalismo: a de não usar duas palavras onde exista uma que seja adequada e bastante para dizer o mesmo.

Daí a importância das decisões tomadas ao longo do eixo possível que vai da concisão e generalidade à exatidão e singularidade, o domínio do uso de hipônimos a hiperônimos. “A objetividade é, com certeza, a grande contribuição do jornalismo moderno à arte de escrever bem. Não é à toa que as máquinas fotográficas ganharam o sinônimo de objetivas”.³ Não ser informativo é ocultar os fatos. Sobre a relação precisão vs. estilo Juarez Bahia⁴ comenta que:

¹ LAGE, Nilson: 1996.

² KEMPSON, Ruth: 1980:75.

³ BURNETT, Lago : 1991: 50

⁴ BAHIA, Juarez : 1990 : 90.

A precisão é uma virtude do estilo e como tal difícil de ser obtida. No jornalismo, contudo, ela não pode ser tão rigorosa que prejudique o relato e nem tão frouxa que banalize o texto. E por mais unidade de linguagem que busquem os veículos, haverá graus diferentes de precisão de estilo entre uma reportagem, um editorial e uma entrevista.

Retomando Burnett, ser simples é muito complicado: “a simplicidade quando não é dom pessoal deve ser obtida artificialmente”. “...através de uma contenção formal que elimine todo o supérfluo e produza a frase integral, direta, seca, enxuta, sem rodeios, sem eufemismos, sem preâmbulos, sem contornos”¹. Comparando com o caso dos artistas primitivistas, Burnett explica que muitos só conseguem chegar à absoluta depuração formal e ao completo despojamento conteudístico após haver atingido grau razoável de cultura. É viagem de retorno ao estado mais puro. É tão difícil ser simples quanto ser sintético, diz, exemplificando com história sobre o padre Vieira: “desculpe ter-me alongado, mas não tive tempo para fazer a síntese”, teria dito no pós-escrito de carta enviada a amigo.

A *máxima da qualidade* (Não diga o que pensa ser falso / Não diga o que carece de evidência adequada / Seja relevante) é item totalmente ético e com alto grau de objetividade. A *máxima da maneira* (*ser perspicaz: evitar obscuridade, ambiguidade, ser breve e ordenado*) é em jornalismo, item onde a competência profissional está em jogo. A obscuridade surge ou de incapacidade para produzir discurso claro e efetivo ou de mistificação. Os colaboradores ou jornalistas *eventuais* incorrem neste erro, sobretudo os cientistas e especialistas, que não têm a habilidade profissional de dirigir-se ao público em geral. Através de discurso obscuro ou ambíguo, pretendem impressionar pelo efeito de assombro e não compreensão (gongorismo); ou insinuar interpretações que não querem assumir.

Ser breve é essencial, mas difícil de cumprir para muitos: do jornalista principiante, que atribui o prestígio da sua matéria ao tamanho do espaço obtido, aos que não têm capacidade de síntese, por exemplo os literatos rebarbativos. Na publicidade esta máxima é constitutiva: com exceção dos artigos explicativos, que se referem ao intelecto prioritariamente e depois às emoções, quanto mais curtas e impactantes as mensagens mais eficiente o efeito (Coca-cola é isso aí ... *Do it*).

Os efeitos da transgressão às máximas estão registrados em vários ditos populares ou citações, por exemplo *Quem diz o que quer, ouve o que não quer* ou *Toda verdade será castigada*. A *máxima da qualidade* (Não diga o que pensa ser falso), na vida cotidiana, deve ser cruzada com a *máxima da quantidade* - só a verdade estritamente

¹ BURNETT, Lago : 1991: 49

necessária e suficiente. No jornalismo, tanto a verdade quanto a mentira podem gerar efeitos revidatórios e questões judiciais¹.

É mais fácil fazer notícias do que explicar como se faz. Mas a descrição estrutural pode, aliada a outros conhecimentos, ajudar a compreender o processo de produção, aumentando a possibilidade de controlá-lo e modificá-lo. A descrição cria modelos e fixa padrões.

No mundo da tecnocracia pouco acontece por acaso, ou se deixa ao acaso. É o que ilustra uma das sete dicotomias apontadas por Nilson Lage², nos seus prognósticos sobre o futuro da convergência tecnológica em comunicação: a contradição entre o primado do capital e a emergência de comunidade de criadores de técnicas e processos:

Estaremos em um mundo tecnológico. Nele, embora na aparência, a competição se processe entre produtores, tenderá a ser, na essência, uma competição entre criadores de técnicas e processos, que constituem a nova classe privilegiada, conservadora e brilhante. O poder desse segmento - que tem em Bil Gates³ um exemplar notório - decorre dos privilégios que se estão institucionalizando com a propriedade intelectual de técnicas e processos.

.....

...tenho por certo que a realidade da convergência tecnológica fará surgir novo tipo de jornalista, altamente informado sobre questões relacionadas com a produção de mensagens. Em termos objetivos, gostaria de lembrar que a produção de um simples disco compacto com alguma criatividade envolve conhecimentos de programação e análise de sistemas de computador.

3.1 ORATIO OBLIQUA: *DISCURSO DIRETO(DD) e INDIRETO(DI)*

- *Qual a melhor forma de reproduzir um diálogo? - perguntou.*
- *Com o uso de travessões - respondeu.*
- *E as aspas?*
- *As aspas reproduzem diálogos na língua inglesa - explicou. - Em português, são usadas para declarações, citações e transcrições.*

Diálogos, Manual da Editora Abril

Discurso direto, indireto e indireto livre são rótulos de uma classificação convencional aplicada à superfície do texto, à sua organização estilística. Na ciência da linguagem, todo discurso, a não ser no momento da enunciação pelo falante, passa a ser

¹ A ANJ-Associação Nacional dos Jornais recomenda o uso do condicional e da gravação das entrevistas.

² LAGE, Nilson : 1996.

³ Bill Gates foi declarado o homem mais rico do mundo em setembro de 1997.

discurso relatado, indireto, em especial o jornalismo. Mesmo se uma máquina (a televisão, por exemplo), sem interferência do ser humano, registrasse diálogo ou o discurso solitário de alguém, e o reproduzisse por meio sonoro ou visual, isso já seria relato, não discurso direto, a enunciação, evento único. E se as máquinas fizessem o papel dos jornalistas, *registrando* os fatos, também seria parciais, não objetivas. Captariam ângulos, segmentos, e os teriam de apresentar em alguma sequência (infinitas escolhas), fazendo cortes, adições e edições, contrastes.

Austin, explica em *Sentido e percepção*¹:

Assim, diferentes maneiras de dizer o que se vê serão, com bastante frequência, devidas não apenas a diferenças de conhecimento, sutilezas de discernimento, disposição a correr riscos ou interesse por este ou aquele aspecto da situação total; podem dever-se ao fato de que aquilo que se vê é visto diferentemente, visto de uma maneira diferente, visto mais *como* isto do que *como* aquilo. E, às vezes, não existirá *uma* maneira *certa* de dizer o que se vê, pela razão adicional de que talvez não exista uma única maneira certa de vê-lo.

Ao falar de discurso direto, indireto ou indireto livre, está implícita a narração, onde os personagens se manifestam através de seu discurso. São os três modos como o narrador insere na narrativa a fala que não pertence a ele, ressaltam Flores, Olímpio e Cancelier². O DD põe o leitor em contato com o discurso literal do falante, marcado graficamente pelas aspas ou pelo travessão, e introduzido pelos verbos *dicendi*, de elocução, ou de comunicação. A pessoa gramatical é a 1º (o personagem referindo-se a ele próprio) e a 2º pessoa (referindo-se ao personagem com quem dialoga). A situação do personagem determina tempo verbal (presente, pretérito perfeito, futuro do presente, imperativo), como também pronomes, dêiticos e advérbios. Todos esses expedientes contextualizam o discurso do personagem e o próprio personagem.

Pessoa, para Dubois³, é categoria gramatical que se funda na referência aos participantes da comunicação e no enunciado produzido. A situação de comunicação é definida pela relação entre o falante que enuncia e um outro a quem este enunciado é dirigido, para que, por seu turno, dê uma resposta. Dubois considera implícita a frase *Eu te digo que* em todo enunciado. A comunicação implica em um falante (primeira pessoa), o *eu* ou *ego*, que é o centro da comunicação, um interlocutor ou alocutor (segunda pessoa), o *tu* e um objeto enunciado (aquilo de que se fala), o *ele* (terceira pessoa), objeto da comunicação.

Em palavras de Marcuschi:⁴

¹ AUSTIN, J. L. : 1993 : 135.

² FLORES, Lúcia L., OLÍMPIO, Lúcia Maria, e CANCELIER, Natália: 1994:115.

³ DUBOIS : 1995 : 467-468.

⁴ MARCUSCHI, Luiz Antônio: 1991:75

...apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma certa tomada de posição diante do exposto. Assim, a avaliação linguística terá um caráter não meramente estilístico, mas sobretudo interpretativo e avaliativo. O mais notável é que isso se processa através do instrumento linguístico usado e não mediante uma interpretação explícita paralela.

Esta opção estilística(DD) possibilita salientar linguagem coloquial e criações originais, com efeito de verdade. Uma diferença crucial entre jornalismo e ciência por um lado, e de outro a arte: enquanto esta se contenta com o verossímil, jornalismo e ciência pressupõem verdade não só em termos de coerência discursiva mas sobretudo factual. A matemática é valorizada pela ciência por ser linguagem inequívoca, o que no jornalismo explica a significativa presença de números. A mensagem científica está dirigida a um cético de fato, um crítico em potencial, deve ser convincente e sem brechas formais. Esse motivo retórico é mais bem servido por estilo simples e modesto, por arranjos sintáticos inequívocos, diz Ziman¹, o que leva os escritos científicos a sacrificarem a graça literária em favor do grau máximo de clareza e precisão.

No DI o travessão e as aspas são substituídos pela conjunção *que* após o verbo *dicendi*, e o narrador usa as próprias palavras para dizer o que o personagem falou. Dubois² diz que a frase repetida é transformada em um sintagma nominal pelo conectivo integrante *que*, ou pela redução da forma verbal ao infinitivo, ou simplesmente por uma *transformação* hipostática por se tratar de interrogação indireta (caso em que o elemento interrogativo acumula a função de conectivo oracional). Os demais elementos gramaticais são determinados pelo contexto do narrador e não do personagem. Usa-se 3º pessoa. As aspas, contudo, podem ser usadas para destacar o dito por outrém em algumas partes da frase.

Em termos de lógica, é possível aplicar a classificação *de dicto* ao discurso direto, onde são importantes as palavras ditas, e *de re* ao discurso indireto, uma vez que importa o conteúdo proposicional, não interessando a forma linguística e gramatical com que se realizou a proposição.

O texto científico faz uso importante da citação direta e indireta, assim como a literatura em geral, variando as funções. No texto científico, a citação é recurso à autoridade, reconhecimento de autoria do trabalho e conclusões trazidas à baila para adesão ou rechaço, sendo geralmente transcrição de outros trabalhos escritos. Não há a liberdade existente em jornalismo. Neste, deve-se citar fielmente entre aspas, ou então usar o DI parafraçando; e, mesmo aí, a citação deve ser fiel. A citação original fruto de entrevistas é

¹ ZIMAN, John Michael : 1996.

² DUBOIS : 1995 : 195.

peculiar a um tipo de pesquisa: a de campo. Contudo, nos textos que a relatam, as citações oriundas de documentos escritos estarão presentes em grande proporção.

No jornalismo, a citação direta ou indireta das palavras dos entrevistados tem a primazia. Fica como recurso de fundamentação e pano de fundo o uso de citações de documentos escritos. Estes podem ter a primazia no gênero investigativo (nome inadequado, alertam; todo jornalismo é investigativo), mas o mesmo pode ser feito só com testemunhos. Se jornalismo e ciência fazem uso da citação com compromisso de verdade, o mesmo não ocorre na literatura, que também não tem compromisso em atingir certo grau de comunicabilidade. Gabriel Garcia Marquez diz que com uma pitada de ficção se faz excelente literatura, mas qualquer pitada de ficção destrói o jornalismo. Na literatura, a citação é recurso sobretudo estilístico de construção de personagens, de cenários, apresentando usos muito variados.

Na literatura, o gravador agora substitui o estilo. Subitamente a partir da experiência bem-sucedida de Truman Capote no irrepreensível *A sangue-frio*, nossos escritores filiaram-se ao naturalismo, ao mais contundente ultra-realismo. O método é simples: basta ligar o microfone do minicassete e deixar o personagem deitar falação. Temos aí reproduzido com alta fidelidade, com a máxima naturalidade, o diálogo que espelha exatamente o linguajar do povo.¹

Ao contrário, no jornalismo, o leque de usos da citação é limitado a certas fórmulas. O texto é o meio, mais do que fim em si mesmo. Levar a informação ao público, de modo que lhe seja acessível e dentro dos prazos estabelecidos pelas *deadlines* é o que interessa e põe limites à elaboração estilística do texto.

O jornalismo não é, porém, um gênero literário a mais. Enquanto, na literatura, a forma é compreendida como portadora, em si, de informação estética, em jornalismo a ênfase desloca-se para os conteúdos, para o que é informado. O jornalismo se propõe processar informação em escala industrial e para consumo imediato. As variáveis formais devem ser reduzidas, portanto, mais radicalmente do que na literatura.²

O verbo *dicendi* é tão importante que, ao trocá-lo, pode-se deturpar uma declaração, adverte o *Manual de Estilo da Editora Abril*³. Um exemplo: *Sou inocente*, disse (esclareceu, insistiu, alegou, mentiu...). O manual explica que o verbo *dizer* é neutro, simples e direto, a melhor opção na maioria dos casos, embora seu emprego constante deixe certos textos frios e monótonos. Nas declarações longas, deve-se facilitar a compreensão do leitor,

¹ BURNETT, Lago: 1991:118.

² LAGE, Nilson: 1990 :35.

³ 1991 : 32-33.

anunciando previamente o autor. Nas declarações com duas ou três frases, a Abril aconselha que se dispense o segundo verbo *dicendi*, quase sempre redundante. Na maioria dos verbos de enunciação ou *dicendi*, o objeto direto é constituído de proposição, havendo exceções como *dizer-se*, *manifestar*, ou *assistir*¹.

No verbete *verbos declarativos*, o manual da *Folha de S. Paulo* aconselha a usar tais verbos apenas para introduzir ou finalizar falas dos personagens da notícia, não para qualificá-las ou para insinuar qualquer opinião a respeito delas. Deve-se evitar verbos como *admitir*, *reconhecer*, *lembrar*, *salientar*, *ressaltar*, *confessar*, a não ser quando usados em sentido estrito.

Nenhum deles é sinônimo de *dizer*. Ao empregá-los de modo inadequado, o jornalista confere caráter positivo ou negativo às declarações que reproduz, mesmo que não tenha a intenção. Use de preferência os verbos *dizer*, *declarar* e *afirmar*, os mais neutros, quando o objetivo for apenas indicar autoria de uma declaração.²

O verbo *admitir*, por exemplo, não cabe como sinônimo de *dizer*, *declarar* ou *afirmar*. Significa *aceitar* ou *reconhecer* fato em geral negativo. *Reconhecer* significa *admitir como certo*, *constatar*, *verificar*, *confessar*, *aceitar* e tem conotação negativa. O manual recomenda evitar introduzir com o verbo *admitir* respostas insinuadas na própria pergunta do jornalista. Já o verbo *alegar* é o verbo do réu. Significa *citar como prova*, *explicar* e daí, *desculpar-se*. Não deve ser usado quando não se trata de explicação ou tentativa de justificar-se diante de uma acusação qualquer. O verbo *garantir* significa *responsabilizar-se por*, *asseverar*, *afiançar*. O verbo tem sentido positivo. Também não é sinônimo de *dizer* e dá à declaração aspecto de verdade, por mais absurda que seja. *Lembrar* implica que o fato mencionado pelo personagem da notícia tenha realmente ocorrido. *Ressaltar* significa *tornar saliente*, *dar relevo*, *destacar*, e dá conotação positiva à declaração. *Revelar* significa *desvelar*, *tirar o véu* e supõe que o revelado de fato existe. *Salientar* significa *tornar saliente*, *visível ou distinto*, *sublinhar*. Deve ser reservado para casos em que o entrevistado realmente quis chamar a atenção sobre certa passagem.

Mais do que deixar o texto monótono e frio, percebe-se que o uso exclusivo ou predominante do verbo *dizer* sonegaria informação importante ao leitor. As muitas modalizações deste verbo são a forma como linguagem verbal e não-verbal se encontram no texto. O jornalista prestaria serviço limitado ao leitor transmitindo apenas palavras sem o contexto em que foram ditas, o modo como foram ditas. É diferente saber que *o ministro esbravejou: "nada a declarar"* ou que *o ministro sussurrou: "nada a declarar"*.

¹ LAGE, Nilson: 1987:33.

² FOLHA DE S. PAULO :1992 : 116.

Esta modalização, como adverte o *Manual da Abril*, pode subverter a interpretação da matéria.

O *Manual da Abril* traz neste item conselho do jornalista Walcott Gibbs, da revista *New Yorker*. “Tente preservar o estilo do autor, se ele for um autor e tiver um estilo”. “Algumas dicas sobre aspas: *na dúvida não use*”. Use “para ressaltar uma palavra ou expressão, de uso restrito ou não.” Exemplos da Abril contrariam o uso corrente, que é grifar, e não aspear, expressões que se ressaltam:

- Não escreva “pra” mas “para”.
- O termo “entipigaitado” é pouco utilizado.
- Ele era conhecido como “seu” Pedrão.
- A tal “refeição leve” provocou-lhe indigestão.

A seguir apresenta-se a tabela que resume as principais estruturas ou fórmulas em que se apresenta o verbo *dizer* na amostra estudada. É evidente a predominância da relação entre este verbo e o discurso direto, que agrupou o maior número de ocorrências de *dizer* (226). O primeiro lugar é ocupado pela citação em DD anteposta ao verbo e à fonte (187 + 29 = 216). É praticamente insignificante a ocorrência de citação/ informação após o verbo em DD, bem ao contrário do que acontece em DI. O segundo lugar é ocupado pela informação em DI, posposta à fonte e ao verbo introduzida ou não através do uso de *que* (59 + 33 = 92). A proporção de ocorrências em DD é de 2,3 em relação a cada caso de DI. Os casos restantes de aparições do verbo *dizer* incluem infinitivos e outras variações.

Há omissão da fonte/sujeito em 65 casos (33 + 29 + 3); a proporção a mesma em DD e DI. A estrutura do texto permite economizar o verbo *dicendi* omitindo-o, o que é possível além disso graças às marcas gramaticais de sujeito. O “P” inicial indica que as declarações tem sido consideradas mais importantes do que a fonte que as faz, de acordo com máxima do jornalismo. As estruturas possíveis de apresentação da informação e do verbo *dicendi* são:

- a) Citação, verbo. b) Verbo / citação.
 c) Verbo / citação. Citação. d) Citação, verbo. Citação.

O verbo ocorre, ainda, no contexto intra-citacional intercalando-se com os demais constituintes, que se pode representar por:

- e) [½ citação / verbo / ½ citação.]

TABELA 1 - FÓRMULAS MAIS FREQUENTES EM QUE SE INSERE O VERBO *DIZER*

FÓRMULA		TOTAL POR FÓRMULA	TOTAL PARCIAL DI e DD
Discurso Indireto (DI)	Fonte DIZER (que) P	59	98
	P, DIZER Fonte	06	
	DIZER (que) P	33	
Discurso Direto (DD)	Fonte DIZER "P"	07	226
	"P", DIZER Fonte	187	
	DIZER "P"	3	
	"P", DIZER	29	
TOTAL GERAL			324

OBS: P significa proposição, informação, o conteúdo citado em DD ou DI.

3.2 PROPOSIÇÕES E SENTENÇAS NO TEXTO JORNALÍSTICO

Ao estudar o texto jornalístico fica evidente a imensa quantidade de lacunas. Anáforas, pronomes, elipses, sujeitos e objetos ocultos são alguns de uma série de mecanismos usados para não dizer tudo novamente em cada oportunidade. Retomam-se informações já dadas, inferências que se acredita sejam captadas pelo leitor, pelo interlocutor. Usam-se sentenças anômalas e incompletas. Sugere-se, deixa-se no ar, subentende-se, diz-se dizendo e ao mesmo tempo calando. O texto é só a ponta do *iceberg*. Um exemplo são os dois pontos (:), notação gráfica que marca a omissão de verbo e mesmo de sentenças inteiras. É

a possibilidade conversa da notável capacidade de se expandir a cadeia da fala ao infinito. Consta-se que a introdução de informação não é feita apenas através dos verbos *dicendi* e de verbos em geral. Além dos verbos *dicendi*, Marcuschi¹ identificou como formas mais usadas para introduzir a informação (a) a nominalização, (b) as construções adverbiais (*De acordo com..., Uma passagem do livro:..., Para..., Parece que..., Desta forma..., Assim, ...*²), e (c) os dois pontos.

A sintaxe³ da notícia é, para Van Dijk, bastante complexa. Raramente se encontra uma oração simples. O normal são sentenças complexas, com muitas orações encaixadas e nominalizações, expressando muitas proposições. Mesmo os sintagmas nominais são modificados várias vezes. Com frequência uma sentença expressa mais de uma dezena de proposições, fardo pesado em termos cognitivos para o processamento imediato na memória de curto prazo do leitor. Em suas pesquisas comprovou que a sentença tem média 25 palavras e 2,5 orações encaixadas para cada oração principal. Há sentenças com até 50 palavras e alta complexidade em termos de encaixe. Esses dados costumam, contudo, variar de língua para língua.

Nenhuma citação entre aspas (DD) é proposição completa no texto jornalístico. A citação entre aspas é, no máximo, proposição, simples ou complexa, que faz parte de proposição mais abrangente. A proposição complexa completa inclui necessariamente o sujeito que a expressa e o verbo *dicendi* em alguma de suas formas, o que no texto jornalístico vem fora das aspas. Algumas citações só não são proposições completas pela omissão desta informação. As citações entre aspas podem trazer apenas uma palavra. Neste caso o que se quer ressaltar é bem específico: a ironia, peculiaridade, inadequação ou absurdo do item destacado. Assim o reconhece o *Manual da Editora Abril*⁴ ao explicar o uso das aspas.

3.3 O GÊNERO REVISTA

Segundo Targino⁵, existem poucos trabalhos sobre o texto em revista (magazine), seja em termos de conteúdo ou forma. O assunto é relegado a segundo plano ou esquecido nas escolas de comunicação, explica. Trabalho recente de Vilas Boas⁶ propõe

¹ MARCUSCHI, Luiz Antonio : 1991.

² DIJK, Teun Van : 1988 : 77

³ Ibidem, p. 77

⁴ 1991: 48.

⁵ TARGINO, Maria das Graças : 1996: 166-168

⁶ apud TARGINO: 1996: 166-168

classificar este produto editorial em três grupos estilísticos: revistas ilustradas, as especializadas e as de informação geral. Mesma classificação é apresentada por Nilson Lage¹. A classificação clássica distingue revistas técnicas, científicas, técnico-científicas e informativas (os magazines).

Para Vilas Boas, a relevância da revista semanal informativa está em resgatar e preencher os vazios informativos deixados pela cobertura dos jornais diários, programas de rádio e televisão, que trazem a notícia pressionados pelo tempo. Seriam, nesta perspectiva conciliação do jornalismo com a literatura. A revista pode trazer matérias interpretativas e documentais, com apuração mais rigorosa dos fatos e texto criativo. Apresenta gramática própria, transpondo expressões literárias e populares, com ar criativo e erudito. Pretende ser *programa de domingo*, convite ao relaxamento e ao prazer.

A palavra *revista*, segundo o dicionário², significa ato ou efeito de revistar, rever, examinar; publicações periódicas em que se divulgam artigos, reportagens, etc, sobre diversos assuntos, ou, ainda, em que se divulgam trabalhos já aparecidos em livros e outras publicações. A palavra também caracterizou gênero teatral, com números de dança, canto, anedotas, alegorias, no qual se criticavam os acontecimentos de mais interesse. Tudo isso é possível em revista, publicação que encarna os mais variados gêneros e interesses: da frivolidade e ócio ao transcendental. Em jornal este eixo de variações não é tão rico e é mais polarizado: vai do jornal sensacionalista (jornalismo amarelo ou marrom) ao sóbrio jornal *de utilidade pública*.

A periodicidade típica mínima da revista é a semanal, o que molda a receita deste tipo de publicação (pode ser quinzenal, mensal, etc). Em contraposição, *jornal* remete a *jornada*, dia a dia, embora hoje possam ser semanais, quinzenais ou mensais. Em espanhol, por exemplo, *jornalero* é aquele que trabalha por dia, o diarista, e jornal traduz-se por *periódico*, *diário*. *Jornal* vem do italiano *diurnale*, diário. Os fatos cobertos já serão de conhecimento do público na ocasião da publicação porque os diários terão noticiado primeiro. Nas palavras de Sodré e Ferrari:

Enquanto o jornal diário noticia sistematicamente o fato novo, a instantaneidade do acontecimento, a revista especializada, graças ao distanciamento entre uma publicação e outra, se permite selecionar, entre os fatos *novos*, aqueles que melhor se prestam a uma análise extensiva, podendo, desta forma, aprofundar o conteúdo da notícia e dar-lhe sentido crítico.³

¹ LAGE, Nilson : 1979 : 86 - 96.

² BUENO, Francisco da Silveira : 1965 : 1107.

³ SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena : 1978 : 08.

A revista costuma trazer a síntese dos fatos relacionados a cada assunto, somada à uma apresentação estética elaborada, acompanhada de mais fotografias e ilustrações do que nos jornais. O papel de revista costuma ser melhor, proporcionando qualidade fotográfica. Nas revistas ilustradas, diz-se que o editor de fotografias é quem determina as matérias a ser escritas, circunstanciando as fotos escolhidas. O fenômeno da *cadernização* fez também com que os produtos se mesclassem: os cadernos semanais encartados nos jornais são verdadeiras revistas, quando não revistas propriamente ditas com grampeamento (ou brochura) e papel especial.

Em sua essência simbólica, segundo Nilson Lage¹, as revistas são menos duráveis que os jornais, que beneficiam-se da tradição. A atualização do modelo gráfico é feita com mais frequência, promovendo sua contemporaneidade até o esgotamento da proposta. Tentativas de ressuscitá-las costumam não ter sucesso devido a esta contemporaneidade. Talvez isso justifique a escolha do nome da nova revista semanal de informação geral (Editora Globo): *Época*.

Revistas ou o jornais são estruturas formais, ou melhor o imbricamento de várias estruturas formais. São o imbricamento de uma estrutura formal de distribuição e apresentação de conteúdos (capa, índice, matérias jornalísticas, anúncios publicitários, colunistas fixos, ordenação canônica dos assuntos e tipos de matérias, contracapa...). Estrutura gráfica e estrutura textual. Cada espaço é um subsistema.

A sequência das páginas é o que se pode chamar de *eixo sintagmático*, enquanto que a escolha de cada página entre suas possíveis similares seria o eixo ortogonal do *sistema*, *associativo* ou *eixo paradigmático*. Lê-se a revista de trás para a frente, ou aleatoriamente, recriando a ordem de apresentação das matérias. Mas não é possível ler uma matéria no sentido contrário ao linguisticamente determinado. O maior grau de liberdade na direção de leitura está na seção tipo *pérolas* ou *pílulas*. Podem-se ler fragmentos de matérias, mas sempre na ordem linear canônica da língua. A recente seção de *Veja* intitulada *Texto E Hipertexto*, dedicada a notinhas sobre produtos da informática, é exemplo interessante nesse tópico: simula a tela do computador, onde se lê um texto dentro de outro, caso se deseje informação adicional. De certo modo, porém, as velhas notas de rodapé dos trabalhos científicos e os índices remissivos já faziam parte do serviço do hipertexto.

Além das direções (normal, de trás para frente, aleatória), a leitura da revista acontece em diferentes profundidades, completa ou parcial. O nível mais superficial seria o que obedece ao imperativo expresso no título da revista *Veja!*. A indústria da mídia

¹ LAGE, Nilson : 1979 : 86 - 96.

impressa se contenta, segundo pesquisa¹, com níveis baixos de leitura no caso do jornal diário. Por *leitura* o Diário Catarinense entende que “se os olhos do leitor se movem por uma ou mais linhas de palavras impressas da esquerda para direita, o material é considerado *lido*”. Quando pelo menos metade de qualquer texto é lida, considera-se que houve leitura em profundidade. O manual de edição afirma que qualquer elemento na página é oportunidade de processamento, e um elemento é processado quando um leitor simplesmente *olha* para ele.

Para a revista, devido à menor extensão na apresentação de informações e maior tempo para leitura, provavelmente os índices de leitura são maiores. O produto revista é menos precível, neste aspecto, do que o produto jornal. Ao leitor é dada a opção de somente desfrutar da visualização das páginas, uma vez que a fotografia e a ilustração ocupam espaço importante. Não há matéria sem fotografia ou ilustração, praticamente. No entanto o elemento verbal não será deixado de lado. Ao proceder a este tipo de fruição, o leitor tomará conhecimento dos títulos, subtítulos, intertítulos, legendas, olhos, mesmo sem neles deter-se.

A revista é um universo, cujos instantes são os distintos exemplares. O universo não se esgota em um único exemplar, mas cada um é um micro-universo, corte sincrônico (eixo das simultaneidades), enquanto a sequência de exemplares é o eixo diacrônico (das sucessões). É um instante de um mundo possível. Do mesmo modo que em linguística, há como estudá-la na sincronia ou na diacronia. Em cada exemplar, faz-se referência aos números anteriores imediatos, cuja repercussão se estende até o número atual, através das cartas dos leitores, reclamações e comentários dos envolvidos nas matérias. Em algumas revistas, já se anuncia o que se apresentará no próximo número. A revista fala do mundo e fala de si mesma, como também de suas congêneres e dos meios de comunicação em geral (processo autoreferencial, diz Van Dijk²).

Esse falar de si caberia no rótulo de *metajornalismo*: a revista fala como passou por aqueles eventos, como produziu as matérias que apresenta, introduz informações dos bastidores, a dificuldade de se conseguir tal entrevista ou escolher uma capa, quantas pessoas e de lugares trabalharam na produção. Não apenas faz isso na apresentação (em *VEJA Carta ao leitor*) mas intercala tais informações ao longo das matérias. O veículo faz-se 1º pessoa explicitamente. É um espaço performativo, com destaque para a função expressiva. Tudo que não leva assinatura de terceiros, é performativo no sentido de levar a assinatura do veículo: *Eu, revista VEJA, estou lhe dizendo que...*

¹ Diário Catarinense/RBS- Manual de edição.

² DIJK, Teun Van :1988.

O veículo se faz primeira pessoa especialmente nos editoriais, uma criação da imprensa que surgiu da evolução do artigo de fundo, segundo Juarez Bahia.¹ O artigo de fundo era o modo de expressar a visão política, doutrinária e crítica. O estilo era empolado, preciosista e bombástico. O editorial passou a expressar a opinião dos responsáveis pelo veículo. O editorial não é assinado, mas está claro quem o subscreve: a instituição, é a voz do dono. É mais cultivado em jornal, menos comum na revista e no rádio, ocasional na televisão. Entre seus defeitos, Bahia destaca:

- a pretensão magisterial,
- o vitupério (inclinação compulsiva para elogiar-se a si mesmo),
- a auto-suficiência,
- a arrogância,
- a profecia,
- a facilidade (raciocínio-padrão na apreciação dos fatos).

Entre as virtudes, está a de alicerçar a intermediação do jornalismo nas relações entre a sociedade e o poder, desde que se propõe a exprimir rejeições essenciais da cidadania e a reconhecer reações objetivas das instituições. Mais do que a notícia, a opinião se nutre da delegação dos cidadãos para exercitar o seu papel crítico.

Como em um *shopping center*, é possível olhar, de longe ou de perto, e eventualmente entrar para *comprar*. Todos os recursos utilizados fazem a vez de vitrine, para levar o leitor ao produto: o texto da matéria². A vitrine principal é a capa, o único elemento com que conta a revista para ser comprada em banca. Não se exclui a possibilidade de que o eventual comprador a folheie, mas normalmente isso é proibido nas bancas. Seria necessário verificar se a revista tem estudos sobre os seus compradores em banca, mas foram as assinaturas³ que permitiram a sobrevivência e desenvolvimento das revistas tipo *newsmagazine*.

3.3.1 AS PÁGINAS AMARELAS DE VEJA

As páginas amarelas de *Veja* são exemplo do discurso direto, em entrevista estilo *pingue-pongue*. Com exceção do título, da abertura e da apresentação, o

¹ BAHIA, Juarez : 1990 : 97-100.

² Os publicitários gostam de dizer que o mais importante são os anúncios, jornalismo seria o que se usa para preencher os espaços que sobram.

³ Roberto Civita, após o fracasso inicial de *Veja* em banca, teve de pedir licença aos jornalheiros para vender assinaturas e prometeu-lhes não lançar outra revista por assinatura durante dez anos.

corpo da matéria é composto de perguntas do jornalista, seguidas alternadamente pelas respostas do entrevistado, simulando diálogo. O olho (pequeno quadro com tipografia e cor diferentes) ilustra a convenção de que se está apresentando discurso direto: usam-se alternativamente as aspas para apresentar trecho destacado das respostas dadas pelo entrevistado.

Está presente nas páginas amarelas proposta que o leitor em geral (o leitor *ideal*?) parece aceitar como verdadeira¹: a de que se transcreveu fiel e diretamente o que o entrevistado disse, sem truques, nem retoques. Isso não passa de ilusão instituída na linguagem jornalística, como mostra a análise do discurso. Para apresentar três ou quatro páginas de perguntas e respostas, são gravadas muitas horas de entrevistas. O conteúdo é editado. Sofre retoques estilísticos e gramaticais, corta-se o considerado supérfluo ou desinteressante, os coloquialismos, as hesitações. A sequência original pode ser variada, o clima e contexto da entrevista ficam fora do produto final, a não ser por alguma pincelada na introdução.

Meditsch² considera um dos principais problemas do jornalismo esta falta de transparência dos seus condicionantes. A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade. E, mesmo ao perceber que se trata de versão, ele dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram os jornalistas ao construí-la, nem ao que foi omitido por estes critérios, profissionais ou não.

O Pasquim foi o primeiro órgão da imprensa brasileira a usar o diálogo com *orações psicológicas* (predominância de elipses, associações mentais, etc), transcrevendo com fidelidade as palavras do entrevistado (seria o equivalente a um cinema sem montagem, ou vídeo sem edição). Mas na atualidade este estilo redundante, eventualmente confuso e de leitura mais trabalhosa, não sobrevive. *A Folha de S. Paulo* adota, em geral, o estilo indireto para apresentar suas entrevistas, explicando em seu manual que a entrevista pingue pongue deve ser reservada ao entrevistado que está em evidência ou diz coisas de importância particular. Recomenda ao jornalista que grave suas entrevistas para poder reproduzir com fidelidade eventuais declarações curiosas, reveladoras ou bombásticas. Para a entrevista estilo pingue pongue a indicação deste jornal é

transcrição fiel, mas nem sempre completa, da entrevista. Selecione os melhores trechos. Corrija erros de português ou problemas da linguagem coloquial quando for imprescindível para a perfeita compreensão do que foi dito. Mas não troque palavras ou modifique o estilo da linguagem do entrevistado. Se relevantes, eventuais erros ou

¹ Os próprios estudantes de Jornalismo se surpreendem ao perceber a reconstrução feita pelo jornalista e as múltiplas matérias possíveis a partir de um mesmo fato ou evento.

² MEDITSCH, Eduardo : 1998 : 25-38

atos falhos do entrevistado podem ser destacados com a expressão latina *sic* entre parênteses. Restrinja o uso deste recurso.¹

A entrevista é a base do noticiário jornalístico - seja de jornal, televisão, rádio, cinema, revista ou qualquer outra mídia, explica Juarez Bahia². Para realizá-la o repórter precisa dialogar, ver, sentir, questionar, provocar, registrar, ouvir, discordar quando preciso. Entrevistar não é, portanto, apenas anotar o que o interlocutor tem a dizer. O repórter não é mero registrador de perguntas e respostas, e a entrevista não se esgota nelas. Deve refletir uma interação de dois ou mais indivíduos exercendo influência recíproca. Há sempre um enfrentamento, uma queda de braço abstrata, entre o que querem dizer e o que se deseja saber.

Dentro deste espaço assumido de discurso direto das amarelas, encontram-se citações tanto em discurso direto com aspas (o efeito *berioska*: aspas dentro de aspas) como em discurso indireto na fala dos dois personagens envolvidos, quando falam de terceiros. O DD e as aspas trazem implícita a importância da informação que introduzem, seja pelas palavras proferidas, seu estilo ou significado, ou pela importância ou desimportância de quem disse. O DI predomina, marcado pelo *que*, ou expressões introdutoras de informação tais como *segundo a fonte tal, de acordo com tal fonte, para a fonte tal, na opinião de, parece que, tudo indica que, ...*

Daí justificar-se a primazia das páginas amarelas, que vêm ao início da revista, precedidas apenas pela *Carta ao Leitor*, espaço de apresentação editorial, onde a revista fala de si mesma. A seção de *Cartas* (dos leitores) também vem de início e configura-se como espaço de DD. O destaque das páginas amarelas deve-se à importância - política, econômica, social, cultural...- da personalidade que fala diretamente. É como se a entrevista fosse a três: o leitor, o jornalista e o entrevistado. Tenta-se reproduzir com o relato em DD o tempo presente do momento da entrevista. As páginas amarelas privilegiam a versão e o perfil de alguém, sem ser a escolha do entrevistado imperiosa. Como na reportagem, ao contrário da notícia canônica, as amarelas podem retomar assuntos e atualizá-los.

O tempo presente é predominante. Tanto o entrevistado quanto o jornalista falam, nesse diálogo, em primeira pessoa. A fonte é única. Pode ser importante a ponto de que o assunto seja secundário; então falará de qualquer assunto. É o caso de artistas famosos, socialites ou modelos, a quem se perguntam trivialidades. O outro caso fica por conta dos especialistas, que são importantes justamente por conhecer bem determinada matéria ou atividade; e disso falarão. O jornalista-entrevistador e o entrevistado têm seu espaço claramente delimitado: o primeiro pergunta, o segundo responde. O debate ou discussão

¹ FOLHA DE SÃO PAULO: 1992 : 32.

² BAHIA, Juarez : 1990 : 59.

ocorrem fortuitamente, mas não há a intenção editorial de caracterizar este espaço como polêmico. Como diz Milan Kundera, em *A Imortalidade*¹, o jornalista é o profissional perguntador, um dos poucos a que a sociedade, mesmo incomodada, atribui o direito de perguntar qualquer coisa e inquirir a qualquer um; e por isso coloca-se a fonte na obrigação de responder.

A pesquisa prévia do jornalista aparecerá somente nas suas perguntas - algumas delas sendo ou implicando afirmações - e na breve apresentação. Em outras matérias, a pesquisa feita comporá o texto juntamente com as declarações obtidas em entrevistas, em alguns casos majoritariamente. Em certas temáticas - divulgação de filmes, livros, discos ou comentário de política internacional - será basicamente pesquisa em material fornecido por agências de notícia e assessorias de imprensa.

Na amostra estudada, o número de perguntas das entrevistas amarelas oscila de 16 a 29, ficando a média em 21.5 perguntas. A de maior número foi com Gustavo Franco, tratando de economia, assunto de destaque nacional. A de menor número foi com o cientista Gallo, personagem internacional, sobre Aids. Três homens e uma mulher foram entrevistados, mas o jornalista era mulher em três dos quatro casos. A entrevistada foi uma escritora; eles, do mundo da medicina e ciência, economia, e um cidadão comum portador de doença mental.

Os títulos das amarelas estudadas compõem-se basicamente por duas palavras sem aspas, dois títulos com verbo e dois sem verbo. Em um caso, o da entrevista com o portador de doença mental, apresenta-se uma antítese: *Saudável loucura*. Em dois casos, fazem-se alusões; num desses, há nítida acumulação semântica:

- *É preciso romance* = no clima de arte e literatura, a entrevista com a escritora alude ao verso de Fernando Pessoa *Navegar é preciso*, como também a um dos produtos gerados pelos escritores, os romances.

- *O franco atirador* = faz alusão ao sobrenome do entrevistado Gustavo Franco, bem como ao seu temperamento, além de lembrar título de filme de sucesso com Robert de Niro.

O modelo de planejamento gráfico é seguido rigidamente a cada número da revista. Das fotos, três apresentam entrevistados sorridentes (são pessoas bem sucedidas, em plano americano, e um sério: o portador de doença mental. A foto colocada à direita contrapõe-se ao título e subtítulo (antes era colocada no centro, ao alto, sob o título e subtítulo). As entrevistas ocuparam o mesmo número de páginas: três.

¹ Editora Nova Fronteira.

TABELA 2 - PÁGINAS AMARELAS

Nº do exemplar e data	Entrevistado e nº de perguntas	Ocupação	Jornalista	Título
nº 37 11/set/1996	L.F. Barros 18 perguntas	Portador de doença mental	Karina Pastore	Saudável Loucura
nº 38 18/set/1996	Robert Gallo 16 perguntas	Médico e cientista	Ana Imanishi Rogge	Venceremos a Aids
nº 39 25/set/1996	Gustavo Franco 29 perguntas	Economista e Diretor do Banco Central	Raquel Almeida	O franco- atirador
nº 40 02/set/1996	Rachel de Queiroz 23 perguntas	Escritora	Gérson Camarotti	É preciso romance

3.3.2 SEÇÃO DE CARTAS E OUTROS ESPAÇOS

Além das amarelas, há em *VEJA* outros espaços onde predomina o discurso direto. É o caso da seção de cartas dos leitores e da página de citações entre aspas estilo *pérolas* ou *pihulas*, espaço onde a citação de declaração é o mote. Como já se ressaltou, estas seções também são colocadas em evidência nas primeiras páginas. Na seção de cartas, a transcrição está sujeita a cortes e adaptações. O título geralmente é formado por uma só palavra, e as cartas terminam com a indicação/assinatura do nome do autor e sua localização (cidade, país, etc). Esta autoria expressa as torna performativas.

A página de citações apresenta frases notáveis entre aspas, seguidas apenas do nome da fonte, e às vezes as credenciais. São frases absurdas, inteligentes, singelas, mas independente do adjetivo, frases ditas por gente de destaque. O formato deste espaço lembra caderno de notas, diário de adolescentes, ou o livro *pilulas de otimismo*, antigo best-seller de auto-ajuda pré-Lair Ribeiro. Está presente na última página de *Superinteressante* e em *Exame Vip*, outras revistas da Editora Abril.

A revista é performativa como um todo no sentido de que é uma arena pública ampliada para os conflitos sociais. Permite *jogo de cena*, *balões de ensaio*¹, disseminação de rumores, elogios, repúdio, repreensões, lamentações, condenações, uma longa série de atos ilocucionários e perlocutórios.

Dá-se o nome de perlocutórias às funções da linguagem que não estão eliciadas diretamente no enunciado, mas que dependem inteiramente da situação de fala (“elogiar, causar prazer, causar medo, etc”). Por exemplo: uma interrogativa pode ter por objeto não a obtenção de uma informação, mas fazer crer ao interlocutor que ele participa da decisão (falsa interrogativa).²

Enquanto os atos ilocucionários são atos convencionais, os atos perlocucionários ou perlocutórios não são convencionais. O ato locucionário tem um significado, o ato ilocucionário tem uma certa *força* ao dizer algo, e o perlocucionário consiste em se obter certos efeitos pelo fato de se dizer algo.³

Aparecer na imprensa amplifica o impacto da fonte: por exemplo, se ela é um cidadão de bairro reclamando do buraco em sua rua ao prefeito. Essa função performativa da imprensa em geral talvez seja tão importante quanto sua alegada função social informativa, caso se considere, como mostra Van Dijk, o quão difícil é para o jornalismo trazer o novo. A imprensa apresenta grande regularidade de assuntos, agenda de aberrante repetitividade, calendário de pautas previsíveis exploradas *ad nauseum*.

Nas demais matérias da revista o assunto geralmente importa mais que o entrevistado, e há várias fontes falando do mesmo assunto. “A notícia deve vir primeiro, depois o informante. Abrem-se exceções para os casos em que a importância da notícia possa ser avaliada pelo grau de autoridade do informante.”⁴ A notícia trata de fatos que se impõem naquele momento, a reportagem de assuntos retomados e atualizados por escolha. “...A notícia

¹ jargão jornalístico que caracteriza informação vazada a propósito a fim de verificar de antemão possíveis efeitos de determinada medida. Equivale a *plantar informação*. (FSP)

² DUBOIS: 1995: 465

³ AUSTIN, J. L.: 1990 : 103.

⁴ BURNETT, Lago: 1991: 157.

não é texto adequado à análise mais profunda dos fatos, mas vai além da simples tradução das palavras e expressões, de um registro de linguagem para outro”.¹

Também no restante da revista a citação em DD traz a informação de destaque. Mas como quase tudo se poderia dizer em DI, o DD aparece para salientar o serviço a que se propõe o jornalismo: ser os olhos, os ouvidos, a percepção do leitor, ir onde ele não pode ir, estar onde jamais estará, ser recebido por quem não recebe qualquer um. As aspas estão ali para lembrar que a proposta é fazer isso da forma mais fidedigna, da forma mais objetiva que seres subjetivos são capazes de fazê-lo. Isso gerou controvérsia que hoje considera-se superada, mas que o jornalismo (o norte-americano em especial) não abandona por completo: a busca da imparcialidade, entendida como a eliminação de qualquer subjetividade, o que só se daria caso o jornalista não fosse ser humano.

O DD está ligado também à responsabilidade pela informação introduzida. O jornalista e a revista dizem, com as aspas, que estão apresentando palavras de outrém, não podendo ser responsabilizados pelo teor da informação. A justiça assim o entende, desde que a fonte não negue o dito, ou o jornalista tenha provas de ter recebido tal informação. A revista VEJA já foi condenada por introduzir informações consideradas caluniosas, porque a fonte as negou e o jornalista não teve provas testemunhais ou físicas (fita gravada) do momento em que realizou a entrevista. O chamado *jornalismo declaratório* é condenado, no entanto, por abusar das citações e declarações, escondendo-se atrás delas, prova de que este recurso deve ser usado com parcimônia. Não se deve banalizar o uso das declarações diretas em jornalismo, preconiza Burnett² :

A imprensa, por ser um retrato do cotidiano, tem uma tendência muito acentuada para a rotina. De tempos em tempos, ela descobre recursos e truques, que chegam às raias da insensatez devido ao abuso e à deformação profissional. Durante uma época, foi o uso do parênteses, depois o de dois pontos nos títulos. Mas o que ninguém suportava mais era o célebre *lead* começando por declaração, com ou sem travessão. No *Jornal do Brasil*, atacamos o mal a tempo. Formalizei então a seguinte regra: *Não se deve começar a frase no lead por declaração ou citação, salvo nos casos em que uma ou outra estejam destinadas a passar à História (o que, aliás, é sempre duvidoso e implica julgamento temerário)*.

No verbete sobre *lead*, a *Folha de S. Paulo*³ faz restrição semelhante. Solicita que seja evitada no *lead* a declaração entre aspas, “fórmula desgastada pelo uso indiscriminado” que deve ser reservada para quando a declaração for impactante.

¹ LAGE, Nilson:1987:36.

² BURNETT, Lago:1991:46.

³ FOLHA DE S. PAULO : 1992 :37.

4. VERBO DIZER - QUEM E QUANDO DIZ

Neste trabalho chamou-se de *credenciais*, de modo geral, às expressões usadas para qualificar a fonte ou personagens da matéria (sujeitos do verbo *dizer* e demais verbos *dicendi*). A credencial varia de uma palavra apenas até proposições complexas. *Credfonte* seria a credencial composta por expressão referencial onde também está presente o nome de registro de pessoa, por exemplo *O engenheiro Luis Fernando disse que...* Por expressão referencial, para contrastar, considera-se a expressão onde não consta esse nome de registro civil. Entram aí casos de títulos, que sejam nomes próprios ou não (*o presidente do Tribunal de Contas disse que*), ou outras designações (*uma vizinha observou que, a loirinha quer...*).

“Hierarquizar as fontes de informação é fundamental na atividade jornalística”¹, determinando o seu grau de confiabilidade nas mesmas. É essencial dizer quem fala, e se dá voz para quem tenha qualificação para tal. Sem títulos ou credenciais não se está qualificado como fonte². Exceções: exemplo são testemunhas ou pessoas envolvidas em episódios importantes (o motorista de Collor, a secretária de PC Farias, ambos aqui já devidamente *credenciados*). A *Folha de S. Paulo* distingue quatro tipos de fontes, observando contudo, que uma boa fonte pode errar e uma fonte duvidosa às vezes fornece informação valiosa:

a) Fonte tipo zero: escrita e com tradição de exatidão, inclui enciclopédias renomadas, documentos produzidos por instituições a que se atribui credibilidade. Estas fontes prescindem de cruzamento ou checagem. Jornais e revistas não se incluem aí e não são recomendados como única fonte.

b) Fonte tipo um : em termos de fonte-pessoa é a mais confiável, e tem histórico de informações fornecidas com confiabilidade. Fala com conhecimento de causa, está próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação. O cruzamento é recomendável, mas não imprescindível.

¹ FOLHA DE S. PAULO : 1992 : 29.

² Há reação contra o jornalismo oficialista e dos poderosos, porém o jornalismo que procura dar voz a fontes alternativas é minoria. É contra a lógica do poder, do mercado e da empresa de comunicação.

c) Fonte tipo dois : tem todos os atributos da fonte tipo um, menos o histórico de confiabilidade, exigindo a checagem.

d) Fonte tipo três: a de menor confiabilidade. Seus interesses tornam a informação menos confiável. Pode servir de ponto de partida ou ser publicada em coluna adequada como rumor, informação não-confirmada.

As fontes - quem diz - nem sempre são personagens das notícias. Neste trabalho chamaremos *fontes* todos os sujeitos do verbo *dizer* e demais *dicendi* independentemente deste aspecto. As fontes essenciais à apuração das notícias são, segundo Bahia¹, de modo geral: a) diretas, b) indiretas e c) complementares.

Ilustrando a presença de fontes de tipo zero na classificação acima, observa-se, na amostra estudada, significativo número de casos de fontes/sujeitos documentais, como *a pesquisa, o documento, o relatório*. Estas fontes tipo zero estão disponíveis a partir da própria empresa jornalística, que costuma ter seu arquivo e banco de dados, que originaram a editoria de pesquisa.

...um banco de dados eficaz é vital para qualificar o noticiário. O arquivo tomado como informação-índice e a biblioteca de referências como erudição-índice, coordenados ou não por uma editoria de pesquisa, constituem suportes de conhecimento que completam a notícia, sobretudo ao contribuir para romper com o relato factual do óbvio.²

A seguir são apresentados os resultados encontrados na análise das fontes/sujeitos do verbo dizer, em termos de realização gramatical:

¹ BAHIA, Juarez: 1990 : 37.

² BAHIA, Juarez: 1990 : 113.

TABELA 3 - DIZER - QUEM DIZ / REALIZAÇÃO GRAMATICAL DA FONTE

REALIZAÇÃO DA FONTE	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
Nome de registro (completo ou não)	125	37,31 %
Expressão referencial (sem nome de registro)	68	20,29 %
Sujeito elíptico	58	17,31 %
Credfonte (Expressão referencial incluindo nome de registro)	48	14,32 %
Pronome	30	8,95 %
SE (indeterminação do sujeito)	06	1,79 %
TOTAL	335	100 %

OBS: Modo indicativo - 04 exemplares

4.1 SE - SUJEITO INDETERMINADO

Observou-se número inexpressivo de sujeitos indeterminados acompanhando o verbo *dizer*; a maioria dos sujeitos é nomeada e identificada por uma ou várias credenciais.

Os casos encontrados foram os seguintes:

TABELA 4 - INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO- SE

OCORRÊNCIAS DE SE - INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO	
VEJA 37	Dele se diz isso porque p. Por p - que diga-se de passagem, era q.
VEJA 38	[Nordeste] ...se diz que p.
VEJA 39	[Livro] ...em que se diz que p.
VEJA 40	Até [local] se diz que p. P, diga-se.

Além dos casos de indeterminação do sujeito através da partícula *se*, houve casos de sujeito realizado mas mesmo assim indeterminado ou genérico (*alguém, quem, os especialistas...*). No entanto a maioria dos sujeitos/fontes do verbo *dizer* são determinados, conforme mostra a tabela a seguir.

TABELA 5 - DIZER - DETERMINAÇÃO DA FONTE

DETERMINAÇÃO DA FONTE		
DETERMINAÇÃO	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
FONTE DETERMINADA	292	87,16 %
FONTE INDETERMINADA	30	8,95 %
FONTE GENÉRICA	13	3,88 %
TOTAL	335	100 %

OBS: Modo Indicativo - 04 exemplares

4.1.1 O DEFINIDO E INDEFINIDO

Russel dedica, em *Introdução à filosofia matemática*¹, um capítulo aos artigos definidos singulares (teoria das descrições) e outro para o plural *os, as* (referem-se a classes), mas há diferenças entre o uso da lógica e da linguagem ordinária. De acordo com Frege², o artigo definido singular sempre indica um objeto, enquanto que o artigo indefinido acompanha um termo conceitual. É provável, todavia, que estes valores se alterem de uma língua para outra. As línguas eslavas, por exemplo, não têm artigos. Em português, a confluência do indefinido com o numeral acentua o traço partitivo do artigo: um homem = um dos [indivíduos que são] homens.

Os artigos definidos individualizam com mais força os termos que qualificam: *Fulano de Tal, o procurador do Estado* tem sentido mais forte do que se o artigo indefinido *um* fosse usado. O *Manual da redação da Folha de S. Paulo* aconselha que se use o definido neste caso. É facultativo o artigo definido frente a nomes próprios, de

¹ 1974: capítulos 16 e 17.

² FREGE, Gottlob : 1978 : 92.

países e cidades, títulos pessoais ([o] *padre José*), apostos (*Bush,[o] presidente dos EUA,...*). O artigo, nesses casos, pode reportar-se a menção anterior ou indicar familiaridade.

Segundo Dubois,¹ chama-se indefinido um traço inerente de certos artigos, adjetivos ou pronomes, em oposição ao traço definido. Interpreta-se semanticamente pela ausência de toda referência a um sintagma nominal anterior ou a um elemento preciso da situação, ou pela negação do valor genérico (*Um homem não poderia agir assim*, em oposição a *O homem é um animal que fala*).

Os principais pronomes adjetivos indefinidos são *nenhum, outro, cada, certo, muito, mesmo, qualquer, algum, tal, todo, diferentes, diversos, várias; cada um, o mesmo, ninguém, alguém, quem quer que, tal, um, algo, nada, tudo, vários, todos, uns*. Dubois adverte que certas palavras são verdadeiramente indeterminantes ou indefinidas, outras não. Os pronomes adjetivos indefinidos são analisados como *determinantes*: uns são pré-artigos, como *todo (toda a cidade)*, outros pós-artigos (*uma outra pessoa*). Muitos são quantificadores (*bastante*), distributivos (*cada*) e negativos (*nenhum, ninguém*).

Percebe-se a presença marcante de artigos definidos nas listas ilustrando expressões referenciais e a personificação de fontes. Porém, mesmo o artigo indefinido não significa necessariamente indefinição: *Lula entregou ao Senado um documento em que apresenta suas propostas de governo...*

4.2 EXPRESSÕES REFERENCIAIS: AS FONTES, NOMES E ATRIBUTOS.

Os agentes (enunciadores) do verbo *dizer* e os demais incluídos em seu campo semântico, no texto jornalístico, são apresentados na forma de registros oficiais, completos ou não, outras designações próprias, expressões referenciais incluindo nome de registro (chamadas aqui *credfonte*), expressões referenciais sem nome de registro, pronomes ou sujeitos elípticos identificáveis.

Uma dificuldade neste tópico é a variação de terminologias: Campos², por exemplo, em um mesmo artigo, alterna *expressões referenciais, expressões*

¹ DUBOIS :1995 : 337.

² CAMPOS, Jorge : 1992.

designadoras e descrições. Ora fala como se abrangessem os nomes de registro e pronomes, ora os cita como algo mais além das expressões referenciais. Em geral adota-se *expressão referencial* como termo hiperônimo ou genérico englobando pronomes, nomes de registro, títulos e descrições. Uma expressão predicativa pode ser usada como expressão referencial, e uma expressão referencial geralmente pode ser qualificada como predicativa. Em uma igualdade as expressões são intercambiáveis nestas funções.

Adota-se, em geral, neste trabalho, o critério de denominar “nome próprio” a designação única de um indivíduo ou objeto, em oposição a “nome genérico”, que corresponde a uma classe de indivíduos ou objetos.

As expressões referenciais ocupam tipicamente o lugar de sujeito da sentença e são combinadas com uma expressão predicativa, tipicamente o predicado gramatical. Dizer que uma sentença contém uma expressão referencial é dizer que ela contém uma expressão que, em alguma ocasião de enunciação da sentença, pode ser usada para referir. Se a referência é bem sucedida, a expressão referencial identificará corretamente para o ouvinte o indivíduo em questão: o referente. Uma expressão refere-se ao seu referente, quando a expressão é usada em alguma ocasião particular e satisfaz as condições relevantes.

Ogden e Richards¹ empregaram o termo *referente* para qualquer objeto ou estado de coisas no mundo externo, identificável por meio de uma palavra ou expressão (não distinguem formas, lexemas e expressões). E empregaram *referência* para o conceito que media entre a palavra (ou expressão) e o referente. Esta noção de referência é consistente com a noção filosófica, exceto que os filósofos geralmente usam o termo *referência* não para o conceito mediador postulado, mas para a relação que se mantém entre a expressão e o referente. Ogden e Richards, contudo, distinguem a referência de palavras e expressões daquilo que eles chamam significado emotivo/afetivo (sua capacidade de produzir um certo efeito emocional sobre o ouvinte). Duas palavras, dizem eles, podem ter o mesmo significado referencial, mas diferir em significado emotivo: por exemplo *cavalo*, *pangaré*, *corcel*. Esta distinção entre significado referencial e emotivo, cognitivo ou afetivo, é muito diferente da distinção dos filósofos entre referência e sentido. No entanto, a oposição entre um componente mais central, ou estilisticamente neutro, e outro componente mais periférico ou subjetivo é lugar comum nas discussões sobre sinonímia: recobre as noções de denotação e conotação.

¹ apud LYONS: 1979.

O tópico mereceu além da atenção de Bertrand Russel (teoria das descrições e classes)¹, a de Strawson², Linsky³ e outros. Do ponto de vista gramatical, há, para Russell, três tipos de expressões referenciais singulares definidas: a) sintagmas nominais definidos; b) nomes próprios (no sentido fregeano: designação única de um objeto no universo considerado) e c) pronomes pessoais. Russell assimilou os pronomes pessoais e demonstrativos à classe dos nomes. Também diferenciava *nomear* de *descrever*:

Temos, então duas coisas a comparar: 1) um *nome*, que é um símbolo simples, designando diretamente um indivíduo que é o seu significado e tendo esse significado por seu próprio direito, independentemente dos significados de todas as outras palavras; 2) uma *descrição*, que consiste de várias palavras, cujos significados já estão fixados, e das quais resulta o que quer que seja tomado como *significado* da descrição.

A linguagem é usada para fazer referência a amplo leque de indivíduos indefinidamente, e deve prover outros meios para identificar estes indivíduos que não somente o de nomeá-los. É mais fácil conceber uma linguagem sem nomes próprios do que uma sem algum meio sistemático de referência através de descrições definidas. A combinação dos dois tipos de expressões torna a língua muito mais eficiente e flexível como sistema semiótico.

Como o nome diz, as expressões referenciais são usadas para fazer referência, indicar, destacar, atribuir qualidades, nomear ou descrever seres, coisas, eventos dentro de um universo. Donellan⁴ foi o responsável pela introdução da discussão do possível uso atributivo das descrições definidas. Já Kripke⁵ colocou o problema em termos de referência pragmática e referência semântica propriamente dita. O fato de um referente (entidade extralinguística nomeada) não satisfazer a relação de referência (relação entre usuários, as expressões referenciais e os objetos designados) não anula o caráter pragmaticamente bem sucedido da relação.

A referência pragmática ou do falante depende do contexto extralinguístico de uso específico. A expressão linguística é, apenas, instrumento intermediário entre referentes e referidores. A referência semântica independe de sua ocorrência específica. A referência semântica ou linguística é simplesmente a referência das expressões como parte da língua. A referência do falante é o que o falante está se referindo

¹ RUSSELL: 1974 : 160 .

² apud SIMPSON: 1973: 57.

³ Ibidem, p. 303.

⁴ 1966, apud CAMPOS, Jorge : 1992.

⁵ 1977, apud CAMPOS, Jorge : 1992.

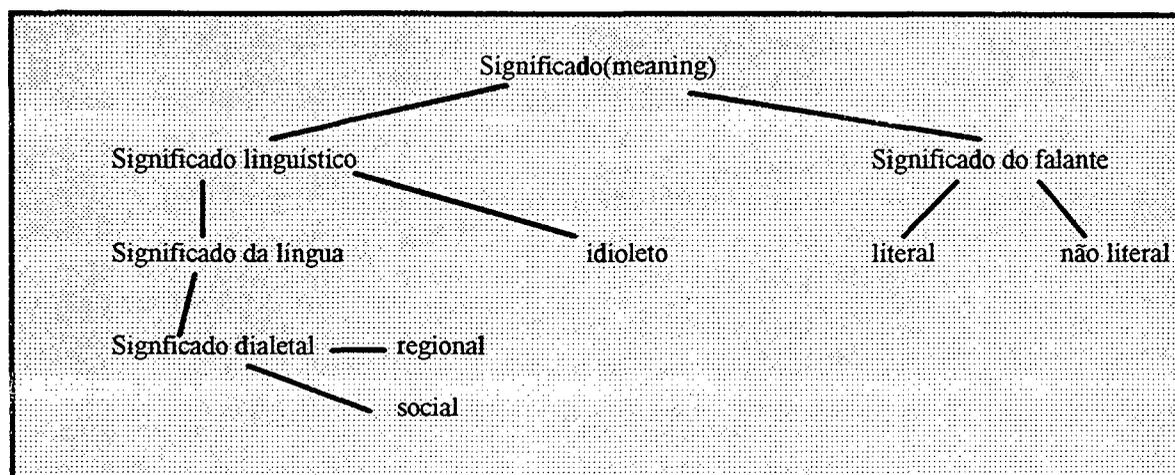
ao enunciar uma expressão. João pode se crer *o mais famoso linguista do mundo* embora para a comunidade linguística as palavras se refiram a *Noam Chomsky*¹

Referência pragmática: é a relação determinada pela intenção de um falante particular de referir um objeto específico através de um designador que julgue adequado. O papel desse designador, no caso, é o de um instrumento de um ato de referir. A referência pragmática se estrutura sobre um contexto específico de uso em que a questão depende de quem fala, quando fala, onde fala, para quem fala e sobre quem fala.

Referência semântica : é a relação de um designador com seu referente, através do uso social sistemático desse designador para esse referente. Trata-se de uma relação em que o falante, por não estar caracterizado pelo contexto específico, é apenas, uma instância do uso social, sendo abstraído em favor da idéia de que são as palavras que referem.²

Para localizar esta questão, transcrevemos o quadro de Akmajian³ a respeito do significado:

Figura 4- Significado



As expressões referenciais podem ser genéricas, gerais, determinadas, ou indeterminadas. Segundo Lyons⁴, a expressão referencial que se refere a indivíduos chama-se expressão singular, enquanto a que se refere a classes de indivíduos é a expressão referencial geral, que se subdivide em distributiva e coletiva (*Estes livros custam cinco reais* - cada um ou em conjunto?). As expressões definidas indicam indivíduo específico ou classe de indivíduos. Russell diz que são frases da forma *o assim-assim* ou *o tal e tal*. As indefinidas, que têm referência, não se referem a um indivíduo ou classe específica (*Uma águia sobrevoa a casa todos os dias*. Pode ou não ser a mesma águia./ *João quer se casar*

¹ AKMAJIAN:1981: 235.

² CAMPOS, Jorge : 1992 : 20.

³ AKMAJIAN: 1981 : 232

⁴ LYONS: 1979: 174-229

com uma moça loira. Há ou não alguém em vista). Para Russell, seriam as que falam de *um assim-assim*, categoria complexa e filosoficamente controversa. A referência geral (aplica-se a muitos indivíduos ou combinações de indivíduos), oposta à singular, é diferente de referência genérica (*O leão está em extinção*), que se refere ao que é essencial (não contingente).

Observa-se na tabela sobre realização da fonte, a significativa presença de nomes de registro civil ou oficial, plenamente justificada pela obrigatoriedade de informar *quem diz* ou *de quem se diz* (*fonte é quem fala ou quem forneceu a informação de que se fala na matéria*). Para situar esse *quem* junto ao público leitor são importantes as credenciais. No caso dos títulos referenciais únicos, como os manuais citam, o cargo ou o título precede, é mais importante que o nome que o carrega. Em outras ocasiões os nomes próprios serão tão importantes ou conhecidos que dispensarão ou tornarão acessórios os títulos e atributos. Interessante é quando o nome próprio não é conhecido e não há títulos formais, sendo necessário criar credenciais sobre qualidades acidentais, feitos anteriores. Poucos sabem quem é Daniel Ducruet e a dançarina Fili Houteman (aqui uma *credfonte = atributo(dançarina) + nome próprio*). Identifica-se com mais facilidade este homem ao saber que é *marido da princesa Stéphanie de Mônaco* e a moça um de seus casos, que tornou-se público mediante fotos de intimidades à beira de uma piscina. A expressão *...fotos dos dois "acrobatas"...* dá o tom da matéria.

Através deste contato preliminar com o assunto, nota-se a importância de estudos específicos sobre como são qualificadas as fontes e demais pessoas/coisas/eventos citados nas matérias jornalísticas, proporção de fontes-pessoas, fontes documentais ou fontes institucionais, além da relação assunto/seção versus fontes e sua realização gramatical. Na construção do texto, sobressai o uso de aposto¹ entre vírgulas, orações relativas encaixadas, além de adjuntos e complementos nominais. As credenciais de *quem diz* são apresentadas também em orações coordenadas. Por questão estrutural e estilística, não se dá ficha completa da fonte ao início, a não ser o necessário para situar o leitor. No curso do texto vão se alternando e introduzindo as credenciais, e variando o uso do nome completo, primeiro nome, sobrenome, apelido. A partir da segunda menção no texto, o personagem deve ser identificado apenas pelo sobrenome ou pelo nome mais conhecido. A opção pelo sobrenome serve para marcar distanciamento em relação ao personagem.

¹ o aposto tem amplo uso na publicidade justapondo atributos e personalidade aos produtos: *Polti, produtos inteligentes...*

As *fontes-pessoas* apresentam em grande número credenciais oriundas de sua profissão, preparo, cargos, prêmios, realizações, habilidades, com destaque à pertinência a uma instituição. Estas também aparecem como fontes: *O IBGE diz...O PP acredita...* . Na *Folha de S. Paulo* toda personagem de notícia deve ser identificado pela profissão, cargo, função ou condição. Qualificações passadas (*ex-presidente, ex-prefeito*) só devem ser utilizadas quando relevantes no contexto, assim como as nacionalidades, cor, etnia, religião, partido político, preferência ideológica ou opção sexual¹.

Exemplos:

O engenheiro Luiz Fernando Costa, diretor do departamento de obras, afirma que.... Autor do projeto do Viaduto do Café, ele pensa que....Costa acredita que.... O diretor, que foi premiado semana passada, não consideraFormado pela USP, com pós-graduação na Unicamp, o engenheiro imagina que... "P", declarou o engenheiro, que foi funcionário da Odebrecht e trabalhou na campanha de Fulano.

O apostro - importante para o encaixe de credenciais, nomes próprios após títulos ou vice-versa - tem em sua essência a identidade de referência e a validade da lei de Leibniz. Segundo Dubois², há definições variadas para o apostro, mas de modo geral aplica-se à palavra ou expressão que, colocada depois de substantivo, designa a mesma realidade que este, mas de outra maneira. Na fala separa-se por pausa, na escrita por duas vírgulas, configurando-se como um encaixe.

O caso tipo *marido de Stephanie*, que trata de um desconhecido, ilustra o porque dele ser alvo de notícia: estar nas imediações de alguém famoso. Podia ser *a copeira de Maddona, o alfaiate de Clinton*, etc. Estas credenciais têm outra utilidade, além de identificar um desconhecido: permitem inserir juízos que não podem ser explicitados sob pena de acusações de racismo, preconceito, grosseria etc. Se a atriz Sharon Stone, considerada uma das mulheres mais belas e desejáveis do momento, resolve namorar e circular acompanhada de um senhor careca, barrigudo e baixinho, como veicular o espanto e a indignação? Colocam-se os atributos preconceituosos e politicamente incorretos como honestas características do namorado em questão (*...o roliço namorado da modelo...*), sem dizer em momento algum que o assunto só merece nota pela disparidade

¹ 1992 : 80.

² DUBOIS : 1995 : 63.

física do casal. Como dizer que ela só deve estar com ele por algum outro interesse ? Ridiculariza-se a afirmação de Stone - *adoro seu bom humor* - contrapondo a informação de que o gordo, baixo e careca, é o rico dono da empresa X, ligada a interesses da atriz.

Há credenciais dentro de credenciais, sintaticamente dispostas em encadeamento/coordenação ou encaixe:

(*Fulano, [credencial], [da Instituição X, [pertencente ao órgão Z]]*)

(*Credfonte, [credencial] e [credencial]*)

A substituição *salva veritate* das expressões referenciais é conhecida como uma figura de linguagem - a antonomasia - que consiste em indicar pessoa ou lugar por atributo que lhe é notório. Assim Castro Alves é *o poeta dos escravos*, Tiradentes, *o mártir da independência*, e o Rio de Janeiro, *a cidade maravilhosa*.

Algumas das expressões listadas abaixo ilustram caso de *predicação não-litera* ou *indireta*. “Se eu digo *ele é um tigre*, atribuindo a ele a propriedade de ser agressivo, fiz uma predicação não literal (assumindo, é claro, que não esteja realmente falando no sentido literal, que ele é uma espécie de felino).¹” Segue uma lista dos exemplos mais interessantes pelo seu caráter humorístico, opinativo e argumentativo :

4.2.1 LISTA DE EXPRESSÕES REFERENCIAIS/PREDICATIVAS

- (Argentina) Nos meios acadêmicos, por exemplo, intelectual que se preza possui um bom vocabulário em português, acompanha o que acontece do outro lado da fronteira com interesse e já possui uma pequena coleção de obras de autor brasileiro em caso - no original.

- a antropóloga carioca Alba Zaluar, estudiosa do banditismo urbano...

- a escritora George Sand, a namorada de Chopin que, no século passado, adorava se vestir de homem para chocar a burguesia.

- a incontinência urinária, uma dor de cabeça para milhões de pacientes no mundo inteiro.

- a pesca, um hobby tradicionalmente associado a senhores já entrados em anos.

- A VIDA DO BEBÊ, a bíblia de boa parte das mães das últimas gerações.

- Almirante Álvaro Alberto, fundador do CNPq, considerado pai do programa nuclear brasileiro.

- Apóstolo da teoria que advoga o fim da propriedade privada, o deputado Haroldo Lima, do PC do B, é o mais novo barão da Bahia.

- as mocréias do Palácio do Planalto (mulheres do planalto, inclusive mulher de um ministro).

- Burt Reynolds, o veterano e mestre zen da sensaboria...

- Bussunda (Casseta & Planeta), o gordo que satisfaz..., o flamenguista apaixonado..., tímido e

¹ AKMAJIAN: 1981 : 275.

mirrado a ponto de ter sido apelidado de vietnamita...

- Carl Hiaasen, o colunista do jornal *Miami Herald*, que ficou rico e famoso fazendo do escárnio uma forma de arte.

- Carlos Lacerda, mas que grande Torquemada não foi ele, Príncipe dos Caçadores de Bruxas...

- Carmen Mayrink Veiga, a socialite que anda expondo seus vestidos e dando consultoria de etiqueta para ganhar uns trocados.

- ciologia (seita religiosa da qual faz parte John Travolta), que prega uma filosofia de almanaque do tipo "dê o melhor de si que você obterá sucesso em tudo na vida".

- contato ou cruzeteiro, como são chamados os agenciadores da morte no nordeste... (ajudam a contratar pistoleiro).

- (Deputado canastrão David Dilbeck, personagem de Burt Reynolds no filme *Striptease*, com Demi Moore) Normalmente inofensivo, Dilbeck enlouquece quando bebe, lambuja o corpo com vaselina e fica lascivo como um bode no cio.

- Edmar Cid, novo-culto, dono do Banco Santos...

- Ernesto Geisel, o ditador que mandava, autoritário e imperial, botou ordem nas Forças Armadas.

- falar mal do presidente Menem, o esporte argentino mais popular no momento...

- *Gangsta rap*, o estilo de música que glamouriza o crack e os traficantes.

- (governador Cristóvan Buarque/DF) é do tipo que conversa como quem sempre terá a melhor idéia da noite...

- (Gustavo Franco) a referência econômica deste governo (FHC)

- George Maley (personagem de John Travolta, em *Fenômeno*), um pacato plantador de alface que... vira uma mistura de Albert Einstein com Uri Geller.

- Gugu Liberato, o artista que mais ganha dinheiro no Brasil...

- Gustavo Franco, ganhou o status de cozinheiro oficial das teorias do Plano Real.

- Harold Bloom não é um mero Paulo Coelho com o curso ginásial completo.

- Inglês, um idioma falado apenas nos saguões dos hotéis.

- Itamar Franco, o embaixador da Fuzarca em Lisboa e na OEA, dá a impressão de achar a ex-presidência uma responsabilidade estressante.

- Lasar Segall, um lituano de nascimento que se formou no calor da arte expressionista alemã.

- Luiz Antônio de Medeiros, aquele que subiu na vida dando a maior força sindical.

- Luiza Erundina, o PT que diz sim...

- Marcelo Alcides Gomes, um consultor paulista especializado no trabalho de perseguir piratas da iniciativa privada.

- Michelangelo Antonioni, figurinha carimbada do cinema de autor dos anos 60, considerado um dos três grandes diretores da Itália.

- Murilo Portugal (chefe do tesouro nacional) é o maior profissional do mundo na arte de dizer não.

- Naomi Campbell, o cisne negro (top-model).

- Num país onde a língua sofreu as mais humilhantes deturpações, como o Brasil, é difícil manter a fé no poder da linguagem.

- o baiano Carlinhos Brown, decano dos *hitmakers* desta geração...

- o baterista Tico Torres, o menos interessante do Bon Jovi.

- o cientista americano Robert Gallo, o primeiro a vincular a doença ao vírus HIV...

- o extrovertido rabino Henry Sobel, líder da ala mais liberal da comunidade judaica de São Paulo.

- o horário eleitoral, central de promessas impossíveis...

- o jogador Tab Ramos, aquele marcador carrapato que levou uma cotovelada do brasileiro Leonardo na Copa de 1994.

- o quebra-molas, monumento nacional à desobediência civil

- o roteiro do filme é uma barafunda e sua mensagem, uma platITUDE digna de Lair Ribeiro.

- o show *Unfucked*, que sobe aos palcos de vez em quando...
- Paulo Coelho, o criador do “desagravo fashion” (o escritor participou de desfile de moda carregando uma imagem de N.S. Aparecida. Disse que esperava por isso desde que ela foi desrespeitada pela Igreja Universal).
- Polônia, o país de Frederic Chopin.
- Rinaldo De Lamare, o decano dos pediatras brasileiros...
- Sharon Stone, a atriz que sabe cruzar e descruzar as pernas como ninguém.
- Sherlock Holmes, o arguto cocainômano de Baker Street.
- Três vezes mãe, aos 33 anos Demi (Moore) aparece na fita com o corpo esculpido e seco de quem malhou na Califórnia e fez dieta na Etiópia.
- Uma torre de Babel ambulante, o libanês poliglota Ziad Fazah que fala 58 línguas.

4.2.2 TÍTULOS E NOMES DE PESSOAS

Se o Ministro da Fazenda comparece à televisão para dizer que o país enfrenta uma grave crise econômico-financeira e pedir aos políticos que compreendam a gravidade da situação, basta dizer que *o Ministro da Fazenda advertiu ontem na televisão que o país atravessa uma grave crise econômico-financeira e fez um apelo aos políticos para que compreendam a gravidade da situação*. Não há mistério.

Não é sem razão que reclamamos prioridade para o cargo sobre o homem. Escrevemos *o Ministro do Trabalho, Sr. Jarbas Passarinho*, e não *Sr. Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho*, exceto nos casos em que a função por ele exercida funcione como simples referência. O cargo é sempre mais importante porque está menos sujeito ao temporal e ao efêmero. Os homens passam, os cargos ficam.¹

O ministro está pronto para ser nomeado é frase comum na imprensa. Isto é, o cargo vai receber um nome de registro. Exemplifica o funcionamento lógico deste tipo de expressão referencial, independente de qualquer nome de pessoa, em especial no caso dos títulos referenciais únicos ou singulares. Há, contudo, uma migração entre as categorias. Nomes de famílias e lugares se originaram de descrições definidas ou títulos de outros tempos. Os títulos referenciais únicos e os nomes de registro têm em comum a capacidade de designar rigidamente o seu referente, além de serem instituídos por *batismo* ou algum tipo de *nomeação*.

Um dos rituais mais antigos da cultura humana, ressalta Jorge Campos², o batismo envolve necessariamente a linguagem, através dos nomes, e não mereceu a devida atenção da linguística e da filosofia da linguagem. Poder-se-ia, por exemplo, examinar o fenômeno do batismo no contexto religioso, social e jurídico de um dos atos linguísticos mais importantes, o ato de denominar. Dar o nome a uma pessoa, a um objeto ou a uma instituição é, na verdade, “constituí-la na linguagem; é inaugurar a possibilidade histórica de toda uma comunidade linguística vir a identificá-la sem ambiguidades; é, no fundo criar os braços da língua para agarrar as coisas do mundo.” Daí o batismo ser fato complexo que, com todo o seu aparato social, jurídico e religioso, faz parte decisiva da prática coletiva que sustenta a semântica de uma língua. Mesmo dentro de sentença ou enunciado particular, além de servir como ponto de apoio para que a predicação se dê, cada nome de registro carrega uma história social e pressupõe, inapagavelmente, a sua origem no batismo, explica Campos.

¹ BURNETT, Lago :1991: 56

² CAMPOS, Jorge : 1992 : 16

“A relação de um nome próprio com seu referente, por exemplo, parece ser uma relação especial que se caracteriza por uma cadeia de uso social remetendo a um ato denominativo, o que não ocorre com outras expressões”.¹ A propriedade especial do nome de registro típico é, exatamente, poder designar rigidamente sem que o referente do falante seja determinado por ostensão particular. Em última análise, o nome de registro é uma espécie de expressão típica da relação de referência semântica, justamente porque ela está fundada num ato de batismo que não é outra coisa senão uma espécie de ostensão social.

*A casa branca*² é uma expressão de estrutura descritiva que transformou-se em nome próprio. *O papa* é exemplo de título referencial singular ou único (*uniquely referring title*). *O presidente, a rainha*, no devido contexto são títulos referenciais únicos em universo de discurso restrito - o de um país, de um reino. Em geral, os títulos constituem uma classe de expressões que ora aparecem dentro da categoria das descrições definidas, ora dentro da categoria dos nomes próprios.

Putnam e Kripke³, entre outros, consideram palavras tais como *cachorro, água, ouro* termos genéricos ou naturais de espécie, funcionando semanticamente na língua de modo similar aos nomes próprios. Referem a coisas que formam *espécie* ou *tipo* na natureza, e são governados por leis particulares, como as leis da biologia, química ou física. Não são passíveis de análise componencial e são mais apropriadamente estudados por uma abordagem tipo teoria da cadeia histórica (diz que houve uma relação histórica entre as palavras pronunciadas e algum tipo de batismo inicial do objeto com este nome). Das duas teorias predominantes em termos de referência, é a que melhor se aplica aos nomes de registro. A outra, a teoria da descrição se aplica melhor às expressões referenciais únicas, que descrevem de modo único seu referente.

A tabela a seguir ilustra a presença maciça de nomes de registro, que se apresentam de forma independente ou como integrantes de uma expressão referencial (*credfonte*).

¹ Ibidem, p. 19-20

² Ibidem, p. 19

³ apud AKMAJIAN : 1981: 263.

TABELA 6 - NOME PRÓPRIO - PARTICIPAÇÃO NA REALIZAÇÃO DA FONTE

NOME PRÓPRIO	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
Nome de registro somente	125	37,31%
Credfonte	48	20,29 %
TOTAL	173	57,64 %

OBS: Modo Indicativo - 04 exemplares.

Nome de registro somente: *Fernando Henrique* diz que...

Credfonte: *O presidente Fernando Henrique* diz que....

4.2.3 PERSONIFICAÇÃO DAS FONTES

O verbo *dizer* e os demais verbos *dicendi*, onde se incluem os chamados verbos de atitudes proposicionais e os performativos, implicam em que o sujeito seja [+ animado] o que não significa necessariamente [+ humano]. Como se observa na lista a seguir, quando o sujeito destes verbos não é [+ humano], ele é dotado da capacidade de *dizer*. É a figura de linguagem chamada prosopopéia, que consiste em atribuir a seres inanimados qualidades de seres animados. Empresas, partidos políticos, organizações são dotados da capacidade de dizer, propor, reclamar, etc, apenas por figura de linguagem. Akmajian¹ afirma tratar de *referência indireta*: o ouvinte vai deduzir que o falante se refere indireta e não literalmente às pessoas que executam a ação.

4.2.4 LISTA DE PERSONIFICAÇÃO DE FONTES

- a campanha do malufista Celso Pitta prometeu...
- a caneta que assina as decisões...
- a casa de leilões Spink, de Londres, vai leiloar....
- a CIA desmente....vinha apostando....
- a CIA prevê...
- a ciência acabará por descobrir a cura da aids.
- a CNN colocou no ar...
- a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos deu uma interpretação camarada à lei que....
- a coroa britânica resolveu agir...
- a curiosidade não permitiu que eu...
- a Editora Símbolo cruzou esse levantamento...

¹ AKMAJIAN: 1981 : 275.

- a Embraer quer decolar...
- a estabilidade econômica permitiu...
- a Federal Trade Commission, FTC, zela por..., Resolveu investigar...
- a França, a Rússia e a Itália, que tornaram públicas...
- a Gessy Lever decidiu...
- a indenização à família de Lamarca, ex-militar, provocou o renascimento de um coro de vozes roucas do pijama militar brasileiro.
- a Índia apelou ao velho argumento...quer mesmo é...
- a indumentária exprime valores sociais.
- a instituição calcula que...
- a instituição faz uma pesquisa que mostra...
- a Justiça do Trabalho condenou todos os dez...
- a Justiça quebrou o sigilo...
- a lei considera atenuante....
- a lei estabelece que...
- a lei manda
- a lei que considerava suplente...
- a lei que o define como
- a Liga Norte ainda não definiu...
- a maioria dos produtos promete efeitos que...
- a matéria comprova que...
- a mesma pesquisa apontou...
- a MSD, distribuidora do jogo, promete...
- a nova letra (de música) talvez queira dizer...
- a novela fala dessa gente...
- a obra de X aborda temas e situações...
- a papelada mostra que ...deixa claro que...
- a pastoral só presta contas à...
- a pesquisa revela...
- a pesquisa sublinha o fato...
- a procuradoria informou à Justiça....
- a propaganda de Serra mostrou que...
- a publicação (revista) tromba com essa tese...
- a PUK (União Patriótica Curdista) diz que...
- a reserva técnica (quadros em museu) viu-se confinada a...
- a revista despachou olheiros...
- a revista médica X publicou um artigo...
- a tradição proíbe o casamento de pessoas com o mesmo sobrenome.
- a variação encontrada pela DIEESE mostra...
- aquela ladainha que diz...
- as clínicas não o aceitam mais...
- as empresas farmacêuticas não estão querendo...
- as equipes da ONU se preocuparam...
- cálculos comedidos indicam que...
- cartas criticaram a virulência do texto...
- circula um projeto que autoriza...
- comunicados proibindo notícias sobre...
- consórcios que disputam as concessões...
- o partido conversa.
- dados coletados por..., no..., mostram que...
- diz a pesquisa que
- diz a revista que...
- é uma idéia que despreza...
- Egito e Turquia têm externado suas queixas...
- emissoras brasileiras apelam e ultrapassam o limite do bom gosto...
- [empresas, vários nomes] confirmaram que ...
- essa idéia andou pela minha cabeça...
- Esse documento mostra...
- este resultado desmente a tese...
- estudo australiano confirma que p...
- há relatórios informando que...
- histórias que correm neste mercado falam...
- livro resgata..., o nome é capaz de assustar qualquer leitor...
- Lojas Renner fazem planos de ...
- Ministério das Comunicações, ao anunciar..., encerrou um ciclo histórico de manipulação
- movimentos (renovação carismática) fazem restrições à...
- Niterói inaugura...
- nudez não garante bilheteria...
- o anúncio prometia...
- o argumento da Justiça é...
- o artigo 4º do regulamento proíbe...
- o bom senso recomenda...
- o Brasil vai conhecer...
- o cálculo humano mostra que...

- o código não fala nada sobre...
- O Comitê Olímpico banuiu X das...
- o congresso lhe deu poderes especiais...
- o depoimento que acusa Y de ...
- o DIEESE não encontrou...
- o episódio mostra que...
- o estado brasileiro despreza... e ignora os apelos
- O estudo dá uma martelada...
- o estudo, feito..., desmente.....mostra...
- o exame genético desvendou um mistério e deu início a um drama comovente...
- o governo americano tentou ...
- o governo brasileiro encarar o problema...
- o governo israelense prometeu...
- o governo precisa...sabia...precisa ...já sabe...
- o governo pressionou e conseguiu a revisão das penas...
- o instituto deduz...
- o instituto Vox Populi identificou...
- o *Jornal do Brasil* publicou a manchete...
- O Juizado de Menores do RJ e o Ministério resolveram....
- o laptop permite a Vera fazer...
- o livro afirma que...
- o livro diz que...
- o manual do cerimonial do Itamaraty diz que...
- o Mappin registrou um prejuízo de...
- o ministério inaugurou uma nova era em que a outorga
- o MST acaba de recusar uma proposta...
- o mundo precisa saber...
- o Pactual e o Garantia (bancos) falam...
- o Palácio do Planalto decidiu...
- o Partido KDP pediu ajuda...
- o programa de Freire Júnior colocou no ar o depoimento...
- o programa de Pitta apareceu com uns alemães elogiando....
- o projeto de X manteve o direito a ...
- o PT acredita que...
- o relatório toma o cuidado de informar a X que ...
- o resultado do julgamento de Marighella incomodou (as pessoas é que se sentiram incomodadas, o resultado não faz nada em si).
- o resultado garantiu a X um contrato....
- o STF, através do ministro Sepúlveda Pertence, julgou excessiva a sentença e criticou....
- O STJ entendeu que ...
- o telefone tocou (????)
- ONU proíbe teste nuclear... a assembléia geral aprovou o tratado...
- os anúncios indicam...
- os bancos acreditam...
- os Estados Unidos só poderão contar com...sabem... querem...
- Os fabricantes de bicicleta planejam ...
- os governos que atenderam aos apelos...
- os grandes estúdios não querem...
- os números apontam ...
- os números do DIEESE indicam que...
- os números não mentem...
- os partidos não parecem empenhados em convencer... querem apenas seduzir o eleitor...
- os pesque-pagues tentam fisgar clientes....
- os relatórios expressam preocupações de X...
- os relatórios também mostram que
- os resultados mostram...
- outro laboratório confirmou...
- pesquisa constatou...
- pesquisa mostra que...aponta que...comprovou ...
- pesquisas constataam...
- pesquisas mostrando que...
- promete o Leão (Receita Federal)...
- propaganda enganosa que ilude o público...
- que o exame tivesse constatado...
- que o PCB não estivesse comemorando a data...
- quem mais sentiu a crise foram os hotéis.
- RAÇA BRASIL (a revista para a raça negra) optou por...a revista fala..
- ruiu o muro de Berlim...
- se a idade avançada lhe permitisse qualquer coisa...
- se o mercado vai aceitar...

- seus livros o retratam como...
- seus livros revelam...
- televidas enganam público com promessas impossíveis.
- um atestado que dizia...
- um bom perfil e uma... permitirão...
- um bom perfil nos adianta dados, dá as coordenadas, bota o perfilado em posição...
- um clipe ao som de rock denuncia...
- um clipe que mostrava a candidata...
- um dado mais notável se refere a...
- um dos documentos versa sobre...
- um dos relatórios mostra que...
- um estudo mostrou que...
- um longo ensaio analítico sugeriu...
- um requerimento pedindo...
- uma auditoria bateu à sua porta.
- uma das facções pediu ...
- uma edição extra anunciou que...
- uma empresa acusar...
- uma história capaz de fazer inveja a qualquer romance policial...
- uma lei que obriga....
- uma obra que retrata as entranhas do homem que criou Brasília.
- uma pesquisa do IBGE que mostra que ...confirma...
- uma pesquisa mostra que...
- uma revista denunciando...
- uma segunda edição do livro permitirá...
- uma tabela que prega o contrário ...
- *Veja* ouviu ...e extraiu os principais argumentos...
- *Veja* comprou por telefone nove produtos...
- *Veja* conseguiu expressar o pensamento de milhões de educadores...
- *Veja* extraiu e expôs a essência ...
- *Veja* publicaria uma reportagem sobre o assunto...
- *Veja* inaugura...apresenta...

As tabelas a seguir mostram a predominância de fontes animadas, em especial do gênero masculino. Apesar de as mulheres já constituírem 70% dos trabalhadores envolvidos no setor da comunicação, aparecem minoritariamente como fontes/sujeitos do verbo *dizer* nas matérias jornalísticas:

TABELA 7 - DIZER - GÊNERO DA FONTE¹

% total	GÊNERO ANIMADO	Nº de ocorrências	% anim	GÊNERO INANIMADO	Nº de ocorrências	% inan	total ocorrências
78,50	Masculino	254	75,82	Masculino	09	2,68	263
16,41	Feminino	49	14,62	Feminino	06	1,79	55
5,07	Neutro	14	4,17	Neutro	03	0,89	17
	Total	317	94,62	Total	18	5,37	
Total geral : 335 - 100 %							

OBS: MODO INDICATIVO - 04 EXEMPLARES. Por neutro se entende aquelas expressões que não podem ser classificadas em masculinas ou femininas, por exemplo, *gente, quem, todos*.

4.3 TEMPO VERBAL E PESSOA DO DISCURSO

O tempo presente, momento do enunciado produzido (ou *agora*) se opõe ao não-presente que pode ser o passado e o futuro, os tempos absolutos. O presente é ainda o não-passado e o não-futuro, o que o torna próprio para traduzir as verdades intemporais do tipo *A terra gira ao redor do sol*. O passado e o futuro podem ser considerados momentos acabados em relação ao presente do enunciado ou em desenvolvimento com relação a esse mesmo presente: esta oposição entre a *data* e a *duração* é traduzida em português pela oposição entre o passado histórico ou pretérito perfeito (*ele morreu*) e o imperfeito (*ele morria*) e no futuro quando necessário, pelo tempo perfeito (terá morrido) e pelo tempo imperfeito concomitante (estava morrendo). O

¹ Dado interessante sobre a primazia masculina se extrai de *Veja Especial* (Dez, 1995, p. 5). Em 1982, o semanário *Time* (EUA) colocou o computador em sua capa de fim de ano. De 1923 até então, só humanos haviam ocupado a capa. Foram mais de 40 homens, porém apenas duas mulheres.

tempo, que é uma categoria do sintagma verbal, acumula frequentemente outras categorias como o modo e o aspecto (perfeito, imperfeito, incoativo, mais-que-perfeito etc).

A preocupação com os tempos verbais está presente no *Novo manual da redação*¹ da *Folha de S. Paulo*. Alerta-se que é preciso tomar cuidado com os tempos verbais, “cujas regras de correlação são atropeladas com frequência”, imprimindo nuances muito diferentes. O pretérito mais-que-perfeito indica que a ação é anterior à que está no pretérito perfeito (*A sessão já tinha terminado/terminara quando o deputado chegou ao plenário*), enquanto o imperfeito mostra que as duas ações são simultâneas (*A sessão estava terminando/ terminava quando o deputado chegou*). O presente do subjuntivo é exigido pelo tempo presente ou futuro da oração principal (*O médico pede/vai pedir/ pedirá que você pare de beber*). O imperfeito do subjuntivo acompanha o tempo passado da oração principal (*O médico pediu/pedia/pedira que você parasse de beber*). O futuro do subjuntivo é usado em orações subordinadas iniciadas por conjunções que introduzam idéia de futuro - *se, quando, enquanto, logo que*, entre outras (*Entregarei o texto assim que puder*). O futuro do pretérito indica o futuro de uma ação passada(*O fabricante anunciou que todos os modelos seriam recolhidos* . Neste caso pode-se usar o futuro do presente, se supuser certeza de que a ação será realizada, apesar de não ter começado ainda: *O fabricante anunciou que todos os modelos serão recolhidos*) . Dentre as nuances modais, uma das mais interessantes é o dubitativo: *teria feito* é muito de *fez*.

4.3.1 O INDICATIVO E O SUBJUNTIVO

O exame dos quatro exemplares de *VEJA*, em suas páginas jornalísticas, comprova as hipóteses iniciais de que no texto jornalístico predomina o modo indicativo, com a ausência completa de 2º pessoa, ausência quase total de primeira pessoa, presença marcante de 3º pessoa do singular e dos tempos presente simples e pretérito perfeito, além da raridade da forma canônica do futuro, expresso em geral através do tempo presente. O infinitivo apresenta número significativo de ocorrências provavelmente devido às transformações de discurso direto ou indireto. O subjuntivo só aparece nos demais verbos *dicendi*, que expressam desejos, juízos, avaliações, expectativas ou possibilidades-situações de dúvida.

¹ FOLHA DE S. PAULO : 1992: 113.

Segundo Dubois¹, “chama-se indicativo o modo da frase assertiva (afirmativa ou negativa). ...É o modo não marcado que define o estatuto de base da frase”. Em contraposição, o subjuntivo é o

conjunto de formas verbais que, em português, traduzem (1) nas frases diretas, o modo optativo (*Oxalá ele possa vir*), (2) nas frases indiretas e subordinadas, o modo do não assumido (por oposição ao indicativo, que é o modo da frase assumida (*Duvido que ele venha...*, *Embora ele esteja enfermo...*))

4.3.2 O INFINITIVO

1. O infinitivo é uma forma nominal do verbo que exprime o estado ou a ação. Como um verbo, pode exprimir o aspecto (ter lido vs. ler); tem um objeto construído como o de um verbo em um modo pessoal (*ler um livro* vs. *a leitura de um livro*); como um substantivo, pode vir precedido de um artigo (*o beber e o comer*).

2. Chama-se *transformação infinitiva* a transformação operada quando do encaixamento de uma completiva em uma frase matriz, quando o sujeito dessa completiva é sujeito, objeto ou complemento preposicional da matriz. Na frase *Quero que Pedro venha*, o sujeito da completiva *Pedro* é diferente do sujeito da frase matriz (*eu*); se os dois sujeitos forem idênticos (**Quero que eu venha*), a transformação infinitiva, que comporta um apagamento do *eu* da completiva e a introdução do afixo de infinitivo, será aplicada: *Quero vir*. Da mesma forma *Prometo a Pedro que Paulo virá* torna-se, quando o sujeito da completiva *que Paulo virá* for idêntico ao sujeito *eu* de (*eu*) *prometo*: *Prometo a Pedro vir*. Na frase *Digo a Pedro para sair*, o sujeito da completiva é idêntico ao complemento preposicional da frase matriz (*Pedro*).²

É preciso não confundir as formas pessoais do infinitivo (*para eu ir*, *para nós irmos*) com o futuro do subjuntivo (*quando eu for*, *quando nós formos*). Nos verbos regulares, as duas formas são iguais: *para eu amar*, *quando eu amar*.³ Os casos do verbo *dizer* no infinitivo são listados a seguir. Em grande parte dos casos observa-se a transformação infinitiva com apagamento do sujeito da completiva. Outro uso de *dizer* no infinitivo é a expressão de cunho metalinguístico *a proposição P* ou a expressão *X quer dizer que /significa que / deve ser entendida como Q*.

¹ DUBOIS : 1995 : 338 e 567.

² DUBOIS: 1995: 340.

³ FOLHA DE S. PAULO : 1992 : 82.

TABELA 8 - OCORRÊNCIAS DO VERBO *DIZER* NO INFINITIVO

VEJA 37 - 10 casos	
n° 2	Posso dizer que
n° 4	poderei dizer
n° 9	a nova letra talvez queira dizer que
n° 16	“p”, gosta de dizer Sérgio.
n° 23	Isso quer dizer que
n° 43	A maioria vai dizer que
n° 63	P, costuma dizer dom Paulo.
n° 67	P, costuma dizer dom José
n° 88	Quer dizer: p.
n° 108	Lembro Chateaubriand a me dizer: “p”.

VEJA 38 - 08 casos	
n° 1	Lamento dizer: sim e não (Gallo, médico)
n° 3	Costuma-se dizer que p.
n° 18	Um dia, vieram lhe dizer que p.
n° 23	(FHC) escrevi um artigo no qual manifestava a vaga esperança de que se pudesse por fim dizer: p.
n° 31	A lei pode até dizer que p.
n° 59	“p quer dizer que q?”
n° 61	Quer dizer que p.
n° 62	“Se p, quer dizer que q”

VEJA 39 - 18 casos	
n° 4	(Gustavo Franco) “Seria fácil p e dizer assim: “q””
n° 6	“Dizer que isso é p, é q”.
n° 7	“Somos obrigados a dizer não o dia inteiro”.
n° 8	Murilo Portugal (Chefe do Tesouro Nacional) é o maior profissional do mundo na arte de dizer não.
n° 10	O que ele (FHC) quis dizer é que p.
n° 28	“p”, mandou dizer o governador. (Cristovão Buarque)
n° 32	Foi para dizer a Menen que p que 4.000 delegados da CGT...
n° 47	Depois de (Collor) dizer que p, q.
n° 55	(Jô Soares) Esqueci-me de dizer que p
n° 62	P não quer dizer que q.
n° 74	Um deles (os produtos) apresenta a palavra genuine com acento agudo no i, como quem quer dizer genuíno em português.
n° 93	P - quer dizer, q.
n° 94	O médico terá de dizer a y que p.
n° 95	Bussunda tornou-se capz de dizer sem medo de patrulhamento: “p”.
n° 96	Quer dizer: p.
n° 98	P, quer dizer, q.
n° 100	É necessário dizer que p.
n° 102	Se Blake escreve a respeito dos anjos, quer dizer que os anjos são reais.

VEJA 40 - 05 CASOS	
n° 18	P. O que não quer dizer que não q.
n° 50	“Todos os candidatos se sentiram obrigados a dizer o que p”. acrescenta X.
n° 54	Isso não quer dizer que q.
n° 67	Espera-se que X p e dizer a que veio.
n° 91	...em dizer isso. (Edmar Cid)

As tabelas a seguir mostram os dados obtidos

sobre pessoa e tempo verbal.

TABELA 9 - DIZER - TEMPO VERBAL EM ORDEM DECRESCENTE DE OCORRÊNCIAS

TEMPO VERBAL (ORDEM DECRESCENTE)	n° de ocorrências	%
Presente simples do indicativo	252	64,28 %
Preterito perfeito do indicativo	68	17,34 %
Infinitivo	41	10,45 %
Diversos (subjuntivo, gerúndio, participio)	16	4,08 %
Preterito imperfeito do indicativo	10	2,55 %
Futuro do preterito do indicativo	4	1,02 %
Futuro do indicativo	1	0,25 %
TOTAL	392	100 %

OBS: 04 exemplares. 392 é o número de ocorrências do verbo *dizer* em todos os modos. Observa-se nesta tabela que o presente simples, o pretérito perfeito e o infinitivo totalizam 361 casos, o equivalente a 92,07%. O indicativo significa 85,44% e somado ao infinitivo totaliza 95,89%.

TABELA 10 - DIZER- PESSOA DO DISCURSO- ORDEM DECRESCENTE DE OCORRÊNCIAS

PESSOA	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
3º pessoa do singular	313	93,43 %
3º pessoa do plural	13	3,88 %
1º pessoa do singular	09	2,68 %
TOTAL	335	100 %

OBS: 04 EXEMPLARES

O total de 3º pessoa soma a 326 casos = 97,31 % das ocorrências.

Como se verá adiante neste trabalho, a 3º pessoa também é preponderante nos demais verbos, embora diminua um pouco a porcentagem. Nos seis verbos *dicendi* mais frequentes a 3º pessoa totaliza 85,47%.

**TABELA 11 - DIZER -PESSOA E TEMPO DO DISCURSO -ORDEM
DECRESCENTE DE CASOS**

PESSOA E TEMPO(indicativo)	Nº DE ocorrencias	%
3º pessoa do singular do presente simples	243	72,53 %
3º pessoa do singular do pretérito perfeito	58	17,31 %
3º pessoa do singular do pretérito imperfeito	09	2,68 %
3º pessoa do plural do presente simples	08	2,38 %
1º pessoa do singular do pretérito perfeito	07	2,08 %
3º pessoa do plural do pretérito perfeito	03	0,89 %
3º pessoa do singular do futuro do pretérito	03	0,89 %
1º pessoa do singular do presente simples	01	0,29 %
3º pessoa do plural do pretérito imperfeito	01	0,29 %
3º pessoa do plural do futuro	01	0,29 %
1º pessoa do singular do futuro do pretérito	01	0,29 %
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	335	0,29 %

OBS: - 04 EXEMPLARES

TABELA 12 - VERBO DIZER- OCORRÊNCIAS/ MODOS/ N° PÁGINAS

OCORRÊNCIAS DO VERBO DIZER EM QUATRO EXEMPLARES DE VEJA							
Número do exemplar	Ocorrências totais	Modo indicativo	Outros (gerúndio, participio...)	Infinitivo	N° total de páginas	Páginas de matérias jornalísticas	
VEJA n°37	108	95	03	10	126	72	
VEJA n°38	78	66	04	08	154	75	
VEJA n°39	104	80	06	18	134	75	
VEJA n°40	102	94	03	05	126	72	
TOTAL	392	335	16	41	540	294	

Dividindo-se o total de 392 ocorrências do verbo DIZER pelo total de páginas jornalísticas, tem-se a média de 1,33 ocorrências deste verbo por página.

5. VERBOS *DICENDI*: AS MODALIZAÇÕES DO DIZER

O verbo *dizer*, nesta pesquisa em quatro exemplares da revista *VEJA*, apareceu 392 vezes, sem considerar os anúncios publicitários o que com certeza aumentaria este número. Em contrapartida, foram listados outros 562 verbos (lista em *anexos*) onde claramente se poderia se usar o *dizer* ou estava implícito que alguém *disse*. Deste total de variações possíveis, conforme tabela a seguir, percebe-se que a maioria teve menos de dez ocorrências. Os verbos mais usados somam 76 e totalizam duas mil e três ocorrências, equivalentes a 65,5 % do total de casos.

Ao olhar os verbos mais frequentes, é possível agrupá-los em duas categorias, com a ressalva de que *verbo proposicional* não significa necessariamente verbo *performativo* ou de *atitude* :

a) verbos epistêmicos, de processos mentais, psico-verbos ou de atitude proposicional, que não são necessariamente externados em ações.

b) verbos de comunicação, implicando necessariamente ação empírica observável, seja o uso de linguagem verbal ou não-verbal.

O primeiro grupo, tomado em sentido absoluto, reúne os que nomeam ações / transformações / acontecimentos que só serão do conhecimento exato dos ouvintes se o falante externar tal processo por ações ou palavras. Um ser humano pode passar por qualquer destes processos sem mover um só músculo. Como já foi dito, aos observadores é possível deduzir, ainda que não de modo inequívoco, que alguém *aprendeu*, *pretende*, *espera*, *esquece*, etc.

O segundo grupo engloba ações / acontecimentos / transformações com resultados observáveis necessariamente usando a língua de alguma forma (sinais, escrita, fala...) no caso dos meios de comunicação. Os verbos *mostrar*, *afirmar*, *pedir*, *chamar*, *permitir*, *aceitar*, *ouvir*, *ler*, *apresentar*, *recusar*, *ver*, *indicar*, e *apontar* não excluem realização gestual sem palavras. A mímica se propõe exclusivamente a isso. É possível mostrar algo a alguém com um gesto, afirmar com a cabeça, pedir esmola na rua simplesmente estendendo a mão; do mesmo modo chamar, permitir, aceitar, apresentar,

recusar, indicar, apontar com um aceno; reagir a um som demonstrando que ouviu, estar em posição de leitura em relação a um objeto tal como livro, placa, faixa. E, como perceberam os filósofos na busca pela explicitação de *condições de felicidade*, alguém pode fazer tudo isso sem ser sincero, ou pretendendo coisa muito diferente do que sua ação leva a crer.

Neste segundo grupo é possível isolar aqueles que tornam explícito o uso de meio físico: falamos, contamos, através do aparelho fonador, sintetizador de voz ou com as mãos; escrever exige ação física e como resultado produto concreto (embora alguém possa escrever no ar ou uma superfície qualquer com o dedo como quem confere mentalmente a grafia de um vocábulo), não é possível ouvir sem usar ouvidos ou similar, ler implica uso dos olhos ou dos dedos (braile), ver implica em ter olhos e cérebro (não se conseguiu ainda fazer com que as máquinas *vejam*).

Assim como o verbo pode explicitar o meio físico, pode explicitar o modo como a ação é desempenhada. Há verbos de comunicação que deixam claro o modo como algo foi dito: *gritar, sussurar, esbravejar, gaguejar, murmurar, sibilar, etc.*¹

Como mostra a teoria dos atos de fala, é possível definir *regras* (condições de felicidade) de uso de cada um dos verbos listados. *Pedir* implica em querer algo que não se tem e que o ouvinte pode nos dar. Não faz sentido pedir o que não se quer, já se tem, e menos ainda a quem não tem como dar o objeto que motivou o pedido. *Explicar* aplica-se a um assunto não dominado ou desconhecido pelo ouvinte, que se supõe não é de entendimento automático ou necessita justificação. Esta seleção de verbos, contudo, foi extraída de meio físico determinado - as páginas jornalísticas da revista *VEJA*, onde foram usados em contexto de relato de informações, pressupondo-se que alguém *disse*, ou sendo usados exatamente como o verbo *dizer*, acompanhando citações. Além disso, parece possível dizer que em qualquer proferimento há um verbo implícito de atitude proposicional *crer*, subjacente a toda declaração: mesmo no caso da mentira e da manipulação, o sujeito declara o que crê, ou pelo menos pretende fazer supor que crê. No caso da ironia, por exemplo, declara-se uma coisa que não se crê para afirmar indiretamente que se crê em outra.

¹ PARTEE, Bárbara : 1973 : 326, apud BÄUERLE, Rainer e CRESSWELL, M. J. : 1988.

TABELA 13 - VERBOS *DICENDI* - PROPORÇÃO ENTRE OCORRÊNCIAS E FREQUÊNCIA.

VERBOS DICENDI			
Nº de verbos	%	Nº de ocorrências	%
76 verbos mais frequentes	13,5 %	2.003	65,5 %
486 verbos com menos de 10 ocorrências	86,4 %	1.055	34,4%
TOTAL			
562	100 %	3.058	100 %

Observa-se que há 7,8 variações *dicendi* para cada ocorrência do verbo *dizer*.

TABELA 14 - VERBOS *DICENDI* - EPISTÊMICOS VS. VERBOS DE COMUNICAÇÃO

Classificação dos verbos dicendi mais utilizados			
Verbos epistêmicos (processos mentais)		Verbos de comunicação (ação empírica observável)	
saber	141	falar	83
querer	138	contar	74
achar	66	mostrar	48
lembrar	47	afirmar	45
descobrir	41	pedir	39
resolver	39	explicar	38
acreditar	38	chamar	30
gostar	36	prometer	28
conhecer	32	escrever	27
pensar	30	garantir	25
pretender	28	discutir	25
imaginar	28	responder	24
decidir	27	permitir	24
sentir	26	perguntar	24
perceber	25	aceitar	24
entender	24	ouvir	23
tentar	22	mandar	23
reconhecer	19	anunciar	22
preferir	19	informar	19
considerar	19	conversar	19
conseguir	19	avisar	18
poder	17	admitir	18
aprender	16	ler	17
precisar	15	divulgar	16
criticar	14	defender	15
observar	13	apresentar	15
esperar	13	revelar	14
causar	11	recusar	13
constatar	11	recomendar	13
adorar	10	convidar	13
		confirmar	13
		colocar	13
		acusar	13
		ver	12
		reclamar	12
		indicar	12
		ensinar	12
		votar	11
		publicar	11
		tratar	10
		sugerir	10
		exigir	10
		descrever	10
		apontar	10
30 verbos - 984 ocorrências		44 verbos - 975 ocorrências	
TOTAL GERAL 74 VERBOS - 1.959 OCORRÊNCIAS			

5.1 OS PERFORMATIVOS

No texto jornalístico, os chamados performativos, seja em discurso direto ou indireto, são amplamente usados, constituindo matéria prima fértil para pesquisa. Falar de performativos é passar ao terreno da pragmática - o estudo dos usos da linguagem e comunicação linguística - e, em especial, da teoria dos atos de fala, de Austin e Searle, principalmente.

O *corpus* utilizado tem por especificidade o fato de ser redutor, baseando-se principalmente em declarações, relatadas em terceira pessoa, no modo indicativo, no tempo passado, futuro simples ou presente usado como futuro. O presente da ação concomitante ou frequentativa (sempre imperfectivo) quase nunca aparece. Se aparece, tem caráter climático ou interpretativo. O sistema de verbos da notícia tem como caráter principal o aspecto perfectivo, de ação acabada¹. O texto jornalístico constitui-se, segundo Van Dijk², basicamente de asserções, não promessas ou ameaças. É possível, contudo, realizar os demais atos de fala através de asserções, de modo indireto. O discurso jornalístico como um todo pode funcionar tal qual uma macroasserção, do mesmo modo que um anúncio publicitário é uma macrooferta ou macroconselho. Nem toda ocorrência classifica-se como performativa.

Todo ou quase todo verbo proposicional pressupõe, portanto, um ato elocutório, a que atribui variações modais. Por exemplo, se *A China ameaça fazer X*, significa que *A China disse que vai fazer X, e que X é uma ameaça*. *Dizer, pensar, acreditar, querer, declarar*, são alguns dos mais utilizados, como também dos mais citados e estudados verbos de atitude proposicional, agrupáveis sob o rótulo de verbos *dicendi*, quando seguidos de uma subordinada precedida de *que*.

As notícias são fragmentos de aparências. Excluem, portanto, os verbos que se referem ao invisível e ao não verificável, como pensar, acreditar, confiar. O que alguém pensa, ou aquilo em que o povo confia, não é notícia, salvo quando manifestado (tornado aparente) num discurso, numa eleição.

Por exclusão, resta-nos concluir que os verbos centrais, articulatórios das notícias, pertencem a três campos semânticos básicos: fazer (transformar), ir (mover), e dizer (comunicar). As notícias são fragmentos de aparências que se manifestam por transformações, movimentos ou enunciações.³

¹ LAGE:1979:45-47

² DIJK : 1988 : 25

³ LAGE:1979: 79-80

*A Folha de S. Paulo*¹, por exemplo, recomenda evitar o uso do verbo *acreditar* para introduzir declaração de personagem da notícia. “É impossível para o repórter saber se alguém acredita ou não em alguma coisa”. Recomenda aos seus jornalistas que usem *dizer acreditar*. (*O deputado diz acreditar que vai vencer as eleições.*)

Na páginas da revista temos o relato de declarações, o relato de enunciações que podem ter sido performativas (porque no momento em que ocorreram só realizaram os atos que realizaram por usar as palavras que usaram. Eventualmente, por usar *a palavra*.) Se não houve pronunciamento oral ou escrito, não se pode dizer que houve entrevista, relato. Só pode haver, então, depoimento do jornalista que presenciou os fatos: ele será a fonte, assumida pelo uso de primeira pessoa ou não. A revista é performativa como um todo, mas em especial nos espaços assinados por terceiros.

A persuasão tem uma função bem específica no discurso do relato jornalístico. A notícia não pretende vender ou promover primariamente algo, embora seja também um produto à venda, e apesar de ideologicamente promover os interesses e crenças dominantes das elites sociais. As notícias cotidianas são instância do ato de fala de asserção, que tem como condição de propriedade que o falante expresse proposição ainda desconhecida do ouvinte. A dimensão perlocutória ou persuasiva está na formulação que faça tal proposição ser aceita como verdadeira. A persuasão, neste caso, não implica mudança de atitude ou opinião. Persuasão assertiva é o nível zero dos processos persuasivos: sem pelo menos acreditar no que se lê ou ouve, dificilmente haverá alguma mudança.

Entre as estratégias² para promover o processo persuasivo das asserções está a de enfatizar a natureza factual dos eventos através de :

- a) descrições diretas de eventos em curso,
- b) evidenciar testemunho ocular,
- c) usar evidências de outras fontes confiáveis,
- d) sinais que indicam precisão e exatidão como número de pessoas, hora, acontecimentos
- e) uso de citações diretas de palavras das fontes, em especial no caso de opiniões.

¹ FOLHA DE S. PAULO: 1992 : 49.

² DIJK : 1988 : 84.

As declarações de testemunhas oculares substituem a observação direta do repórter. São substituto reforçador. A retórica do relato jornalístico não se preocupa com a possibilidade de equívoco da testemunha. Só lhe interessa criar a aparência de verdade.

Austin¹ introduziu a expressão *atos de fala* em sua versão final de 1962, mas pouco a usou. Searle é que usou a expressão, em 1969, em livro considerado muito influente. Austin² propôs inicialmente uma divisão entre constataivos e performativos (primários como *Estarei aqui às duas horas* e explícitos como *Prometo estar aqui às duas horas*), mas depois modificou seu ponto de vista dizendo que tudo era performativo explícita ou implicitamente. Em lugar de performativo implícito ou inexplícito, Austin preferia a expressão *performativo primário*. Os performativos consistem em se fazer algo e, acessoriamente, em se dizer algo.

Historicamente, do ponto de vista da evolução da linguagem, o performativo explícito deve ter se desenvolvido posteriormente a certos proferimentos primitivos. O filósofo considera plausível supor que a distinção explícita das diferentes *forças* que um proferimento desse tipo possa ter seja importante conquista posterior da linguagem. Austin³ acredita que a pura declaração seja uma meta, um ideal, ao qual o desenvolvimento gradual da ciência deu impulso, assim como deu impulso ao ideal de precisão.

Tornar explícito, para Austin⁴, não é o mesmo que descrever ou relatar (pelo menos não no sentido dos filósofos) o que se está fazendo. Dizer *Eu o saúdo* não é descrever *meu* ato de saudar. Fazer ou dizer tais coisas é tornar claro como o ato deve ser considerado ou entendido, dizer de que ação se trata. O mesmo se dá quando usamos a expressão *Prometo que...*: não se trata de uma descrição porque a sentença não pode ser nem verdadeira nem falsa; dizer *Eu prometo que* (se o performativo for feliz, é claro) constitui, sem ambiguidades, uma promessa.

Segundo o Dicionário de Linguística Dubois⁵, Austin denomina de performativos:

1. Os verbos cuja enunciação realiza a ação que eles exprimem e que descrevem certa ação do sujeito que fala. *Eu digo, eu prometo, eu juro* são verbos performativos porque, ao enunciar esta frase, se pratica a ação de dizer, prometer, de jurar.

¹AUSTIN, J. L. : 1962. Austin não publicou em vida seu *How to do things with words*. Outras pessoas, entre eles alunos, compilaram e arranjaram as notas dos cursos que dava para que fossem publicadas.

²AUSTIN, J. L. : 1990:111.

³Ibidem, p. 70.

⁴Ibidem, p. 68

⁵DUBOIS, 1995: 464

2. Émile Benveniste opõe os verbos performativos de sentido 1 aos verbos de atitude, que descrevem a ação realizada, ao enunciarmos a proposição que segue o verbo de atitude.
3. Qualificaram-se de performativos os enunciados ilocucionários que significam a menção de impor através da fala um certo compromisso (ordem).

Uma elocução de desempenho ou execução (performativa¹) é aquela que, em circunstâncias apropriadas, desempenha a ação que relata. O verbo atuante ou performativo denota ação que, em condições adequadas, é tipicamente desempenhada mediante o uso desse verbo na primeira pessoa. Exemplos canônicos de verbos atuantes ou performativos são *aceitar, aconselhar, desculpar-se, batizar, parabenizar, oferecer, prometer, e sugerir*. “Os verbos de atitude (uma subclasse dos verbos performativos) são os verbos que descrevem a ação completa simultaneamente à enunciação da oração que segue o verbo de atitude: *jurar, prometer, desejar*, são verbos de atitude.”²

Os atos de fala podem se realizar pela expressão como um todo, ou por outras partes do discurso além do verbo. Em vez de *Eu te batizo com o nome de João* pode-se dizer *João será teu nome, te chamarás João, Por João te conhecerão*. Difícil seria batizar, empossar ou casar alguém em uma cerimônia sem palavras escritas ou faladas. Mas somente as palavras não constituem o ato de fala, outras condições de felicidade se fazem necessárias. Os pedidos, as súplicas, as ordens etc, podem ser levados a cabo de maneiras variadas, explícitas ou não.

Os verbos de atitude proposicional, também chamados de psico-verbos ou verbos epistêmicos, diferenciam-se claramente dentro dos performativos dedicados a rituais e cerimônias. Votre³ os chama de verbos de processo mental. Incluem *crer, acreditar, pensar, imaginar, desejar, querer, esperar*, entre outros. Podem ser dispensados pelo falante na enunciação (o uso primitivo de Austin). Em vez de dizer *creio que vai chover*, pode-se dizer *vai chover*. *Penso que o Brasil vai bem* se reduziria a *o Brasil vai bem*; e *creio em Deus* poderia ser dito na forma *Deus é bom...* Mas quando outros relatam as atitudes de alguém não podem omitir tais verbos: *fulano crê/ pensa / acredita / imagina que vai chover, fulano crê / pensa / acredita / imagina que o Brasil vai bem, fulano crê em Deus e diz que ele é bom*.

No caso do falante que relata, havendo dúvida sobre qual é atitude relatada, o verbo *dicendi* central *dizer* é a opção não-marcada e subjacente: *fulano disse que vai chover, fulano disse que o Brasil vai bem, fulano disse que Deus é bom*. A

¹ em espanhol se expressa melhor o papel dos verbos performativos ao chamá-los de *ejecutivos*.

² DUBOIS, 1995: 78

³ VOTRE, Sebastião: 1992:109.

dispensa dos performativos ritualísticos e cerimoniais não têm contraparte não-verbal, enquanto os psico-verbos ou verbos de atitude proposicional podem ser inferidos das atitudes propriamente ditas dos falantes.

- *Ele está pensando/ acreditando/ crendo/ imaginando/ sonhando/ desejando...*

Copi¹ chama os verbos de atitude proposicional de verbos atuantes porque as ações podem ser causadas mediante a instigação de atitudes apropriadas, com a transmissão de informação pertinente. Os desejos ou as crenças são um tipo especial daquilo que se chama de atitudes. Em toda ação existem causas muito complexas, mas habitualmente as ações são o resultado de desejos e crenças. Os verbos de atitudes proposicionais geram os chamados contextos opacos, onde há dificuldades em termos de composicionalidade, quantificação, ou substituição de expressões equivalentes em base meramente referencial - ou melhor, extensional, se considerarmos que tanto a extensão quanto a intensão fazem referência a um conjunto ou classe de coisas ou entidades.

Não há critérios claros e gerais, baseados na gramática e no vocabulário, para definir com certeza um performativo e suas características. Austin considerava exemplos clássicos os performativos com verbo em 1º pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa. Mas o uso de 1º pessoa não é essencial, reconheceu o filósofo; tampouco o modo e o tempo seriam critérios absolutos. A 1º pessoa do plural tem possibilidade de ser performativa (*prometemos, aceitamos...*), assim como a 2º e a 3º na voz passiva (*Pela presente, está o senhor autorizado a .../ Adverte-se aos passageiros que devem cruzar a via férrea somente pela ponte.*) O verbo pode ser impessoal em casos que levam a forma da voz passiva e que aparecem em circunstâncias formais ou legais (*Pela presente notifica-se que os intrusos serão processados.*) Este tipo caracteriza-se, na linguagem escrita, pelas expressões *pela presente / através desta*, que notabilizam o proferimento (escrito) da sentença como instrumento que realiza o ato, seja qual for. Nem sempre é possível reduzir a um performativo explícito ou a uma forma de 1º pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa (gramatical). Usando com cautela o teste simples da 1º pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa e recorrendo a um pequeno dicionário, obtém-se uma lista de verbos na ordem de milhares, constata o filósofo.

Austin e Searle² propuseram quatro categorias de atos de fala:

¹ COPI : 1968.

² apud AKMAJIAN : 1981 : 268.

- a) atos locucionários (*utterance acts*): não são comunicativos em si mesmo, podem ser desempenhado por um gravador, papagaio ou sintetizador de voz.
- b) atos ilocucionários: o pronunciado produz um efeito no ouvinte/receptor. Incluem *ameaçar, requerer, sugerir, ordenar, propor, prometer, reportar, perguntar, estabelecer, contar etc.*
- c) atos perlocucionários: *irritar, intimidar, envergonhar, constranger, persuadir, impressionar, inspirar, decepcionar.*
- d) atos proposicionais: referência e predicação, que são considerados sub-atos. Atos diferentes podem ter o mesmo conteúdo proposicional (*Maria vence João/ Maria vence João ?*). O tipo mais simples de conteúdo proposicional é expresso pelos atos de referência e predicação, através do qual o falante refere-se a alguma coisa e ao fazê-lo caracteriza esta coisa.

Os atos ilocucionários podem ser bem sucedidos simplesmente pela enunciação da sentença performativa explícita correta e o entendimento da mesma pelo ouvinte. Para os perlocucionários, o reconhecimento não significa a realização do ato: Se alguém deseja persuadir a outro de que *X é ótimo*, não basta proferir tal sentença (é ineficaz dizer *Eu o persuado através desta de que X é ótimo*). Ao contrário dos perlocucionários, os ilocucionários são centrais na comunicação linguística, pois mesmo os primeiros são realizados através destes. Tem-se estudado sobretudo os atos ilocucionários porque os perlocucionários vão além do linguístico.

Austin propôs a seguinte classificação de proferimentos em função de sua força ilocucionária:

- a) veriditivos: proferem vereditos,
- b) exercitivos: exercem poderes como designar, votar, avisar, aconselhar,
- c) comissivos: prometer, comprometer-se,
- d) comportamentais: atitudes e comportamentos sociais, pedir desculpas, felicitar, elogiar, dar pêsames, maldizer, desafiar,
- e) expositivos: mostra como se está usando as palavras (contestar, argumentar, conceder, exemplificar).

Searle¹propôs sistema mais abrangente de categorização dos atos de fala:

- a) representativos: representam um estado de coisas. Exemplos típicos são explicar, predizer e classificar.
- b) diretivos: o falante quer levar o ouvinte a fazer algo. Exemplos são ordenar, comandar, solicitar, instruir, pedir.
- c) comissivos: comprometem o falante a fazer algo como prometer, apostar, oferecer, brindar, penhorar, jurar.
- d) expressivos: expressam estado psicológico do falante. São exemplos típicos agradecer, prestar condolências, desculpar-se, parabenizar, congratular.
- e) declarações: dá existência a estados de coisas extralinguísticos. É o caso de declarar guerra, nomear, vetar, empossar, excomungar.

Segundo Cresswell², a semântica dos verbos de atitudes proposicionais é o maior problema com que se enfrenta a semântica lógica (ou semântica das condições veritativas), opinião que era também a de seu professor, Prior em *Formal Logic*. Estes verbos, segundo Cresswell e Prior, são problema para todas as teorias semânticas. Cresswell defende que há solução dentro da semântica lógica para os verbos de atitude proposicional. O assunto tem merecido ampla atenção de lógicos, filósofos, psicólogos e linguistas, clássicos e contemporâneos.

5.2 ESTRUTURA SINTÁTICA

Sintaticamente, os verbos performativos têm complementos com estrutura marcada por encaixamento (*nesting*), não gerando sentenças bem formadas por encadeamento (*linking*). Subcategorizam o conetivo *QUE*, típico de construções encaixadas, que correspondem na gramática tradicional à subordinação. Afirma-se que:

este elemento deve ser vazio de sentido, visto que, teoricamente, as transformações não trazem qualquer modificação ao sentido das frases de base.

¹ apud AKMAJIAN : 1981 : 296.

² CRESSWELL:1985.

Assim se analisamos a frase *Penso que Paulo virá amanhã* como proveniente de duas orações:

Penso isto,

Paulo virá amanhã,

por transformação completiva, que funde estas duas orações numa única frase, o elemento *que*, acrescentado durante esta transformação, é uma conjunção vazia de sentido.¹

Chama-se *operador* um elemento linguístico vazio de sentido, que serve para constituir uma estrutura frástica. Diz-se, assim, que a cópula *ser / estar* é um operador existencial na frase predicativa: *Pedro é feliz*, que a conjunção *que* é um operador na transformação completiva do tipo: *Temo que ele venha*.²

A presença ou ausência de operador *que/that* deve resultar em estruturas semânticas diferentes. O *que* é operador de proposições por excelência, não se prestando a ligar, por exemplo, dois itens lexicais simples. Tampouco pode formar uma proposição apenas operando sobre um nome. Se a lógica trata de decompor sentenças compostas em simples, esta tarefa também fica dificultada no caso das sentenças complexas de atitudes proposicionais.

Os verbos de atitudes proposicionais parecem ser sensíveis a algo mais do que o significado da sentença-complemento, criando problema em termos de composicionalidade. A funcionalidade composicional ao nível da referência pode falhar. Isto é, a verdade ou falsidade de uma sentença de atitude proposicional parece depender não só da referência da sua sentença-complemento.

Cresswell³ propõe que o verbo de atitude proposicional opera apenas sobre o significado que resulta da aplicação funcional das partes da sentença, não havendo nela nenhuma ambigüidade. A ambigüidade estaria no operador *que* (em inglês o *that*). Este operador pode ter desdobramentos, correspondendo aos diferentes tipos de estruturas que se apresentam. Estas estruturas podem ser desde simples intensões até estruturas complexas de significados, o que Cresswell chama de significados estruturados.

A *that-clause*, ou proposição encaixada, pode ser um predicado de predicado ou um argumento complexo de uma função, que tem por argumento outras funções. O princípio da composicionalidade se mantém, através da composicionalidade e referencialidade intensionais.

¹ DUBOIS:1995: 20

² DUBOIS, 1995:442.

³ CRESSWELL:1985.

O componente sintático contém as regras para a generalização de sentenças e deste modo intervém nos outros dois componente - o componente fonológico e o componente semântico. Os componentes fonológico e semântico operam sobre os objetos formais gerados pelo componente sintático para atribuir-lhes, em primeiro caso, uma interpretação em termos de pronúncia, e, em segundo, uma interpretação em termos de significado.

Há uma interação entre as propriedades sintáticas das sentenças e suas propriedades semânticas, já que por vezes a reordenação afeta o significado de uma sentença e por vezes isso não ocorre.¹

Austin² afirma não ser possível igualar o *que* do discurso indireto com o dos performativos explícitos. As sentenças performativas, para o filósofo, não configuram discurso indireto, onde as frases iniciadas por *que* são relato do dito por outra pessoa.

¹ KEMPSON: 1980:18.

² AUSTIN: 1990 : 68.

TABELA 15 - VERBOS *DICENDI* - DISTRIBUIÇÃO DE OCORRÊNCIAS POR TEMPO

TEMPO	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
Presente simples do indicativo	289	52,54 %
Pretérito perfeito do indicativo	77	14 %
Infinitivo	73	13,27 %
Pretérito imperfeito do indicativo	34	6,18 %
Gerúndio	27	4,90 %
Subjuntivo	23	4,18 %
Futuro do pretérito do indicativo	21	3,81 %
Futuro do presente do indicativo	03	0,54 %
Pretérito mais que perfeito do indicativo	03	0,54 %
TOTAL	550	100 %

OBS; Os seis primeiros colocados [Saber (141), querer(138), falar(83), contar(74), achar(66), mostrar(48)=total 550 ocorrências]

O indicativo totaliza 77,61% , o infinitivo 13,27%, e ambos totalizam 90,88% dos casos.

Para comparar, lembre-se que o verbo *dizer* apresentava infinitivo (10,45%) e indicativo (85,44%) totalizando 95,89%.

TABELA 16 - VERBOS *DICENDI* - DISTRIBUIÇÃO DE OCORRÊNCIAS POR PESSOA

PESSOA	Nº de ocorrências	%
3º pessoa do singular	305	55,45 %
3º pessoa do plural	60	10,90 %
1º pessoa do singular	51	9,27 %
1º pessoa do plural	07	1,27 %
2º pessoa do plural	04	0,72 %
TOTAL	427	77,61%

OBS; Os seis primeiros colocados [Saber (141), querer(138), falar(83), contar(74), achar(66), mostrar(48)=total 550 ocorrências]

Considerando 427 ocorrências como 100%, observa-se que os 365 casos de 3º pessoa significam 85,47% dos casos. Mas considerando 427 como parte da totalidade dos verbos, a 3º pessoa significa 66,35% dos casos.

5.3 ACREDITAR E IMAGINAR

Tendo em vista que *acreditar* é um dos verbos de atitude proposicional mais citados e *imaginar* (em parte, ambos são sinônimos entre si e podem ser

substituídos por *pensar*.) um dos verbos menos recomendados em texto jornalístico, examinam-se a seguir as ocorrências registradas. Interessante notar que *acreditar* é claramente um verbo de processo mental inobservável. Mas *desacreditar* é, em geral, observável. O uso mais frequente parece significar o efeito causado em terceiros a respeito de algo ou alguém, o cancelamento das crenças positivas a respeito de algo, resultando em um conjunto de ações desfavoráveis. Não é comum dizer *Eu desacreditei de tal coisa ou ser*, ou seja, o uso em primeira pessoa. Nos quatro exemplares, a única ocorrência encontrada foi *Passam o tempo todo pensando em truques para DESACREDITAR os movimentos que combatem suas corporações*.

Tanto nos casos de *acreditar* quanto *imaginar* há maior presença de discurso indireto (DI) do que discurso direto (DD). A proporção de DI para DD em *acreditar* é de 2.7 e de 2.5 em *imaginar*. Em ambos os verbos, o infinitivo tem semelhante comparecimento: 08 dentro de 28 casos em *imaginar*, e 10 dentro de 37 em *acreditar*; quer dizer, o infinitivo ocupa o segundo lugar em número de ocorrências.

O tempo presente ocupa o primeiro lugar nos dois verbos, assim como ocorria com o verbo *dizer*. No verbo *imaginar* o primeiro lugar é ocupado por 16 ocorrências em tempo presente, o segundo lugar pelo infinitivo (08), e em terceiro, 04 casos de passado. Em *acreditar* há 25 casos de presente, 10 infinitivos e 02 passados.

Em *acreditar*, o maior número de casos é de 3º pessoa do singular (25), registrando-se cinco casos de 1º pessoa. Estes 05 casos ocorrem em contexto intracitacional; quer dizer, entre aspas. Três deles registrados nas páginas amarelas e os restantes em outras seções. São quatro primeiras pessoas do singular e uma do plural. Configuram casos de enunciações performativas explícitas, que poderiam ser feitas sem a presença do verbo *acreditar*. O caso de VEJA nº 38 expressa uma crença em possibilidade futura de desenvolvimento científico (entrevista com cientista sobre aids). E o caso de VEJA nº 39 (p. 10) também trata de crença sobre acontecimentos possíveis. Os demais três casos apresentam crença pessoal sobre determinado assunto, sem fazer previsões. Os atos praticados através da expressão de uma crença podem ser bastante variados. Em VEJA nº 40 (p. 98), a crença da crítica e curadora de arte sobre o que deve ser uma bienal manifesta-se como crítica á bienal que se realiza de acordo com outras crenças.

Em *imaginar* destaca-se a 3º pessoa singular do presente do subjuntivo, ligada a consideração positiva ou negativa de cenários (08 casos de *Imagine...*). A revista pede ao leitor, nestes casos, que imagine uma situação ou não, dizendo que este é,

ou não é, o caso em dado contexto. Com o verbo *imaginar* não houve ocorrência de primeira pessoa.

Dos 08 casos de infinitivo em *imaginar*, um está em posição final sem complemento; 05 casos são seguidos por *que* e proposição. Um caso tem complemento sem ser precedido por *que*. Os casos de infinitivo fazem a mesma função dos casos em presente do subjuntivo: consideração de cenários ou estados de coisas. Dos 10 casos de infinitivo em *acreditar*, 08 são seguidos por *que* e o complemento é proposicional. Em 02 casos o complemento é apenas o objeto (*nele, em seus ideais*).

Como se observa na tabela 19, ao contrário do que acontece com o verbo *dizer*, o discurso indireto fica em primeiro lugar e o direto em segundo lugar.

TABELA 17 - OCORRÊNCIAS DO VERBO ACREDITAR

VEJA 37	
p. 3	"...um psicólogo que não acreditava nisso."
p. 9	(Maluf)...faria qualquer um acreditar que p.
p. 13	Com isso, (FHC)acredita, sua popularidade voltou a subir.
p. 66	Os doentes relutam em acreditar que p.
p.79	"p", acredita Tatiana Costa Borges, estagiária de um escritório de direito.
p. 80	Dom Paulo tem dito a amigos acreditar que p.
p. 88	Acredita-se que p.
p. 93	Os bancos acreditam na X e aceitam p.
p. 101	...um morto que merece um pouco mais de atenção por parte dos brasileiros que se acreditam vivos ...
p. 114	É difícil de acreditar que p.

VEJA 38	
p. 10	(Cientista Gallo) Acreditamos que se p, q.
p. 12	Mas o PT acredita que p.
p. 16	(Pastor Júlio César-IURD) "Acredita em nós e vota no Serra".
p. 45	O economista João Paulo dos Reis Veloso... acredita que p.
p. 68	"p", acredita a advogada.

VEJA 39	
p. 10	(Gustavo Franco) "Acredito que sim, mas p".
p. 16	E não reagem assim por engano, mas por acreditar na polícia que p.
p. 21	X acreditam que p.
p. 52	"Acredito que p".
p. 59	(Geisel) "Votei nele no segundo turno,mas sem acreditar"
p. 59	Não dá para acreditar que p.
p. 66	Já X acredita que p.
p. 74	"É difícil acreditar que p".
p. 115	Acreditam tanto nos resultados que p.
p. 126	Como x, credencial, y acredita que "p".
p. 126	X também acredita no y, refutando z.
p. 127	X acredita que p.
p. 129	...se acreditar em seus ideais.

VEJA 40	
p. 10	(Rachel de Queiroz) "X não acredito p".
p. 29	Se p, acredita-se que q.
p. 33	Há quem acredite em x.

p. 37	No [tempo], não era difícil acreditar que p.
p. 40	p, que muitos X acreditam ser p.
p. 81	Acredita-se que p.
p. 87	Os dois grupos acreditam que p
p. 98	"Acredito que p", observa X.
p. 101	(Edmar Cid) [Tempo], acreditou que p.

TABELA 18 OCORRÊNCIAS DO VERBO *IMAGINAR*

VEJA 37	
p. 3	"Ao contrário do que muitos imaginam, a pessoa que não usa droga por causa dos problemas que imagina ter.
p. 50	Imagine um salário desses.
p. 70	Para quem acha preciosismo, imagine o desastre que p.
p. 76	Se p, imagine q.
p. 83	Seus velhos aliados também não devem imaginar que ele p.
p. 109	Se Wenders tivesse co-dirigido Blow-up, é de imaginar que arranjasse um discurso chatíssimo sobre essência e a essência para acoplar à cena do tênis sem bolinha.

VEJA 38	
p. 36	"...um candidato terá poder de interferir e atuar onde menos se imagina".
p. 39	...em que é possível imaginar até que poderia p.
p. 53	Se o ditador ... e mandou p, imagina-se o que fez com X.
p. 75	Mostra, por exemplo, que p do que X imagina.
p. 98	Não se imagine que p.

VEJA 39	
p. 10	(Gustavo Franco) "Isso que as pessoas imaginam que seja p".
p. 10	(Gustavo Franco) "Imagine p".
p. 10	(Gustavo Franco) "Muita gente fica imaginando que p".
p. 36	Se p, imagine-se q.
p. 39	Consultando os informes, constata-se que p. Não q, como era de se imaginar.
p. 49	...não se pode sequer imaginar criá-lo na situação atual, pois p.
p. 50	"É difícil imaginar que p enquanto q".
p. 72	Em [local], é quase impossível imaginar p.
p. 80	Pode-se mesmo imaginar que p e que q.
p. 126	X, em vez disso, imagina que p...

VEJA 40	
p. 29	"p", imagina X, credencial.
p. 33	Imagine-se p.
p. 33	X imaginou e tem prometido que p se q.
p. 51	"Imaginou-se que p", diz X, credencial.
p. 80	Os novos estudos também comprovam que p pode ser pior do que se imaginava
p. 97	O japonês Yukinori Yanagi pretende montar uma metáfora viva sobre o fenômeno da globalização. Para tanto, imaginou um formigueiro com 700 insetos marchando sobre uma superfície arenosa na qual estão pintadas as bandeiras dos países.

TABELA 19 - PROPORÇÃO ENTRE DD E DI - *IMAGINAR* E *ACREDITAR*

	IMAGINAR	ACREDITAR	TOTAL
DD	08	10	18
DI	20	27	47
TOTAL	28	37	65

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No jornalismo, o *dizer* é item importante: o *dizer* do jornalista que presencia os fatos, ou o *dizer* das fontes através do *dizer* do jornalista. Em essência, temos o discurso indireto: o *reported speech*. Daí a palavra *repórter*. A informação aspeada - discurso direto - é usada sobretudo como recurso criador de autenticidade: traz de forma fidedigna (em termos) o que as fontes disseram. Seleciona a informação de destaque, pelo seu conteúdo ou peculiaridade da construção usada. A forma canônica de discurso, não-marcada, é o discurso indireto, que assume ser o relato parafraseado do discurso alheio.

Como afirma Marcuschi (1991), o verbo *dizer* serve de *coringa*, introdutor neutro da informação. Todas as suas variantes já caracterizam modalização do ato enunciativo. “Ele esbravejou *nada a declarar*” é bem mais informativo que “Ele disse *Nada a declarar*”. Através desta pesquisa, percebe-se o quanto pode ser amplo o campo semântico do *dizer*: em torno de 500 variações só na amostra estudada de quatro revistas.

Uma das funções dos verbos *Dicendi* a destacar é a de permitir explicitar na escrita, de forma sintética, elementos de atitude proposicional e comunicação não-verbal:

- “Ele disse [esbravejando] *nada a declarar* “.

- Ele acredita que não haverá pacote. / Ele disse [acreditar] que não haverá pacote.

A margem de escolha é grande e arbitrária, conforme mostra a pesquisa de Marcuschi (1991). Diferentes meios e jornalistas apresentam a mesma entrevista e suas declarações através de diferentes verbos *dicendi*. O *acreditar*, no exemplo ora dado, pode não ter sido proferido pela fonte, mas inferido pelo jornalista. Outros talvez relatem “Ele declarou que não haverá pacote”.

Daí a importância de se estudar o tópico, criando consciência destas sutilezas, não só no jornalismo, mas também no marketing, na publicidade, no controle da opinião pública ou na retórica.

É necessário ampliar a pesquisa explicando as aparentes regularidades encontradas, contrastar veículos e tipos de matérias diferentes. Presume-se que o uso de declarações não é uniforme ao longo de um jornal ou revista. Já na televisão, onde se pode ver o entrevistado falando e o modo como o está fazendo, torna-se dispensável explicitar

este modo. Contudo, redundantemente, nota-se a importância de confirmar pelo gerador de caracteres, ao pé da imagem, *quem diz* e quais suas *credenciais*.

Estudos de semântica lógica, aliados às mais de 2.000 línguas artificiais, permitirão desenvolver algoritmo para estes verbos e as construções onde se inserem. Do mesmo modo, auxiliar na caracterização dos atos de fala e suas regras constitutivas.

Além dessas virtudes, o estudo baseado em lógica, provendo listas de instruções e procedimentos, vem ao encontro das necessidades da Sociedade da Informação. As possibilidades tecnológicas se ampliam diariamente em todas as modalidades, assim como se evidencia concomitantemente o gargalo em termos de produção e organização de conteúdo para os multimeios.

Os algoritmos, falando de forma simplística, podem oferecer estruturas onde se encaixe a informação gerando programação automática 24 horas. Talvez não para consumo prioritário do grande público, mas para os setores especializados ou segmentos diferenciados, que daí se alimentariam para fins variados, garimpando e organizando a informação.

Um exemplo: as bibliotecas informariam o estado e conteúdo de seus acervos, novas aquisições, exemplares emprestados e disponíveis, perfil do seu usuário, títulos mais procurados, doações. Grande parte desta informação está burocraticamente produzida e só precisa de estruturação para resultar em matérias jornalísticas. Uma fábrica ou aeroporto, um complexo agrícola ou uma universidade, seja qual for a instituição, é possível gerar e organizar volume apreciável de informação com base em sua agenda e rotinas. A matemática e a estatística seriam de grande valia na estruturação e garimpagem prévia, estabelecendo relações, destacando fatos conforme sua singularidade, seu grau de informação. Os critérios gerariam as notícias, por exemplo, sobre os títulos mais requisitados, ranking de volume de operações de empréstimo ou visitantes e seu perfil, doações de coleções de livros raros ou antigos.

As possibilidades são muitas. Não há, como apontam alguns, o perigo de levar os jornalistas ao desemprego de origem tecnológica. Pelo contrário, o mercado de trabalho será ampliado, o jornalista se tornará profissional mais preparado e valorizado. No espectro de fontes, mudanças sensíveis se registrarão. Não se cobrirão apenas acanhadas agendas e autoridades locais, de prefeitura, hospitais à polícia. A informação fluirá de lugares antes inacessíveis ou desprezados. Será maior a possibilidade de cruzamento e checagem das informações e fontes. Inclusive o cidadão comum poderá tornar-se fonte

através do seu terminal caseiro, do seu local de trabalho, ou alguma outra oportunidade pública (é possível acessar a Internet pagando dois reais a hora em postos semelhantes aos postos de telefonia pública).

Programas especializados (*softwares*) terão que ser elaborados para assuntos e instituições específicos (universos de discurso). Isso será feito por equipes de profissionais diversos, entre eles jornalistas e especialistas em linguística computacional. O jornalista pode, devidamente municiado, tornar-se peça-chave neste complexo, detendo aspectos insubstituíveis e qualitativos do processo de seleção e ordenamento da informação.

Os sistemas computacionais, hoje disseminados pela vida cotidiana, na porta do carro, no forno de microondas ou no ar condicionado de lógica *fuzzy*, são eficientes processadores de informação, mas só funcionam municiados e monitorados pelo ser humano. As capacidades do homem estão longe de ser reproduzidas por qualquer máquina determinística, em especial no tocante à criatividade das associações, o raciocínio intuitivo não-linear, os *insights*.

Contrariando a ficção científica e os filmes tipo *nonsense*, a máquina precisa dos homens e o único poder que tem, lhe foi dado por eles. Sua aparente independência e inacessibilidade se devem a uma questão de arquitetura, proteção contra o comportamento aleatório do ser humano. As máquinas só seguem e executam instruções para as quais foram programadas e na ordem estabelecida. Não quebram as regras nunca. Só a indústria da fantasia dotaria um computador de poderes humanos ou sobrehumanos, assim como é capaz de criar filmes como *O brinquedo assassino*, onde um bonequinho cumpre desígnios maléficos.

7. BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Paulo (org). **Epistemologia e cognição**. Brasília: Ed. UNB. 1994. 226 p.
- ADMINISTRAÇÃO / Reengenharia: Mexer fundo, mexer já, mexer direito. **Exame**. 16 de fevereiro de 1994. p. 80-81.
- AKMAJIAN, Adrian et alii. **Linguistics: an introduction to language and communication**. 5º ed. Cambridge, Massachusetts : MIT Press. 1981. 357 p.
- ALLWOOD, Jeans *et alii*. **Logic in linguistics**. Cambridge & New York: Cambridge University Press. 1989 (1º ed. em inglês 1977). 185 p.
- AMARAL, Luiz. **Esses Repórteres...** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 194 p. 1994.
- ASSOCIAÇÃO Nacional de Jornais. Relatório de Atividades 96-98 / p. 111/114
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990. (Série Discurso Psicanalítico). 136 p.
- _____. **Sentido e percepção**. São Paulo: Martins Fonte. 1993. 194 p. (Coleção Tópicos).
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. 4º ed. São Paulo: Ática. 1990.
- BÄUERLE, Rainer e CRESSWELL, M.J. "Propositional attitudes". In: GABBAY, D. e GUENTHNER, F. (org.) **Handbook of Philosophical Logic**. Vol IV. p. 491-512 . 1988. Dordrecht, Boston e Londres: Kluwer Academic Publishers.
- BEZERRA, Licio Hernanes (org.). **Introdução à matemática**. Florianópolis: Ed. UFSC. 1995. 158 p. (Série Didática).
- BOEIRA, Sérgio Luís. **Marxismo analítico e funcionalismo**. In. **Revista de Ciências Humanas**. UFSC/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: Editora da UFSC. Vol. 14, nº 20, out. 1996. pp. 9-34.
- BOND, Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir. 1962. 374 p.
- BUENO, Francisco da Silveira (org.). **Dicionário escolar da língua portuguesa**. RJ: Ed MEC. 5º ed. 1965.
- BURNETT, Lago. **A língua envergonhada**. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1991. 170 p.
- CAMPOS, Jorge. "Referência semântica-referência pragmática sob Kripke". **Letras de Hoje**. Porto Alegre: PUCRS. v.27, nº 3. p.11-24, setembro de 1992.
- CANN, Ronnie. **Formal semantics**. Cambridge: Cambridge University Press. 1993. 344 P.

- CARNAP, Rudolf. "Empirismo, semântica e ontologia". In: Carnap, Schlick. Seleção de Pablo Rubém Mariconda. Tradução de Luiz João Baraúna e Pablo Mariconda. 2º ed. São Paulo: Abril Cultural. 1985. (coleção Os Pensadores). p. 113.
- CARVALHO, Maria Cecília M. "Reflexões sobre filosofia e linguagem". In: COMUNICARTE - Revista do Instituto de Artes e Comunicações. Campinas: PUC. Vol 10, nº 18. 1993. p. 7-19.
- CHOMSKY, Noam. "Language and nature". *Mind*, vol 104. nº 413. p. -janeiro de 1995.
- COPI, Irving M. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou. 1974. 491 p.
- CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. "Questões de linguagem: notas sobre jornalismo, história e linguística". *Alfa*. São Paulo, vol 38, p. 129-141. 1994.
- CRESSWELL, M. J. "Structured meanings: the semantics of propositional attitudes." Cambridge & London: MIT Press. 1985. 202 p.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 4º ed. Rio de Janeiro: Fename. 1977. 656 p.
- DIJK, Teun A. van. *News as discourse*. Hillsdale, New Jersey: LEA-Lawrence Erlbaum Associates. 1988. 200 p.
- DILLINGER, Mike. "Forma e função na linguística". *Delta*. vol. 7, nº 1, p. 395- 407. 1991.
- DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix. 1995. 653 p.
- DUCROT, Oswald. *Polifonia y argumentación: conferencias del seminario Teorías de la argumentación y análisis del discurso*. Universidad del Valle, Cali/Colômbia. 1988. 190 p.
- FLORES, Lúcia, OLÍMPIO, Lúcia Maria, e CANCELIER, Natália. *Redação: o texto técnico/científico e o texto literário*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. 207 p.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo : Edusp / Cultrix. 1978.
- FROMKIN, Vitória & RODMAN, Robert. *Introdução à linguagem*. Coimbra: Almedina. 1993. Tradução de Isabel Casanova. 415 p.
- GIANOTTI, Victor. *O que é jornalismo operário*. São Paulo : Brasiliense. 1980 (Col. Primeiros Passos).
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.
- GOMES, Wilson. "Estudos críticos e estudos de linguagem na pesquisa em comunicação." In: *Intercom*. Vol XX, nº 1. Jan/jun de 1997. p. 141-150.
- GONZALES, Quilice. "Um estudo cognitivo-informacional das representações mentais." In : *ABRANTES, Paulo. Epistemologia e cognição*. Brasília: Ed. UNB. 1994. 226 p. (pp127-146).
- GUIMARÃES, Angelo de Moura & LAGES, Newton Alberto de Castilho. *Algoritmos e estruturas de dados*. Rio de Janeiro: LTC. 1994. 216 p.
- HALLIDAY, M.A. K. *Language as social semiotic*. Londres : Edward Arnold. 1978.

- HOCKETT, Charles F. *Two models of grammatical description*. In: *Readings in linguistics*. 3° ed. New York : Martin Joos. American Council of Learned Societies. 1963.
- JOHNSON-LAIRD, Philip. *The computer and the mind: an introduction to cognitive science*. Cambridge : Harvard University Press. 1988. 444 p.
- KATZ, Jerrold J. *Filosofia del lenguaje*. Barcelona/España : Martinez Roca. 1971. 263 p.
- KEMPSON, Ruth. *Teoria semântica*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar. 1980. 203 p
- _____ *Semantic theory*. Cambridge : Cambridge University Press. 1977. 216 p.
- KREINZ, Glória. "Gêneros jornalísticos: a codificação necessária." *Intercom- Revista Brasileira de Comunicação*. n° 54. Jan/jun de 1986. Ano IX. p. 96-97.
- KOSIK, Karel. *Dialéctica de lo concreto: estudio sobre los problemas del hombre y el mundo*. 8° ed. México: Grijalbo. 1967. 270 p.
- KUHN, Thomas S. "La función del dogma en la investigación científica". Tradução fotocopiada de Jorge Pedrosa (FCC/UANL-Monterrey/NL, México). In: BRODY, B. A. (ed.) *Readings in the philosophy of science*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall. 1970.
- LACLAU, E. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes. 1979.
- _____ *Estrutura da Notícia*. 2° ed. São Paulo: Ática. 1987. 64 p.
- _____ *Linguagem Jornalística*. 3° ed. São Paulo: Ática. 1990. 78 p. (Série Princípios).
- _____ *Convergência tecnológica*. Palestra no 27° Congresso Nacional dos Jornalistas. 04/ 05/ 1996.
- LIVRO DE ESTILO E PRONTUÁRIO DA LUSA (Lusa - Agência de informação). Coleção Lusa. Lisboa, junho de 1992. 94 p.
- LONDOÑO, Margarita. "O papel do jornalista e seus produtos à venda". In: *BOLETIM INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação*. ano VII, n° 49/50. jul/ago/set/out/1984. p. 12-18.
- LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Cia Nacional, 1979.
- _____ *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro : Guanabara, 1987.
- _____ *Semantics* (2 vols) Cambridge: Cambridge University Press. 1979 (1° ed 1977). 896 p.
- _____ *Semântica I*. Lisboa : Presença / Martins Fontes (Coleção Métodos). 1980
- MANUAL de estilo Editora Abril: como escrever bem para nossas revistas. 13° ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1991. 93 p.
- MANUAL de edição Diário Catrinense/RBS. Padrão Gráfico, normas editoriais, uso da cor. Florianópolis : RBS. [198-]. (fotocópia).

- MARCUSHI, Luiz Antônio. "A ação dos verbos introdutórios de opinião." *Intercom - Rev. Bras. de Com.*, São Paulo, ano XIV, nº 64, p. 74-92, jan/jun 1991.
- MEDITSCH, Eduardo Barreto Viana. "Método científico e *método* jornalístico". In: *INTERCOM-Revista Brasileira de Comunicação*. Ano XII - nº 60 -jan/jun de 1989. p. 55-61. São Paulo: Intercom.
- _____. *Jornalismo como forma de conhecimento*. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. Vol XXI, nº 1. Janeiro-junho de 1998. São Paulo: Intercom.
- MÜLLER, Ana Lúcia de Paula. "Semântica formal versus pragmática". In: *Delta*. Vol 4, nº 2, 1988. (p. 183-192)
- NOVO manual da redação - São Paulo: *Folha de S. Paulo*. 3º ed. 1994. 332 p.
- OLIVEIRA, Marcos Barbosa. "Rumo a uma teoria dialética de conceitos." IN: ABRANTES, Paulo (org.) *Epistemologia e cognição*. Brasília: UnB. 1994. pp. 25-69. (226 p.)
- O RETORNO à língua de nossos índios. *VEJA*. São Paulo: Abril. nº 1.368. 30 de novembro de 1994. p. 72-80.
- QUINE, Willard van Orman. *O sentido da nova lógica*. São Paulo: Martins. 1944. 252 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- RABUSKE, Renato Antônio. *Inteligência artificial*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. 240 p.
- REIMÃO, Sandra. "Teoria ou teorias da comunicação". In: *INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação*, S. Paulo, Vol. XVII, nº 2. jul/dez 1994. p. 150-154.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. "A notícia de jornal: tipo ou atualização do tipo narrativo." *Alfa*. São Paulo, vol. 35, p. 135-159. 1991.
- ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Círculo do livro. 1990. (Col. Primeiros Passos).
- ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da revolução científica*. São Paulo: Edusp. 1992. 391 p. (Biblioteca básica).
- RUSSELL, Bertand. *Introdução à filosofia matemática*. 3º ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1974. 196 p.
- _____. *Bertrand Russell: antologia I*. Org, José Antonio Robles. México: SEP/Diana. 1982. 232 p.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Org. por Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 6º ed. São Paulo: Cultrix. 1974.
- SEARLE, John R. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*, São Paulo : Martins Fontes. 1995. 295 p. (Coleção Tópicos).
- SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena. *Técnica de Redação: o texto nos meios de informação*. 2º ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1978. 130 p.
- SIMPSON, Thomas Moro (org.). *Semântica filosófica: problemas y discusiones*. Argentina: Siglo XXI. 1973. 476 p.

- TARGINO, Maria das Graças. "Sedução do texto em revista". In: INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, vol XIX, nº 1. jan/jun 1996 . pp. 166-168.
- TARSKI, Alfred. **Logic, semantics, meta-mathematics**. 2º ed. Indiana: Hacket Publishing Company. 1983. 506 p.
- TEIXEIRA, João Fernandes. "Naturalismo e representação mental". In: ABRANTES, Paulo. **Epistemologia e cognição**. Brasília: Ed. UNB. 1994. 226 p. p 71- 112.
- VEJA. São Paulo : Abril. nº 37. 11 de setembro de 1996.
- VEJA. São Paulo : Abril. nº 38. 18 de setembro de 1996.
- VEJA. São Paulo : Abril. nº 39. 25 de setembro de 1996.
- VEJA. São Paulo : Abril. nº 40. 02 de outubro de 1996.
- VOTRE, Sebastião. **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. Cadernos de Linguística Carioca, 2. 1992. 72 p.
- WHITE, Robert. **MEDIA XXI- Revista do Centro de Estudos de Ciências da Comunicação da Universidade Independente**. ano I, nº 5 - set 1996, Centro de Estudos de Ciências da Comunicação. Lisboa, Portugal.
- ZIMAN, John Michael. **O conhecimento confiável: uma exploração dos fundamentos para a crença na ciência**. Campinas, SP: Papyrus, 1996 (Coleção Papyrus Ciência). 252 p.

8. ANEXOS

8.1 Lista dos verbos dicendi mais frequentes

Dos 562 verbos encontrados, estes são os 76 que têm mais ocorrências (ordem decrescente). São responsáveis por 2.003 ocorrências dentro do total de 3.058. Os demais tiveram menos de 10 ocorrências (ver lista).

1. SABER{141}	Soube (12) Sabe (45) Sabem (13) saber (28) Sabia (19) Sabiam Sei (10) sabendo que saiba (2) souber sabemos (3) saberá (2) sabendo (2) saberia soubessem
2. QUERER{138}	Quer (34) Querem (20) Queremos (2) Querer (7) Queria (20) Quero (17) Quis (13) Quiser (7) Quiserem (6) querendo (2) querendo propor queira (dizer) estão querendo (2) queriam (2) queira quisesse queiram quiseram
3. FALAR{83}	Fala (22) Falando (14) Falar (21) Falava Falava (de) Falei (4) Falo (2) Falou (10) falam (5) tivesse falado falamos fale
4. CONTAR{74}	contar (2) Conta (59) Contam (2) Contou (7) contando contaram (2) contava
5. ACHAR{66}	Achar (6) Acha (14) Acham (7) Achava (6) Achavam (2) Acho (10) Achou (10) achará achei (6) achamos acharam (2) achando
6. MOSTRAR{48}	Mostrar (9) Mostra (15)

	Mostram (6) Mostrando (3) Mostraram Mostrou (11) Mostre Mostrava Mostrarem
7. LEMBRAR{47}	Lembrar (5) Lembra (29) Lembrasse Lembrando-se Lembro Lembrada (a ser) Lembra-se Lembrando lembram-se lembrou (2) lembrei (4)
8. AFIRMAR{45}	Afirma (39) Afirmando Afirmar (2) afirmou (2) afirmaram
9. DESCOBRIR{41}	Descobrir (5) Descobre (5) Descobri (2) Descobriram (7) descobrimos (2) descobriu (17) descobriu-se descobrem descobriu a América (metáfora)
10. RESOLVER{39}	resolver (9) Resolveram (adiar) Resolveu (18) Resolveram (4) resolvê-lo resolve (5) resolvi
11. PEDIR{39}	Pede (desculpas) Pedir (14) pediu (6) pede (4) pede licença pediu licença pediu as contas pedi (2) pedindo (5) pediria pede para p pedem fazer o pedido
12. EXPLICAR{38}	Explica (27) explicam (2) Explicando (5) explicou explique explicar (2)
13. ACREDITAR{37}	Acredita (13) Acreditam (6) Acreditar (10) Acredite Acredito (4) Acreditou acreditamos

	acreditava
14. GOSTAR{36}	Gostar (2) Gosta (12) Gostam (2) gostou (3) Gostasse Gostei (2) Gostaria (3) Gostassem Gosto (5) gostava gostaram gostavam gostando (2)
15. DAR{32}	Dá (conta/ informações/ pistas/uma martelada) deu (pistas/ posse / palpite / destaque / a missão por encerrada /início a um drama /entrevistas (2)/a tradução /explicações/ que /uma interpretação / o prognóstico /atenção/exemplo) se deram/dar conta me dei conta dar (consultoria, credibilidade, palpites/ informações, entrevista, explicações) dava (2)(sinais) dou nota 9 anda dando consultoria
16. CONHECER{32}	conhecer (11) conhecesse conheço conhece (5) conhecemos conhecia (6) conheciam tomou conhecimento conhecê-los conheça conheceu conhecem (2)
17. PENSAR{30}	pensar (8) Pensa (2) Pensam (5) penso pensou pensassem pense Pensando (4) Pensei (3) pensava (4)
18. CHAMAR{30}	chamar (3) Chamam(-se de mercadores da morte) Chamou-o de é chamado de (3) chamou (3) chama (4) chama a atenção chamou a atenção chamam (2) chamando-o chamou de x a y que se chame x chamem-se foi chamado (2) chama-se são chamados está chamando a atenção chamando chamou-se x
19. PROMETER{28}	Promete (12) Promete entrar para a história Prometem (2)

	Prometeu (6) Prometi Prometia (4) Tem prometido prometesse
20. PRETENDER{28}	Pretende (20) Pretendem (4) Pretendia (3) Pretendo
21. IMAGINAR{28}	Imaginar (8) Imagina (5) Imaginava Imagine (8) Imaginou (3) Imaginam (2) imaginando
22. ESCREVER{27}	Escreve (6) Escrevi (3) Escreveu (10) Escrevendo (2) Escreveria Escrevia está escrito que escrever (3)
23. DECIDIR{27}	decidir (4) Decidem (3) decidimos Decidia (2) Decidiu (13) teria decidido decide (2) como são tomadas as decisões
24. SENTIR{26}	Sente (4) Sentir (5) Sentiram (2) Sentiu (3) Sintam sentiremos senti (2) sentem (2) sentindo-se sente-se sentiu sinto (2) sentia
25. PERCEBER{25}	perceber (7) Percebendo (2) Perceberia percebe (2) ter percebido percebeu (5) perceba perceberam percebi (3) percebo percebemos
26. GARANTIR{25}	Garantir (2) Garante (18) garantem (2) garanto garantiu (2)
27. DISCUTIR{25}	Discute (4) Discutir (11) Discutiu (4) discutiriam discutia discutindo (2) discutisse discutem
28. RESPONDER{24}	responder (2) [ex: inquérito) Responde (8) responde por ela (ser responsável) Respondeu (7) Respondia (2) Respondo respondi (2) respondem
29. PERMITIR{24}	Permite (7)

	Permitir (5) Permito Permitirá permitirão permitiu (6) permitido permitiria permitisse
30. PERGUNTAR{24}	perguntar (5) Pergunta (6) Perguntam (3) Perguntaram Perguntavam Pergunto (2) pergunte perguntei perguntou (4)
31. ENTENDER{24}	Entender (7) Entendeu (5) Entendia (2) entende (2) entendem (5) entendi entenderam entendesse
32. ACEITAR{24}	Aceitei (2) Aceitou (4) [ex:as desculpas] aceitava aceitar (4) aceitá-la aceitará aceitam (4) aceitaram (2) aceito aceita (3) aceite
33. OUVIR{23}	ouvir (5) ouvi boatos (2) ouvi-lo ouvia (2) ouviu (6) ouvirá (2) ouve (3) Ouviu dele ouvi
34. MANDAR{23}	mandar (5) Mandando Mande (parar) manda (2) mandava (2) mandou (9) mandaria mandarem mandaram
35. TENTAR{22}	Tentar elucidar tentar (7) tenta (2) tente tentou (2) tentando (2) tentava tentaram (2) tentam (3) tentavam
36. ANUNCIAR{22}	Anuncia (3) Anunciar (9) Anunciaram (2) anunciou (4) anunciam anunciada /do anunciava
37. RECONHECER {19}	reconhecer (4) Reconhece (7) reconheceu (pessoa) reconheceu (2) foi reconhecida reconhecem reconhecerem reconheço reconhecendo

38. PREFERIR{19}	x prefira p x,y preferem p prefere (4) preferiu (6) preferiram (2) preferindo preferem (2) preferir têm preferido
39. INFORMAR{19}	informar Informa (7) informou (4) informam informaram (2) informariam informando (2) seria informado
40. CONVERSAR{19}	conversar (7) Conversara conversavam conversando (2) conversam conversa (2) vai cair na conversa conversou (4)
41. CONSIDERAR {19}	considerar Considerava (2) consideram (6) Considere Considerou (4) considero (2) considera (3)
42. CONSEGUIR{19}	conseguir Consigo suportá-la consegue (4) consegui (3) conseguiu (5) (ex : expressar) conseguem conseguiram (4)
43. AVISAR{18}	avisar (2) Avisa (3) Avisaram (3) Avisou (8) avisem avisasse
44. ADMITIR{18}	admitir (3) Admite (10) Admitiu (4) admitindo
45. PODER{17}	poder Poderá poderá estar no ar pudesse podia pode (5) possa puder podiam podem posso poderão poderia
46. LER{17}	ler (2) leu li (5) lê-lo reli lido (currículo/ ser) lia (2) lemos lendo lê
47. DIVULGAR{16}	Divulgar (6) divulga divulgamos divulgaram Divulgou (3) divulgados divulgada/do o resultado foi divulgado

48. APRENDER{16}	aprender (4) aprende (3) aprendeu (5) aprendera aprenderam (2) aprendi
49. PRECISAR{15}	precisar (2) precisa (9) precisou (2) precisar (exatificar) precisamos
50. DEFENDER{15}	Defender Defende (idéias 2 / pontos de vista) defende (5) Defendem (2) defenderam idéias defendiam defendia (2)
51. APRESENTAR {15}	apresentar (3) sejam apresentados acaba de ser apresentado vai ser apresentado apresenta (5) apresentando apresentasse foi apresentada apresentou (sua experiência)
52. REVELAR{14}	Revela (7) Revelam (2) revelou (2) revelando (2) relavar
53. CRIAR POLÊMICA{14}	criar (6) Criou (polêmica/personagem/ dogmas) criá-lo criou (2) criaram criando
54. SIGNIFICAR{13}	significar significa (10) significaria significasse
55. RECUSAR{13}	recusar recusei recusa recusou-se (2) vem recusando recusou (6) recusaram
56. RECOMENDAR {13}	Recomenda (9) Recomendando (2) Recomendou (2)
57. OBSERVAR{13}	observar Observa (8) Observará Observou observando havia observado
58. ESPERAR{13}	esperar Espera (9) Esperasse Esperava espere
59. CONVIDAR{13}	convidar convidá-lo (los) recebeu convites foi convidado (2) convidou (3) convidando-se convidei são convidados convidava
60. CONFIRMAR{13}	confirma (4) confirmaram (2) confirmou-se confirmou (5)

	confirmada
61. COLOCAR{13}	Colocou no ar (3) coloco colocar (2) (ex : a culpa) colocou (na cabeça) colocando (em cena) colocou (a obrigatoriedade) questão que é colocada colocou em cena colocou na nova edição ia ser colocado na lista dos
62. ACUSAR{13}	Acusar (2) Acusou (4) Acusa (2) acusado (foi (2), está sendo, de, havia sido = total 5)
63. VER-SE{12}	viu-se foi visto ver vê (2) veja-se começa a ser visto verá (2) (ex: no argumento) vê-lo vejamos viu
64. RECLAMAR{12}	reclamar (3) reclama (3) reclamou (2) reclamam reclamando (2) reclamava
65. INDICAR{12}	Indicar (2) Indica (4) indicamos indicam (3) foi indicado (2)
66. ENSINAR{12}	ensinar (2) Ensina (9) ensinando
67. VOTAR{11}	votar (2) vota votam votou votaram votei (4) votem
68. PUBLICAR{11}	publicou (6) veio a público publicada chegou a ser publicado publicaria publicar
69. ESQUECER{11}	Esquecer (4) esqueça esquece esquecê-lo esquecera esqueço esquecerão esqueci-me
70. CONSTATAR{11}	Constatou (3) Constatam (2) constata (4) constatou-se tivesse constatado
71. TRATAR{10}	Trata de (2) trata-se de (2) Trato (a cultura) tratou do que se trata tratam dos tratam de tratando
72. SUGERIR{10}	sugerir Sugere (6)

	sugeriu sugiro sugeri
73. EXIGIR{10}	Exige (5) Exigi Exigiram Exigiu (2) Exija
74. DESCREVER{10}	Descrever (2) Descreve (5) descrevia descrevendo descrevem
75. APONTAR{10}	Aponta (7) apontou (2) apontam

76. ADORAR{10}	Adora (3) adorei Adoram (2) Adorou adoro adorava adoravam
----------------	---

8.2 Lista dos demais verbos significando dizer -menos de 10 ocorrências

ABENÇOAR	abençoou
ABOLIR	aboliu
ABOMINAR	x abomina y
ABORDAR	abordá-lo foram abordados aborda
ABRIR	Abrir processo abriu (uma nova ação/vagas/concorrência) foi aberto inquérito abrir inquérito reabrir o caso
ABSOLVER	foi absolvido
ABUSAR	Abusaram das críticas
ACALENTAR	acalenta acalentam
ACATAR	acatando acatá-la
ACERTAR	x acerta deltalhes acerta
ACIONAR	acionou acionar (chamar)que se aciona por telefone
ACLARAR	deixa claro
ACOMPANHAR	acompanhei
ACONSELHAR	Aconselha aconselhava
ACOSTUMAR	acostuma se
ACOVARDAR	se acovarde ante
ACRESCENTAR	Acrecenta (5) Acrecentando
ADAPTAR	se adapta
ADIANTAR	adianta
ADMIRAR	admira
ADVERTIR	Adverte advertidos (foram)
ADVOGAR	advoga (o fim)
AFERRAR-SE	aferrava
AFLIGIR	Aflige (2) afligem
AGRADAR	agradar (3)
AGRADECER	Agradece (4) Agradecendo
AGREGAR	agrega
AGUENTAR	aguentam
ALARDEAR	Alardeiam alardeando (está)
ALEGAR	alegar Alegam Alegou alegando (4) alega alegado (motivo)
ALERTAR	alertar Alertando alertado pelo alertou (3) alerta
ALMEJAR	almeja
AMAR	Amam amou amava Amará Amaram
AMARGAR	amargou (2)
AMEAÇAR	ameaçar ameaçando (2) ameaçava

	ameaçou ameaça
ANALISAR	Analisa (4) analisaria analisou
ANGUSTIAR-SE	Angustia-se
ANIMAR	animava
ANISTIAR	anistiá-los
ANOTAR	anota tudo
ANTECIPAR	antecipou antecipando
ANTEVER	antevendo
APAIXONAR-SE	se apaixona se apaixonaram
APARECER	aparecem (histórias)
APAVORAR	apavorar
APELAR	apelar apela apelou apelam (2)
APERFEIÇOAR	aperfeiçoar
APOIAR	apoiar levar apoio apóio apoia apoiou apoiam
APONTAR	Aponta (7) apontou (2) apontam
APRECIAR	apreciar (2)
APREENDER	apreender (o avião)
APROVAR	Aprovei aprovarem aprovou (2) aprovarando foi aprovada
APROVEITAR	aproveitar
APURAR	apurar apurou (3)
ARGUMENTAR	argumentar (2) argumentaram argumenta (2)
ARREPENDER-SE	me arrependo arrependeu-se
ARREPIAR-SE	Arrepiou-se
ARRISCAR	arriscar arrisca arriscam arriscou (um palpite)
ASSEGURAR	assegurou
ASSINAR	assina assinar (sua anistia) assinado por
ASSISTIR	assitiu
ASSOCIAR	associam x a y
ASSUMIR	Assumir (o fardo) assumiu (a opção/ o compromisso de) assumindo variações
ASSUSTAR	assustar ficou assustado com assustará
ATACAR	Atacar (2) ataca (2) fazia ataques
ATENDER	atenderam atendem
ATESTAR	Atesta (6)

ATIÇAR	atiçou a curiosidade de x
ATINAR	atinar
ATIRAR	atira saiu atirando
ATIVAR	ativa (a memória)
ATRAIR	atrai (a atenção) atraiu atrair (investimentos)
ATRIBUIR	atribui (2) atribuiu (2)
AUTORIZAR	autoriza (2) autorizam autorizou autorizar autorizam autorizando
AVALIAR	avaliar (2) Avaliam (3) avalia (2) avaliou (2)
BANIR	baniu
BATIZAR	Batizaram
BERRAR	berrou
BRIGAR	brigam
BRINCAR	Brinca Brincou (a atriz)
BUSCAR	buscou socorro
CALAR	calou cala
CALCULAR	Calculam calcula (3)
CANCELAR	cancela cancelar
CANSAR	cansou de se cansaram
CANTAR	cantar cantavam canta teria cantado que
CANTAROLAR	cantarolou (marchinha)
CASSAR	cassou chegou a ser cassado
CATIVAR	cativar cativou
CEDER	cedeu (2)
CELEBRAR	celebrou
CHANCELAR	chancelou
CHATEAR	me chateia
CHEFIAR	chefiava
CHIAR	chiarem
CHOCAR	chocar chocou (2)
CHORAMINGAR	choraminga
CHUTAR	só pensa em chutar
CITAR	citar citou citamos
CLASSIFICAR	classificar classifica
COCHICHAR	cochichou (2)
COGITAR	Cogita Cogitaria cogitou
COINCIDIR	x e y coincidem nessa opinião
COMANDAR	comanda
COMEMORAR	Comemora (3) comemorando
COMENTAR	Comenta comentando comentou (5)
COMETER	cometi
COMOVER	comover
COMPARAR	comparar Compara compare Comparou comparando

COMPARTILHAR	compartilha
COMPOR	compor compõem (um painel) compõem
COMPREENDER	compreende-se
COMPROMETER	Compromete-se
COMPROVAR	comprova Comprova (2) comprovou (3) comprovaram Comprovam
COMUNICAR	Comunicou comunicar-se são comunicados pode ser comunicada
CONCEDER	concedeu (3) concedeu-lhe um prêmio
CONCENTRAR	concentrou-se
CONCLAMAR	conclamo
CONCLUIR	concluir Conclui (2) Concluiu (2)
CONCORDAR	concordo concordava concordou concordando
CONDENAR	condenariam fora condenado foram condenados condeno foi condenada foi condenado condenou (2) condena-se
CONFERIR	Confere direitos conferir (comprovar)
CONFESSAR	confessou (3) [ex: o crime] confessa confessará
CONFIAR	confiam confia confiando em
CONFIDENCIAR	Confidenciou confidencia
CONFORMAR-SE	conforma-se
CONFUNDIR	Confundisse confundindo confunde
CONGRATULAR	congratulo (2) congratulo x por y (2)
CONSTRANGER	Constrangeu constrangera
CONSULTAR	consultou consultar consultasse consultando consultei
CONTESTAR	contestando contestou
CONTRARIAR	contrariando
CONTRATAR	contratar (3) Contratou (3)
CONTROLAR	controlar controla controlava (2)
CONVENCER	Convencer (6) convence foi convencida
CONVENCIONAR	convencionou
CONVOCAR	Convocar (2) convocassem convocaram convocou (uma greve geral)
CRITICAR	criticar (2) criticaram criticou faz crítica critica (2) criticam (2)

CRUZAR	cruzou (levantamento)
CUMPRIMENTAR	Cumprimentar (2) Cumprimenta cumprimentou cumprimentam (2) cumprimentando
CUNHAR	cunhou
CURTIR	curtir
DEBATER	debaterem debatendo
DECLARAR	Declarar (1) Declara (3) Declarou (4)
DECORAR	decorar (2) decorava (2)
DECRETAR	Decretou decretaram (2)
DEDICAR	Dedica (a obra) dedicou (seu tempo / 50 anos) dedicou-se a dedicam a dedica-se
DEDUZIR	deduz
DEFINIR	definir (3) define (4) definiu (2)
DEIXAR	deixa
DEIXAR-SE CONHECER	Deixar-se conhecer deixei que p
DELIRAR	delira
DEMANDAR	demanda
DEMITIR	demitir (2) demitiu (2) foram/foi demitidos (2) pedir demissão *despediu
DEMONSTRAR	Demonstrar (3) demonstra demonstraram (2)
DENUNCIAR	denunciar denunciou (2) denuncia denunciá-lo partiram denúncias denunciava denunciando (2)
DEPOR	depor (3)
DERRAMAR-SE	derrama-se
DESACREDITAR	Desacreditar (os movimentos)
DESAFIAR	desafiar
DESANCAR	desancando
DESAPROVAR	desaprovou
DESCARTAR	descarta
DESCONFIAR	Desconfiava Desconfiou da fraude
DESCULPAR-SE	desculpa-se se desculpar
DESEJAR	desejo deseja (3)
DESENTENDER-SE	desentenderam-se
DESENVOLVER	desenvolveu
DESESPERAR-SE	desespera-se
DESFERIR	Desferiu outra paulada
DESIGNAR	designou
DESISTIR	desisti desistiu desistiram
DESMANCHAR-SE	Desmanchou-se
DESMARCAR	desmarca o encontro
DESMENTIR	Desmentir (o boato) (2) desmentir desmente (3) desmentindo foi desmentida
DESPEDIR-SE	despediu-se despedi

	se despede
DESPEJAR	despejar (informações)
DESPERTAR	despertou (curiosidade) desperta (frisson) (da curiosidade que) desperta
DESPREZAR	despreza (2)
DESQUALIFICAR	desqualifica
DESRESPEITAR	foi desrespeitada
DESTACAR	Destacaria destaca destacar
DESTILAR	Destilou (uma resposta)
DESVENDAR	desvendou (mistério)
DETECTAR	detectou (percebeu) detecta (2)
DETERMINAR	Determina (2) Determinou (2)
DETESTAR	detesta detestam
DEVOLVER(retrucar)	devolveu devolvia
DIAGNOSTICAR	diagnosticar diagnostica foi diagnosticado
DIGERIR	digerir
DISCORDAR	discordo discorda (2)
DISFARÇAR	disfarçou
DISPARAR	disparam (ordens) disparou (questões)
DISPENSAR	dispensou
DISPUTAR	disputam (2) disputará
DISSERTAR	disserta
DISSOLVER	dissolve (mitos)
DITAR	ditar
DIVERTIR	divertir diverte-se
DOAR	doando
DOMINAR	dominava
DRAMATIZAR	dramatiza
DUVIDAR	duvida
ECOAR	Ecoando
EDITAR	Editou
ELEGER	elege (2) foi eleita
ELOCUBRAR	elocubrar
ELOGIAR	Elogiar elogia elogiando
EMITIR	emitiu
EMPOLGAR	empolgou
EMPRESTAR	Emprestar
ENCANTAR	encantou
ENCARAR	encarar (3) encara (2) encaram (2) encaram
ENCOMENDAR	encomendar encomendou encomendando-lhe um artigo
ENERVAR	enerva
ENFOCAR	enfocando
ENFRENTAR	enfrentar enfrenta
ENGANAR	enganar engana enganam (2)[ex: ao público com promessas]
ENLOUQUECER	enlouquece
ENTREVISTAR	entrevistar entrevistou (2) entrevistá-lo foi entrevistado
ENTUSIASMAR-SE	entusiasma-se
ENUMERAR	enumera (2)

ENVIAR	enviou (mandou)
ENXERGAR	enxerga (bem) enxerga (x)
ESCANDALIZAR-SE	escandalizam-se
ESCLARECER	esclareço (3) deixa claro esclareceu esclarece esclarecendo
ESCOLHER	escolher (2) escolhem escolherá escolheu (2)
ESCONDER	esconder (2) Escondendo
ESCULHAMBAR	esculhambou
ESCUTAR	escutei
ESFORÇAR-SE	esforça-se esforçou-se
ESPANTAR	Espantou Espantou-se (2) espantava espanta
ESPECIALIZAR	especializaram
ESPECULAR	especula-se especulou-se
ESPETAR	espeta
ESTABELECER	estabelece (lei) estabeleceu que
ESTIMAR	Estima (7) Estimam Estimado
ESTIMULAR	Estimular (4) estimulá-la
ESTRANHAR-SE	se estranha que
ESTUDAR	estudar estudava estuda (3) estudarem estudando (2)
EVITAR	evitar evitam evitava
EXAGERAR	exagera
EXAMINAR	Examinam examina
EXEMPLIFICAR	exemplifica
EXIBIR	exibiam exibiu (2) foi exibido
EXPOR	x expoem y expoem expô-las (idéias) expôs a essência
EXPRESSAR	expressar (2) [ex: opensamento de] expressam
EXPRIMIR	exprime
EXTRAIR	extraiu a essência extraiu os argumentos
FAZER	Faz uma ressalva
FESTEJAR	festeja
FICAR	Ficou escandalizado
FINGIR	fungi fingir
FIXAR-SE	fixou-se
FLAGRAR	flagraram-no fragaram-se
FORMULAR	formula (a receita)
FORNECER	fornece (alguns dados)
FRAUDAR	fraudaram
GEMER	gemer
GLAMOURIZAR	glamouriza
GOVERNAR	governa
GRAVAR	gravaram gravou (2) gravar uma mensagem de

	apoio
GRITAR	Gritando gritavam gritou (2)
HESITAR	hesita
HONRAR	Honra honrando
IDENTIFICAR	identificou identificá-los identificassem
IGNORAR	ignorar ignorá-la ignora ignorando
ILUDIR	ilude (2) iluda
ILUMINAR	ilumina (o assunto)
IMITAR	imitando (2)
IMPEDIR	impediu
IMPLICAR	implicaram
IMPLORAR	Implorando
IMPOR	impõe impõem
IMPRESSIONAR	impressiona (2) impressionou impressionam y
IMPRIMIR	imprimir em sua produção
INAUGURAR	inaugurar inaugura (2) inaugurou
INCENTIVAR	Incentivou
INCOMODAR	incomoda-se incomodou
INDAGAR	ao ser indagado
INDICIAR	está indiciado indiciado por (2)
INDICIAR	foi indiciado
INDIGNAR-SE	fiquei indignada
INOCENTAR	foi inocentado
INSINUAR	insinuar
INSISTIR	Insistir insiste (3) insistiu insisti
INSULTAR	insultou foi insultado
INTERESSAR-SE	Interessou-se (2) se interessa por interessaram interesse
INTERFERIR	interferir
INTERPRETAR	interpretar interpreta
INTIMAR	foi intimado
INVENTAR	inventar (2) inventou (uma maneira/uma lei) inventando inventam
INVESTIGAR	investigar (2)
INVESTIR (CONTRA)	Investiram (contra)
INVOCAR	Invocando o pretexto invocado
IR	Vamos definir (o ambiente em que este livro surgiu)
IRONIZAR	ironiza Ironizou foi irônico
IRRITAR	irritou irrita-se irrita o x (2) ficou irritado irritara
JULGAR	Julgar (2) Julgou (3) julgo

	ulgava ulgam
JURAR	jura
JUSTIFICAR	Justifica (4) justificando justificar justificou-se
LAMENTAR	lamentou lamenta (4) lamentando lamento (2)
LASTIMAR	lastimando
LAVAR	Lavou as mãos de qualquer responsabilidade
LECIONAR	leccionando
LEGISLAR	legislar
LEILOAR	leiloar
LEVANTAR	levanta (questão)
LIBERAR	liberar
LIDAR	lidar (2)
LIGAR	Ligou avisando ligou (3) não ligou a mínima pode não estar ligando muito
LOCALIZAR	localizou (situou no tempo)
MANIFESTAR	Manifesta manifesto manifestava se manifestar
MANIPULAR	manipulam
MANTER	manteve o direito a
MARCAR	marcamos a entrevista
MEDIAR	mediar
MEDITAR	meditava
MEMORIZAR	memorizava
MENCIONAR	mencionar menciona (2)
MENTIR	mentem mentindo (estar)
MERECER	merecia (2) merece (2) merecem mereciam mereceu (2)
MONOLOGAR	monologa
MONTAR	montou (uma operação)
MULTAR	multaram multou x por y
NAMORAR	Namorou
NEGAR	negar (2) Negue nega (2) negam-lhe negou
NEGOCIAR	negociar
NOMEAR	nomear nomeou (4) fez nomeações nomeando renomeando nomearia
NOTAR	notar (2) Notam Notaram (2) notou nota-se
NOTICIAR	noticiando
OBEDECER	obedecer
OBRIGAR	obriga (2)
ODIAR	Odiava (2)
OFENDER	ofenderam ofendia
OFERECER	ofereceu-lhe
OLHAR	olhar olhando (2)
OMITIR	omitindo
OPINAR	opina

OPTAR	optou
ORDENAR	Ordenou (3)
ORGANIZAR	organiza
ORGULHAR	se orgulhe orgulha-se me orgulha
ORIENTAR	me oriento orientá-los
PARECER	Parece ter matado a charada parece me parecia
PERDOAR	perdoou perdoe
PERSONALIZAR	personalizou
PESQUISAR	pesquisou
PLANEJAR	Planejam (2) Planejou planeja (2) planejavam
PONDERAR	pondera ponderou
POR A VENDA	pós à venda
PREGAR	prega (3) pregam
PREOCUPAR-SE	preocupa-se preocupa me preocupo preocupe preocuparam preocupem
PRESCREVER	prescrever
PRESIDIR	preside
PRESSIONAR	pressionou (2) pressionam pressionaram
PRESTAR	prestar (atenção/depoimento) prestar contas (2) prestassem
PREVER	prever Prevê (5) Previu previam estava previsto
PROCESSAR	processar (2) processando
PROCLAMAR	Proclama (2) Proclamar ter proclamado
PROCURAR	procurou
PRODUZIR	produzir aquele sotaque
PROFETIZAR	profetiza
PROIBIR	Proibiu (2) proibir (2) proibindo proibiram proibe (3)
PROMOVER	promover um protesto
PROMULGAR	promulgara
PRONTIFICAR	prontifica
PRONUNCIAR	pronunciar Pronunciava
PROPOR	propor propôs propõe
PROTAGONIZAR	foi protagonizado
PROTEGER	proteger (4)
PROVAR	provar (o gosto) provar (2) provam provou prove
PROVOCAR	provocou
QUALIFICAR	Qualificou qualifica (2)
QUEBRAR	Quebrou o suspense
QUEIXAR-SE	Queixa-se queixam

	queixou-se há queixas
QUESTIONAR	Questiona (2) Questionar Questionava
RACIOCINAR	raciocina (2) raciocine
REABILITAR	foi reabilitado
REAGIR	reagir Reagiu (3) reagem
REALIZAR	realizar realizou
REBATER	rebatia
RECANDIDATAR	recandidatar
RECEAR	teve receio
RECEBER	receber recebeu
RECEITAR	Receitar
RECOLOCAR	recolocar
RECONFIRMAR	reconfirmar
RECORDAR	recordar recorda (2)
RECORRER	recorrer recorrer da sentença Recorreu (à experiência do editor) recorrem (2) [ex: a justiça] está recorrendo
REDIGIR	havia redigido
REDISCUtir	rediscutindo
REFERIR-se	referindo-se (4) se refere às (2) referem-se (2)
REFLETIR	refletir
REFORÇAR	Reforça o depoimento com entrevistas
REFUGAR	refugou
REFUTAR	refutando
REGISTRAR	registrei registrou registra
REGULAMENTAR	regulamenta regulamentam
REITERAR	reiterou
REIVINDICAR	reivindicar
REJEITAR	rejeitar rejeitava
RELACIONAR	relacionar
RELATAR	relatar (2) relata relatou
RELAXAR	Relaxar
RELEMBRAR	relembrando
RELUTAR	relutam relutou
REMARCAR	remarcar com y
REMEMORA	rememora
REMENDAR	remendar
RENEGOCIAR	renegociá-lo
RENOVAR	renovar a ilusão
RENUNCIAR	renunciar renunciasses renunciou (4) havia renunciado
REPARAR	repara (notar)
REPETIR	Repetia (2) repito repetiu repetindo (2)
REPORTAR-SE	reportam
REPREENDER	foi repreendido
REQUISITAR	requisitou
RESCINDIR	rescindiu seu contrato
RESGATAR	resgata (2)
RESISTIR	resistir resiste
RESPEITAR	respeitar

	respeito respeitaria
RESPONSABILIZAR	responsabilizava (2)
RESSALTAR	ressaltar que
RESSALVAR	Ressalvava
RESSENTIR-SE	ressente-se
RESSUSCITAR	ressuscitou
RETRATAR	o retratam como retrata é retratado
RETRUCAR	retrucar retrucou
REVER	rever
REVIVER	revive
REZAR	estou rezando missa rezo
RIDICULARIZAR	ridicularizava
RIMAR	rima
RIR	ria
RIVALIZAR	rivalizar
ROGAR	rogar uma praga
SABOREAR	saborearam
SACAR	sacar cartazes dizendo
SAIR	saiu a lista sai o edital
SALIENTAR	saliente-se que
SANCIONAR	sancionar
SATISFAZER	Satisfaz (3)
SEDUZIR	seduzi-lo
SER	Foi surpreendido por uma frase infeliz de y
SIMPATIZAR	Simpatizaram
SOAR	soa (3) soaria
SOFRER	sofrendo sofre sofrem sofro com p sofrer
SOLICITAR	solicito
SOLIDARIZAR	solidarizar
SONHAR	sonha (3) sonhei (2) sonham sonhava sonho
SUBLINHAR	sublinha
SUPOR	supor suponha supôs-se
SUPPORTAR	suportar suportaria
SURPREENDER	Surpreender (2) surpreenderam-me surpreendeu
SUSPEITAR	Suspeita (3) suspeitou de sob suspeita de suspeitava
SUSPIRAR	suspira
SUSSURRAR	Sussurra Sussurrou
SUSTENTAR	Sustenta (2) Sustentaram
TECER	Tece um raciocínio tecem-se loas à
TEIMAR	Teimou em
TELEFONAR	telefona telefone toca um telefone telefonou
TEMER	Temer (2) teme (2) temia-se temeu (2)
TER CIÊNCIA	ter ciência
TER CONTATO	tenho contato manteve contatos

TOLERAR	toleram tolerem
TOMAR CONTATO	tomar contato
TOPAR	topar
TORPEDEAR	têm torpedeado
TRAÇAR	traçar a trajetória
TRADUZIR	traduzindo
TRANSMITIR	transmite
TRAVAR	Travará um diálogo com travariam um debate
TREMER	tremem diante de
TRICOTAR	Tricota futricas e teorias estéticas
TRIPUDIAR	tripudia
TROCAR	dicas e provocações
TROMBAR	publicação tromba com a tese
VALORIZAR	valorizou

VERIFICAR	Verifica verificará verificou verifico verificar
VERSAR	versa
VETAR	vetou veta
VINCULAR	a vincular x a y vinculam x a y
VISAR	estamos visando
ZELAR	zela
ZOMBAR	Zombará

8.3 Associação Nacional de Jornais -ANJ -Relatório de Atividade 96-98 / p. 111/114

As ressalvas a seguir originam-se de um workshop sobre Imprensa e Judiciário, em 1997.

“O repórter deve preparar-se para as peculiaridades do Poder Judiciário e de sua linguagem própria”.

“Utilização de linguagem Jurídica acessível ao grande público”.

“Atitude mais cautelosa em face de denúncias, sem provas, levadas ao Ministério Público. Não tomar como verdade absoluta as posições. Proceder à apuração prévia sobre os fundamentos das acusações e, uma vez comprovados, só sejam publicados citando as fontes, evitando manifestações difusas”.

.....

“Estimular a gravação de entrevistas polêmicas para uso como prova”.

“Incluir no Manual de Redação capítulos específicos sobre aspectos jurídicos e glossário”.

P. 113 - “Medidas preventivas para evitar ações indenizatórias, sem autocensura”

“Limitar o off . O objetivo é ter mais segurança na informação. As fontes precisam ser identificadas e devem assumir o que dizer. O off não deve ser usual e sim reservado para reportagens especiais ou de investigação.”

.....

“Usar textos no condicional. EX: Fulano teria feito; Beltrano, acusado de; Cicrano foi preso sob acusação de...; Segundo o delegado, o detetive...”.